



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ESPAÇO E PAISAGEM JESUÍTICA: PERSPECTIVAS DE ANÁLISES
ARQUEOLÓGICAS EM LARANJEIRAS/SE

Ronaldo José Ferreira Alves Santos

Laranjeiras
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ESPAÇO E PAISAGEM JESUÍTICA: PERSPECTIVAS DE ANÁLISES
ARQUEOLÓGICAS EM LARANJEIRAS/SE

Ronaldo José Ferreira Alves Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janaína Cardoso de Mello

Agência Financiadora: CAPES

Laranjeiras
2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO CAMPUS DE LARANJEIRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237e Santos, Ronaldo José Ferreira Alves
Espaço e paisagem jesuítica: perspectivas de análises arqueológicas em Laranjeiras/SE / Ronaldo José Ferreira Alves Santos; orientadora Janáina Cardoso de Mello. – Laranjeiras, SE, 2014.
120 f.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Arqueologia. 2. Cultura material. 3. Arquitetura jesuítica – Laranjeiras, SE. I. Mello, Janáina Cardoso. II. Título.

CDU 902(813.7)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RONALDO JOSÉ FERREIRA ALVES SANTOS

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Orientadora

Dr.^a Janaína Cardoso de Mello
Universidade Federal de Sergipe

1º. Examinador

Dr.^a Márcia Barbosa da Costa Guimarães
Universidade Federal de Sergipe

2º. Examinador

Dr. Antônio Filipe Pereira Caetano
Universidade Federal de Alagoas

*À Djanira, minha mãe,
por todo amor incondicional.*

AGRADECIMENTOS

Ao corpo docente do PROARQ/UFS, em especial a minha orientadora Prof.^a Janaína Mello, por todo apoio e ideias que contribuíram no desenvolvimento e conclusão deste trabalho, o meu eterno obrigado! À Prof.^a Márcia Barbosa pelo incentivo, quando esta pesquisa ainda estava no campo das ideias suas palavras me encorajaram a tentar a seleção do mestrado, e hoje aqui estou, muito obrigado! Ao Prof. Paulo Jobim por toda atenção durante as aulas de Análise Espacial, e por esclarecer todas minhas dúvidas sobre o tema, inclusive por ter me acompanhado em uma das visitas de campo, obrigado por tudo!

Aos pioneiros do Mestrado em Arqueologia da UFS, em especial pelas amizades conquistadas de Tatiana Costa, Karina Miranda e Juliana Betarello, obrigado por ter conhecido vocês! Também agradeço a Otávio Arruda e a Daivisson Santos pela amizade e companheirismo durante essa jornada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Central de Laranjeiras (BICAL), Biblioteca Central (BICEN), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJS) por toda atenção durante a pesquisa. Enfim, agradeço aos meus pais por tudo que sempre fizeram por mim, aos meus irmãos Ricardo, Rosana, em especial a Roger, por seu exemplo enquanto acadêmico e intelectual do qual busquei me espelhar, orgulho!

À minha esposa Alline por sempre estar ao meu lado, e ter me ajudado a superar alguns obstáculos que se colocaram a frente durante esta jornada, e por me dar o melhor presente do mundo, a nossa filha Maluh que em breve estará entre nós. Ao meu filho do coração, Matheus e aos meus amados sobrinhos, Miguel e Arthur, obrigado pela presença de vocês na minha vida. À Tia Cecília por todo carinho e apoio durante a minha vida, cheguei até aqui também graças a você.

A todos que direta e indiretamente me incentivaram para que eu concluísse esta jornada, obrigado!

RESUMO

Esta dissertação propõe discutir as perspectivas de análises arqueológicas, sobre o espaço e a paisagem jesuítica em Laranjeiras/SE. Enquanto cultural material as estruturas arquitetônicas da Casa e Capela Engenho Retiro e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba, provavelmente edificadas em 1701 e 1734, respectivamente, podem nos informar detalhes da ocupação, do uso e da transformação da paisagem, além das atividades desenvolvidas nesses sítios. A presença dos jesuítas em Sergipe data desde o processo de colonização no século XVI, quando aqui chegaram e se estabeleceram. O objetivo geral desta dissertação é analisar a partir da cultura material, as informações que compreendem a inserção dos jesuítas em Laranjeiras/SE. Observando a ocupação, uso e transformação que foram empreendidas no espaço conformando a paisagem, inclusive as relações sociais, culturais e econômicas desenvolvidas por este grupo social colonial na região. O entendimento de tal questão foi possível através da Arqueologia Espacial, da Paisagem e da Arquitetura que embasaram a pesquisa. Assim, a paisagem se constitui como o resultado material da interação entre o homem e o ambiente, no qual reflete as suas práticas e relações.

Palavras-Chave: Espaço e Paisagem Jesuítica. Análises Arqueológicas. Cultura Material.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the prospects of archaeological analysis about space and landscape Jesuit in Laranjeiras/SE . While culture of a given society stuff architectural structures and Chapel Mill House Retreat and Church of Our Lady of the Conception of Comandaroba probably built in 1701 and 1734 respectively can inform us details of occupation, use and transformation of the landscape and activities of these sites . The presence of the Jesuits in Sergipe date from the process of colonization in the sixteenth century when they arrived and settled. The overall objective of this dissertation is to analyze from the material culture the information comprising the insertion of the Jesuits in Laranjeiras/SE . Noting the occupation, use and processing that were undertaken in space shaping the landscape generating material culture including social, cultural and economic relations developed by this colonial social group in the region. The understanding of this issue was made possible through the application of theoretical and methodological Space Archaeology, Landscape and Architecture that supported the research. The landscape is as the material result of the interaction between man and the environment in which reflects its practices and relationships.

Keywords: Space and Landscape Jesuit . Archaeological Analysis . Material Culture

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01 – Dados das Sepulturas da Capela do Sítio Histórico do Retiro..... | 90 |
| Tabela 02 – Dados das Sepulturas da Igreja do Sítio Histórico da Comandaroba..... | 96 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1: Mapa da Expansão dos Jesuítas no Brasil, Século XVI..... | 18 |
| Figura 2: Resplendor talhado com a insígnia dos Jesuítas (IHS) na Igreja de N ^a Sr ^a do Perpétuo Socorro, Tomar do Geru, Sergipe..... | 37 |
| Figura 3: Ilustração de 1695. Vista panorâmica de Salvador, pouco povoada de casas, e a Igreja da Sé com apenas uma torre. Desenho de Froger..... | 42 |
| Figura 4: Igreja de São Miguel..... | 44 |
| Figura 5: Igreja de São Miguel..... | 44 |
| Figura 6: Planta Igreja de São Miguel..... | 44 |
| Figura 7: Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Anchieta, Espírito Santo..... | 45 |
| Figura 8: Distribuição social do espaço na igreja do século XVIII..... | 46 |
| Figura 9: Igreja de São Lourenço dos Índios, Niterói, Rio de Janeiro..... | 46 |
| Figura 10: Igreja dos Reis Magos, Serra, Espírito Santo..... | 47 |
| Figura 11: Antigo templo jesuíta (1572)..... | 48 |
| Figura 12: Igreja da Ajuda, BA (1940)..... | 48 |
| Figura 13: Igreja de Nossa Senhora da Graça..... | 48 |
| Figura 14: Igreja de Nossa Senhora da Graça..... | 48 |
| Figura 15: Igreja de São Roque, Lisboa..... | 49 |
| Figura 16: Igreja de São Roque (planta baixa)..... | 49 |
| Figura 17: Igreja de São Roque..... | 49 |
| Figura 18: Igreja de Nossa Senhora da Graça..... | 50 |
| Figura 19: Mapa da hidrografia e dos aldeamentos em Sergipe..... | 55 |
| Figura 20: Portada da Casa do Retiro..... | 56 |
| Figura 21: Foto da Portada da Igreja da Comandaroba..... | 56 |
| Figura 22: Igreja do Colégio, Fazenda Tejupeba (antigo Engenho Colégio), Itaporanga D'Ajuda, Sergipe..... | 58 |
| Figura 23: Residência dos Jesuítas, Fazenda Tejupeba (antigo Engenho Colégio), Itaporanga D'Ajuda, Sergipe..... | 58 |
| Figura 24: Igreja de N. Sr ^a do Perpétuo Socorro, Tomar do Geru, Sergipe..... | 59 |
| Figura 25: Planta baixa da Igreja de N. Sr ^a do Perpétuo Socorro (Tomar do Geru)_Pavimento Térreo/Pavimento Superior..... | 60 |
| Figura 26: Casa do Retiro, primeira residência dos jesuítas, Laranjeiras, Sergipe..... | 64 |
| Figura 27: Capela de Santo Antônio e N ^a Sr ^a das Neves, (antigo Engenho Retiro), Laranjeiras, Sergipe..... | 65 |

| | |
|---|----|
| Figura 28: Altar-mor da Capela de Santo Antônio e N ^a Sr ^a das Neves, (antigo Engenho Retiro), Laranjeiras, Sergipe | 65 |
| Figura 29: Casa do Retiro e Capela de Santo Antônio e Nossa Senhora das Neves (antigo Engenho Retiro), Laranjeiras, Sergipe | 65 |
| Figura 30: Frontispício em pedra calcária, datado de 1701, Casa do Retiro, Laranjeiras, Sergipe | 65 |
| Figura 31: Portal decorado da Casa do Retiro..... | 66 |
| Figura 32: Detalhes do portal decorado da Casa do Retiro | 66 |
| Figura 33: Casa do Engenho Colégio, Itaporanga D' Ajuda, Sergipe..... | 66 |
| Figura 34: Casa do Engenho Colégio, Itaporanga D' Ajuda, Sergipe..... | 66 |
| Figura 35: Disposição da ocupação do Engenho Retiro (planta baixa 2D)..... | 67 |
| Figura 36: Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba (década de 1970) | 68 |
| Figura 37: Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba (1981) | 68 |
| Figura 38: Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba..... | 68 |
| Figura 39: Frontão Reto ou Clássico primitivo | 69 |
| Figura 40: Frontão Reto ou Clássico primitivo com volutas rampantes sobrepostas..... | 69 |
| Figura 41: Frontispício da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba..... | 70 |
| Figura 42: Planta Baixa da Igreja de Nossa Sr ^a da Conceição da Comandaroba | 71 |
| Figura 43: Lavabo em pedra calcária, interior da sacristia..... | 72 |
| Figura 44: Arcaz em madeira nobre | 72 |
| Figura 45: Batistério e Pia batismal em pedra calcária | 72 |
| Figura 46: Pia Batismal em pedra calcária | 72 |
| Figura 47: Mapa de Laranjeiras em Sergipe e no Brasil | 73 |
| Figura 48: Rio Cotinguiba | 74 |
| Figura 49: Mapa Geológico simplificado de Laranjeiras | 74 |
| Figura 50: Mapa Hidrogeológico de Laranjeiras..... | 75 |
| Figura 51: Pontos de Concentração e extração de calcário no município de Laranjeiras | 76 |
| Figura 52: Cavernas de Laranjeiras. | 77 |
| Figura 53: Gruta da Pedra Furada..... | 78 |
| Figura 54: Túnel de acesso à Igreja da Comandaroba..... | 78 |
| Figura 55: Perspectiva do alpendre em três águas da Casa do Retiro | 80 |
| Figura 56: Arcadas centrais. | 81 |
| Figura 57: Arcadas laterais..... | 81 |
| Figura 58: Arcadas peitoris..... | 81 |

| | |
|--|-----|
| Figura 59: Altar-mor da Igreja de N ^a Sr ^a da Conceição de Comandaroba | 82 |
| Figura 60: Altar-mor da Capela de Santo Antônio e Nossa Senhora das Neves..... | 82 |
| Figura 61: Altar-mor da Igreja de N ^a Sr ^a do Perpétuo Socorro | 83 |
| Figura 62: Praefectura De Ciriis vel Seregippe Del Rey cum Itapuama. 1610-1644, em destaque a região da Cotinguiba e da Comandaroba. | 84 |
| Figura 63: Planta baixa da Casa do Retiro. | 87 |
| Figura 64: Planta baixa da Capela do Retiro. | 88 |
| Figura 65: Púlpito. | 89 |
| Figura 66 Batistério e Pia Batismal. | 89 |
| Figura 67: Lavabo em pedra calcária, interior da Sacristia | 89 |
| Figura 68: Sepulturas no interior da Capela do Sítio Histórico do Retiro..... | 91 |
| Figura 69: Planta Baixa da Casa e Capela do Retiro..... | 93 |
| Figura 70: Imagem satélite do Sítio Histórico do Retiro..... | 94 |
| Figura 71: Riacho São Pedro, Laranjeiras, Sergipe..... | 94 |
| Figura 72: Mina de Calcário, antigo Engenho do Retiro, Laranjeiras, Sergipe. | 94 |
| Figura 73: Pia batismal em pedra calcária..... | 95 |
| Figura 74: Pia de água benta em pedra calcária. | 95 |
| Figura 75: Púlpito. | 95 |
| Figura 76: Sepulturas no interior da Capela do Sítio Histórico do Retiro..... | 98 |
| Figura 77: Imagem satélite do Sítio Histórico da Comandaroba..... | 100 |
| Figura 78: Imagem satélite do Sítio Histórico da Comandaroba..... | 101 |
| Figura 79: Mapa hidrográfico do Rio Cotinguiba e do Riacho São Pedro..... | 102 |
| Figura 80: Imagem satélite do Sítio Histórico da Comandaroba e do Retiro..... | 103 |
| Figura 81: Igreja da Comandaroba (planta baixa 2D). | 106 |
| Figura 82: Topografia da Igreja da Comandaroba. | 108 |
| Figura 83: Topografia da Casa do Retiro | 108 |
| Figura 84: Monograma IHS “ <i>Jesus Hominum Salvator</i> ”. Sacrário da Igreja da Comandaroba | 109 |
| Figura 85: Figura de anjos no frontão da capela-mor da Igreja da Comandaroba com a Inscrição em latim “ <i>Tota Pulchra es Maria</i> ” que exalta a padroeira..... | 109 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO I – ESPAÇO E PAISAGEM NA ARQUEOLOGIA | 18 |
| 1.1 Espaço e Paisagem na Arqueologia : Escolas, Teorias e Métodos..... | 19 |
| 1.2 Informação Espacial na Arqueologia – O Modelo de Clarke..... | 23 |
| 1.3 Arqueologia da Paisagem: Uma Interpretação Pós-Processual..... | 26 |
| 1.4 Arqueologia Histórica Missioneira e Arqueologia da Arquitetura..... | 32 |
| CAPÍTULO II – OS JESUÍTAS NA AMERICA PORTUGUESA: FÉ, LEI E REI | 37 |
| 2.1 A Companhia de Jesus e sua Fundação: Contexto Histórico | 38 |
| 2.2 Fé, Lei e Rei: Os Princípios da Administração Colonial à partir do Estudo da Presença Jesuítica na América Portuguesa | 40 |
| 2.3 Missões Jesuíticas e Arquitetura no Brasil Missões Jesuíticas e Arquitetura no Brasil | 43 |
| 2.4 A Companhia de Jesus e a Colonização de Sergipe | 51 |
| CAPÍTULO III – SÍTIOS JESUÍTICOS EM SERGIPE | 56 |
| 3.1 As Fazendas, Missões e o Colégio de Sergipe Del Rey | 57 |
| 3.2 O Espaço e a Paisagem Jesuítica: Caracterização Histórica..... | 62 |
| 3.2.1 A Casa do Retiro: Primeira Residência dos Jesuítas em Laranjeiras | 64 |
| 3.2.2 A Igreja da Comandaroba: Segunda Residência dos Jesuítas em Laranjeiras | 68 |
| 3.2.3. Caracterização Geográfica | 73 |
| 3.2.4. Caracterização Arquitetônica | 78 |
| CAPÍTULO IV – ANÁLISE ESPACIAL: INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM JESUÍTICA | 84 |
| 4.1 A Interpretação na Arqueologia Espacial e da Paisagem | 85 |
| 4.2 Sítio Histórico do Retiro..... | 86 |
| 4.3 Sítio Histórico da Comandaroba..... | 95 |
| 4.4 Cultura Material e Relações de Poder na Paisagem Jesuítica | 105 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 111 |
| FONTES | 113 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 114 |

INTRODUÇÃO

A abordagem central deste trabalho visa apresentar e discutir as perspectivas de análises arqueológicas, sobre o espaço e a paisagem jesuítica em Laranjeiras/SE. Enquanto cultural material as estruturas arquitetônicas da Casa e Capela do Engenho Retiro e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba, provavelmente edificadas em 1701 e 1734, respectivamente, nos informar detalhes das atividades desempenhadas nesses sítios, e em seu entorno.

No século XVI teve início a povoação e a colonização da região em que está situada a cidade de Laranjeiras, no Vale do Cotinguiba, conforme atesta a Carta de Sesmaria de Tomé Fernandes, primeiro donatário da região que solicitou ao governador Tomé da Rocha terras na Cotinguiba, assim: “aos 23 julho de 1594, da dita era, nesta cidade de São Cristóvão, Capitania de Sergipe [...] Pede a Vossa Mercê havendo respeito...lhe dê sesmarias em Contemguiba...” (MOTT, 2008, p.139). Assim, Laranjeiras se tornava uma povoação pertencente à Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, se desenvolvendo como cidade até sua emancipação em 07 de agosto de 1832.

Desde a época da Expansão Marítima europeia, a religião caminhou lado a lado com os interesses econômicos e expansionistas colonial de Portugal, ainda no século XVI surgia a Companhia de Jesus fundada por Inácio de Loyola (1491-1556). Essa ordem religiosa foi oficializada pela Santa Sé em 1540, a partir de então se integraria a Portugal nos seus empreendimentos coloniais ultramarinos e alcançaria as terras de além-mar, o Brasil.

A relação entre a coroa portuguesa e a Companhia de Jesus se deu através da conjuntura social, econômica e cultural vigente, a Europa passava por várias transformações inclusive no âmbito religioso com a Reforma Protestante, o que propiciou a Igreja a realizar a Contrarreforma a fim de manter coesa a fé cristã. A coesão da fé implicaria no além-mar à coesão social, no qual o sentido maior estava na submissão dos povos das colônias às ordens do Rei e em detrimento a este a submissão a Igreja apoiado pelo *Padroado Régio*, relação de comprometimento entre o Estado e a Igreja.

Nas colônias “o catolicismo foi uma das formas de dominação simbólica mais utilizada pelo Estado português para submeter à ideologia colonial a população local e os colonos” (SANTOS, R. S., 2010, p.10). Um dos meios dessa dominação simbólica se dava através das suas edificações, que serviam como forma de linguagem não apenas para os colonos, mas para os indígenas, ao exibir sua imponência e suntuosidade.

Assim, junto com a colonização a Companhia de Jesus chegava ao Brasil e influenciaria não apenas religiosamente, mas socialmente, culturalmente e economicamente toda a colônia.

A Companhia de Jesus expandiu sua atuação no mundo, mas na América Portuguesa encontrou um campo vasto e propício para seu desenvolvimento, assim contribuiu para a criação do Estado do Grão Pará e Maranhão na região amazônica no século XVII e adentrando ainda no litoral seguiu o curso desse desenvolvimento. Porém a presença jesuíta no Brasil remonta à Bahia, em sua capital, Salvador, quando “... chegaram em 1549 com Tomé de Souza, primeiro governador-geral, e mantiveram uma sólida e próspera atuação em torno do Real Colégio das Artes, no Terreiro de Jesus” (SANTOS, F. L., 2007, p. 27).

Em Sergipe, a presença dos jesuítas é destacada na historiografia desde o início da sua colonização em 1590, quando “cedo vieram os jesuítas desdobrar a atividade de sua política em Sergipe [...] sob o duplo caráter de sacerdote e agricultor, assumem a direção espiritual da capitania e pedem também doações de terra...” (FREIRE, 1977, p. 94). Assim, como na Bahia, o trabalho dos jesuítas em Sergipe consistiu na manutenção da fé, na conversão dos índios, e para a manutenção das missões produziam em seus engenhos e propriedades, já que na época solicitavam os lotes de terras, chamados de sesmarias ao Rei de Portugal, contribuindo dessa forma com o processo de colonização.

A relação entre o homem e o ambiente tem sua origem na Pré-História, essa relação levou o homem a empreender transformações no ambiente, a fim de proporcionar sua sobrevivência, com isso inseriu marcas de sua identidade no contexto físico em que viviam. Essa relação perpassou todo este período, e ainda nos dias atuais, é possível visualizarmos o reflexo desta relação. Nesta dissertação abordaremos o período histórico que na definição da Arqueologia Histórica, compreende ao período iniciado com a chegada dos europeus até os nossos dias, por se tratar de grupos sociais, associados ao colonialismo (ORSER JR., 1992, p.18).

O objetivo geral desta dissertação é analisar a partir da cultura material, as informações que compreendem a inserção dos jesuítas em Laranjeiras/SE. Observando a ocupação, o uso e a transformação que foram empreendidas no espaço conformando a paisagem, inclusive as relações sociais, culturais e econômicas desenvolvidas por este grupo social colonial na região.

A bibliografia histórica nos permitiu pontuar o período cronológico correspondente ao final do século XVII e início do XVIII como marco de análise do nosso objeto, entretanto no decorrer da pesquisa apontamos modificações na paisagem que são visualizadas na contemporaneidade. A Arqueologia ao estudar as sociedades passadas enfatiza as ações

humanas relacionadas ao espaço e a paisagem, buscando na contemporaneidade informações sobre essas sociedades percebendo as dinâmicas que ocorrem ao longo dos tempos.

Como objetivos específicos, discutimos as relações entre Arqueologia Espacial e da Arqueologia da Paisagem como perspectivas de estudos aplicados aos Sítios Históricos do Retiro e da Comandaroba (grifo nosso) em Laranjeiras; o que permitiu compreender as relações humanas estabelecidas com o espaço, analisadas a partir da cultura material, e das atividades desenvolvidas pelos jesuítas, o que demonstrou a importância das relações sociais, culturais e econômicas, que favoreceram a construção do espaço e da paisagem em Laranjeiras e que estão marcadas na cultura material.

Dentro das análises e discussões levantadas nesta pesquisa, defendemos que a compreensão de questões ligadas aos grupos humanos, e a sua inserção na paisagem, tem que ser revista através dos fatores ambientais e naturais, o que confere a proposta do nível macro de análise espacial de Clarke (1977) e para compreendermos as relações sociais e culturais a aplicação da análise no nível micro e semi-micro nos ajudam a perceber a transformação do espaço e da paisagem jesuítica. É a partir desta dicotomia que utilizamos o enfoque da Arqueologia Espacial, Arqueologia da Paisagem e da Arqueologia da Arquitetura que embasaram a construção do arcabouço metodológico desta dissertação.

Na área das ciências sociais e humanas, necessariamente no campo da História, da Sociologia, da Educação entre outros, é recorrente a pesquisa direcionada aos jesuítas de forma geral. Em Sergipe essa temática trabalhada na Arqueologia é algo novo, isso porque dos poucos trabalhos existentes que exploraram a temática jesuítica a partir da cultura material não estabeleceram qualquer relação com o viés arqueológico, como o caso da dissertação “*Arquitetura Jesuítica em Sergipe: casas e igrejas do século XVII-XVIII*” de Maria Helena de Oliveira (2004).

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “*Espaço e Paisagem na Arqueologia*” descreve um breve panorama do desenvolvimento e inserção dos estudos espaciais na Arqueologia. Revendo a trajetória desse campo, que se desenvolveu em meio as correntes teóricas arqueológicas com a finalidade de responder as indagações dos arqueólogos sobre a cultura material e a sua relação com os grupos humanos dentro de uma escala espacial. Aborda também a influência das correntes teóricas que propiciaram a ampliação da interpretação arqueológica, como exemplo David L. Clarke (1977) que desenvolveu os níveis de resolução da arqueologia espacial em três níveis: micro, semi-micro e macro. Esses níveis dentro da proposta de Clarke contribuíram na formação e consolidação dos estudos espaciais na arqueologia e no desenvolvimento de métodos próprios, mesmo sob a influência

de outras ciências como economia, geografia, arquitetura e etologia. Também apresenta os estudos teóricos da Arqueologia da Paisagem, como modelo de interpretação pós-processual, bem como a inserção dos estudos da Arqueologia Missioneira no Brasil por parte da Arqueologia Histórica, além do aporte teórico da Arqueologia da Arquitetura como perspectiva de análise arqueológica do espaço e da Paisagem jesuítica.

O segundo, *“Os Jesuítas na América Portuguesa: Fé, Lei e Rei”* apresenta o contexto histórico de fundação da Companhia de Jesus e os princípios das ações políticas e administrativas; também aborda de forma geral o empreendimento das Missões Jesuíticas e os aspectos da arquitetura que no Brasil adquiriu singularidades, além de exibir exemplos de outras regiões e por fim, o histórico da participação da Companhia de Jesus no processo de colonização de Sergipe.

O terceiro, *“Sítios Jesuíticos em Sergipe”* apresenta os aspectos históricos da implantação das estruturas que compõem o espaço e a paisagem jesuítica em Sergipe, também aborda aspectos históricos e arquitetônicos dos Sítios Históricos do Retiro e da Comandaroba em Laranjeiras, além da caracterização histórica, geográfica e arquitetônica.

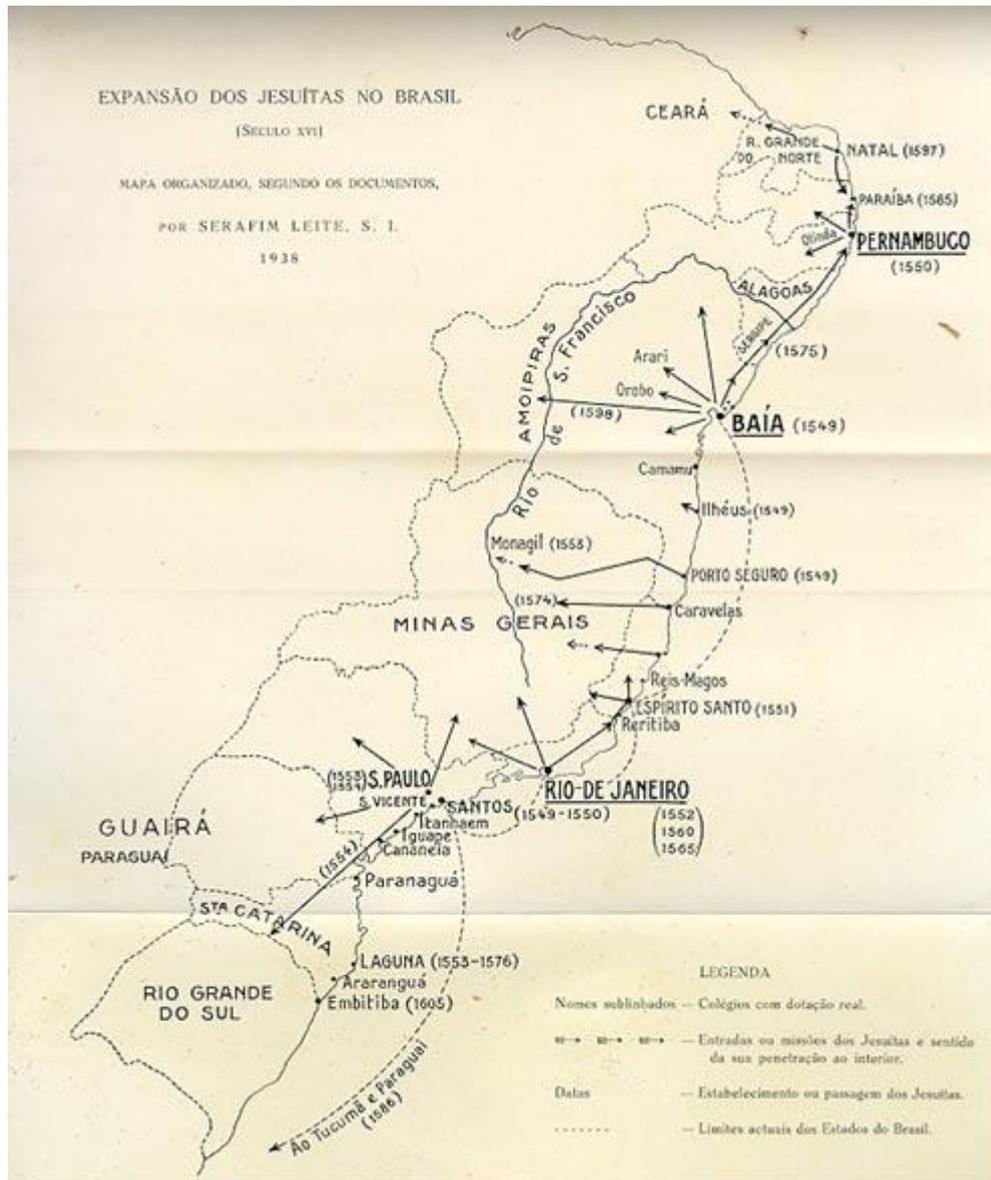
O quarto e último, *“Análise Espacial: Interpretação da Paisagem Jesuítica”* apresenta as perspectivas de interpretações dos Sítios Históricos do Retiro e da Comandaroba sob a ótica da Arqueologia Espacial e da Paisagem através da cultura material produzida pelos jesuítas, o que proporcionou compreender a dinâmica das relações sociais, culturais e econômicas desse grupo social colonial através de sua intervenção no espaço e na paisagem.

Enfim, almejamos que esta dissertação possa contribuir na construção de maiores informações sobre a cidade de Laranjeiras, resguardando maior atenção ao patrimônio histórico material existente, gerando possibilidades de crescimento no setor econômico, cultural e do turismo local que são as grandes contribuições que as ciências como um todo podem proporcionar a comunidade.

CAPÍTULO I

ESPAÇO E PAISAGEM NA ARQUEOLOGIA

Figura 1: Mapa da Expansão dos Jesuítas no Brasil, Século XVI.
Fonte: LEITE, 1938, Tomo I.



1.1 Espaço e Paisagem na Arqueologia: Escolas, Teorias e Métodos

Os estudos referentes ao espaço e a paisagem na Arqueologia se desenvolveram com base na Geografia nos anos de 1930, e a Geografia Humana daria ênfase aos estudos voltados para o determinismo ambiental e ao regionalismo, a partir dessas primeiras abordagens, as discussões estariam inerentes à compreensão da relação entre a distribuição das atividades humanas e o ambiente natural (HARTSHORNE, 1939 *apud* PREUCEL; MESKELL, 2007, p. 216).

A geografia na tentativa de compreender o meio natural aprimorou o seu conhecimento geográfico e ecológico, assim o geógrafo alemão Carl Troll (1899-1975) introduziu a Ecologia da Paisagem em 1938 e destacou que as paisagens culturais e os aspectos socioeconômicos deveriam ser observados nos estudos sobre a paisagem (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 39). A geografia preconizou os estudos sobre a paisagem e a arqueologia assim como outras ciências adentraram nas discussões e na apropriação dessa temática contribuindo na abrangência científica do termo bem como, da ampliação do próprio conceito de paisagem.

Diante dessa compreensão estudos voltados para questões ambientais relacionados à cultura humana se desenvolveram no cerne da arqueologia através da ecologia cultural de Julian Steward (1902-1972) que adotou uma concepção materialista do comportamento humano associado aos fatores ambientais e naturais como meio propulsor da cultura (TRIGGER, 2004, p. 274).

Essas discussões já permeavam a arqueologia com os estudos sobre assentamentos¹, que envolviam variáveis ambientais e geográficas, como perspectivas de compreensão do uso e da ocupação do ambiente pelos grupos humanos, como a transformação da paisagem. Assim inspirada pela ecologia Cultural preconizada por Steward surge à arqueologia de assentamentos que teve em Gordon Willey seu principal difusor, e que, todavia, defendia a ideia de que fatores ecológicos são importantes na configuração dos padrões de assentamentos, mas não seriam os únicos fatores, já que fatores de natureza cultural e social são refletidos no registro arqueológico (TRIGGER, 2004, p. 276).

No entanto, as correntes e escolas teóricas da arqueologia, a partir de sua visão, influenciariam os estudos e desenvolvimento da Arqueologia Espacial e da Paisagem.

A arqueologia de assentamentos preconizou a ideia ambiental influenciando as escolas britânica e americana que nortearam diversos arqueólogos (CLARKE, 1977; GUIMARÃES,

¹ Na tradição britânica considera-se o trabalho de FOX, em 1923, como pioneiro, sendo rapidamente seguido por outros, dentre eles o estudo de Gordon Childe em 1934 (GUIMARÃES, 2011).

2011). Consequentemente, a ideia de análise espacial se expandiria na Arqueologia, porém, a influência teórica e metodológica das variadas escolas deixou uma falácia, no que concerne uma definição propriamente dita para as abordagens conceituais na arqueologia espacial e da paisagem.

Na Europa, a arqueologia se preocupou com a inferência na distribuição espacial, e recebeu forte influência da geografia. Em particular a escola Austro-Alemã dos antropogeógrafos, que desenvolveu o mapeamento de artefatos para distinguir e explicar culturas complexas, e a correlação entre padrões de assentamento e variáveis ambientais. Essa perspectiva influenciou a escola Britânica, que incidiu sobre a tradição existente de que os padrões de assentamentos históricos e antigos foram condicionados pela a paisagem e a geografia (CLARKE, 1977; SEIBERT, 2006).

A escola Americana enfatizou a organização social dos padrões de assentamentos, muito mais que os artefatos e mapas de distribuição, a dimensão antropológica era mais valorizada e os aspectos geográficos diminuídos (CLARKE, 1977; COPÉ, 2006; GUIMARÃES, 2011). A escola Francesa agregou à sua mais antiga abordagem geográfica o interesse na distribuição espacial analisando a partir do nível micro exemplificado no trabalho de Leroi-Gourhan (1911-1986) em Magdalenian no sítio Pincevent em 1972 (CLARKE, 1977). O interesse na distribuição espacial ocasionou a atenção dessa escola para os levantamentos sistemáticos dos sítios, essa prática se desenvolveu como Arqueologia da Paisagem. Durante os anos de 1980 se intensificou e alinou-se na perspectiva da valorização das intervenções em sítios, mas principalmente preocupados com a impossibilidade de intervenções em determinados locais (BARCELOS, 2000, p. 40).

Para Thomas (2001) a tradição britânica nos estudos da paisagem foi predominante durante todo século XX e esteve pautada na observação dos traços materiais evidenciados nos palimpsestos² através de características do ambiente natural, seminatural e artificial explícito na visualização da paisagem, e que responderia questões no presente. A conclusão de tal observação era obtida através do trabalho de campo, na escavação e na análise documental e cartográfica da paisagem. Nos anos de 1960 a Geografia Humana rejeitaria as teorias das ciências espaciais e passava a se concentrar na observação das relações culturais e sociais, poder e política; identidade e experiências que são os conjuntos das diversas abordagens preconizados pela escola geográfica cultural e que a distinguiria e afastaria das observações da escola

² Termo utilizado na Arqueologia para descrever a ocupação, desocupação e reocupação de sítios, lugares e territórios, bem como o uso, reuso e descarte de artefatos situados da descrição acima.

britânica pautada na questão espacial e ambiental, enquanto a escola geográfica cultural buscou identificar em suas observações e tentou compreender as questões inerentes a paisagem como um fenômeno cultural.

Como já dissemos a arqueologia se apropriou do termo paisagem, e conseqüentemente a utilização do conceito paisagem na arqueologia sofreu a influência de várias outras ciências. Isto ocasionou a tendência em separar os estudos da Paisagem de acordo com duas correntes teóricas da Arqueologia: o processualismo e o pós-processualismo (ASHMORE, 2007).

Os diversos posicionamentos teóricos abordados pelas escolas se desenvolveram em meio ao Processualismo, e mais tarde, com o Pós-Processualismo agregariam novos posicionamentos, que se inseririam aos estudos espaciais, intensificando cada vez mais os impasses no campo conceitual da arqueologia espacial e da paisagem (BARCELOS, 2000; SOUSA, 2005; COPÉ, 2006).

A Nova Arqueologia (surgida nos anos de 1960) preconizou abordagens comportamental, funcionalista e positivista que incidiriam no direcionamento dado por David Clarke e outros arqueólogos para a compreensão do espaço a partir de um olhar voltado para a organização espacial e os padrões de assentamentos.

Para Sousa (2005) a influência da Nova Arqueologia retardou o processo que já estava em andamento na Geografia e que buscava compreender o cognitivo da mente humana através de indagações e do significado do comportamento humano, e da cultura material. A partir de então, questões inerentes à subjetividade, significados e simbolismos foram incorporadas no cenário intelectual. A Geografia e a Arqueologia se imbricam em um paralelo que as aproximam, no qual a primeira desenvolve uma abordagem dentro da influência da fenomenologia e hermenêutica, e a segunda uma abordagem pautada no estruturalismo.

Na perspectiva dos estudos espaciais, a Nova Geografia surgiu nos Estados Unidos, entre os anos de 1950 e 1960, inserindo conteúdos positivistas a fim de explicitar formas espaciais e leis morfológicas. O campo conceitual da geografia teve como base as teorias da Geografia Econômica (teoria de lugar central, uso e região locacional entre outras) para explicar a distribuição de objetos e eventos no espaço. Para isso foi necessário à inserção de inúmeros métodos e técnicas quantitativas, inerentes ao espaço devido aos problemas de correlação espacial (MESKELL; PREUCCEL, 2007).

Segundo Copé (2006) o Pós-Processualismo movimento surgido nos anos de 1980, propôs novas abordagens teóricas e interpretativas como reação contrária ao Processualismo, e que dentro de suas propostas se inseriam a arqueologia contextual, estrutural, cognitiva e marxista. Essas abordagens seriam fatores preponderantes na compreensão da distribuição

espacial da cultura material observando a partir de analogias estruturais as ações sociais e políticas vinculadas ao comportamento humano e percebidas como simbólico.

Ian Hodder (1942-) arqueólogo britânico foi um dos representantes do pós-processualismo, que também foi intitulado como Arqueologia Interpretativa. A Fenomenologia foi uma das abordagens que enfatizou a compreensão das experiências dos indivíduos e sua relação com a cultura material, assim, a Arqueologia da Paisagem é um exemplo dentro desta concepção (RENFREW; BAHN, 2008, p. 44).

No final dos anos de 1970, estudiosos produziram concepções contra a Nova Geografia, isso ocasionou o surgimento de quatro abordagens: A Geografia Comportamental, que foi a tentativa de introduzir o indivíduo enfatizando perspectivas psicológicas e cognitivas; a geografia humana, que enfatizava a centralidade da criatividade humana; a geografia histórica, que abordou a dimensão histórica do padrão geográfico; e o senso de relevância social que expressava a questões de justiça social, no contexto urbano, representando a Geografia Pós-Moderna (PREUCCELL; MESKELL, 2007, p. 217).

Os estudos referentes à análise espacial foram influenciados por percepções teóricas da corrente da arqueologia processual e da pós-processual que inseriram modelos de outras ciências e desenvolveram modelos teóricos e metodológicos para compreensão do espaço.

Assim podemos perceber os paralelos existentes entre a Geografia e a Arqueologia, suas aproximações e distanciamentos, de certo os estudos na arqueologia espacial se fortaleceram não apenas com a influência da geografia, mas das outras ciências, adaptando e criando teorias, métodos e modelos para compreender a relação dos grupos humanos com o espaço e vice-versa.

Os estudos referentes à Arqueologia Espacial foram preconizados pelo arqueólogo inglês David Clarke (1937-1976), o ápice desses estudos ocorreu com a sua obra *Spatial Archaeology* publicada em 1977, o qual apresentou a temática sobre Informação Espacial, e estudos sobre o espaço na Arqueologia observando que este se desenvolveu com base em outras ciências como: economia, geografia, arquitetura e etologia.

Para Clarke (1977) o estudo sobre análise espacial na arqueologia se desenvolveu a partir de diferentes escolas e tradições apropriando-se das Teorias Espaciais em voga influenciadas pela geografia³, o que possibilitou criar um corpo teórico plausível que fornecesse respostas para inúmeros questionamentos sobre o artefato e a sua deposição no espaço, assim surgiu temas de estudos como: padrão de assentamento, análise de sistema de sítios, análise

³ Baseado nas ideias da nova geografia, e na tradição da geografia econômica alemã de Von Thünen, A. Weber e W. Christaller (CLARKE, 1977).

locacional, área de captação de recursos, mapas de distribuição, estudos de densidades, estudos regionais, análise intra-sítio e intra-estrutura, que são formas particulares dos estudos espaciais.

Perceber a organização de um sítio dentro de um determinado espaço corresponde à busca por informações através das relações espaciais estabelecidas pelos grupos humanos dentro do espaço, que podem ser compreendidas no contexto ambiental e cultural o que a partir dos artefatos é possível interpretar e relacionar as atividades desempenhadas em determinados espaços.

Assim apresentamos as perspectivas de análises arqueológicas nos sítios históricos que corroboram com as premissas de compreensão da arqueologia espacial, que pode ser definida como “...a recuperação de informações arqueológicas a partir das relações espaciais e o estudo das consequências de padrões da atividade humana no espaço...” (CLARKE, 1977, p. 9).

A partir desta premissa conceitual é possível perceber os limites tangíveis na análise espacial que preconizam a recuperação de informações arqueológicas, a partir das relações espaciais, relações essas que podem ser entendidas no contexto ambiental, geográfico, econômico, arquitetônico através da correlação imediata que estes mantêm através da ação humana no espaço.

Ainda nessa perspectiva os estudos em arqueologia e espaço, preconizam a “...noção de que trata-se de uma abordagem ligada a estudos de dimensão, distribuição e organização de um sítio arqueológico dentro de um determinado espaço” (BARCELOS, 2000, p. 36).

A arqueologia espacial, conforme as possíveis definições citadas anteriormente buscam compreender as relações espaciais e as consequências das atividades humanas a partir da organização de um sítio arqueológico em um determinado espaço.

1.2 Informação Espacial na Arqueologia – O Modelo de Clarke

O modelo de Clarke dividido em três níveis de abordagem espacial (micro, semi-micro e macro) foi idealizado para responder os anseios da arqueologia espacial. Esse modelo segundo o próprio Clarke (1977) não pode ser pensado e definido arbitrariamente, pois, as suas tentativas em buscar modelos e teorias derivou-se de outras teorias espaciais e a apropriação dessas teorias pela arqueologia deu origem ao seu modelo, como também poderia influenciar e gerar outros modelos a partir da ótica e concepção de outros arqueólogos, que poderiam focar outras situações e observações no espaço arqueológico.

No nível micro, a análise da interação entre os elementos do espaço, e no interior das estruturas possibilitam a compreensão do espaço social e pessoal o qual os fatores individuais

e culturais são mais importantes que os fatores econômicos. Dessa forma busca-se perceber como as estruturas estabelecem relações com os locais que contém atividades humanas e suas consequências. Como exemplo: abrigos, casas, sepulturas, templos entre outros.

O nível micro está no interior das estruturas e os modelos apropriados são a proximística e o social. (CLARKE, 1977). Neste nível o uso dos modelos da proximística e sociais inferem nas questões funcionais da estrutura que podem ser percebidas no seu interior. A proximística faz parte do estudo antropológico do espaço e seu uso preocupando-se em inter-relacionar as teorias do uso do espaço pelo homem, como uma especialização elaborada da cultura (HALL, 1982; ORSER JR., 1992).

No nível semi-micro a interação entre elementos do espaço compreendem o espaço comunal, social e cultural que são fatores que superam o econômico, porém o econômico é visualizado de forma gradual. O sítio é o local geográfico que contém um conjunto de articulações das atividades humanas e pode ser associado às estruturas, nesse nível o sítio se caracteriza como: assentamentos domésticos, lugares de cerimônias, cemitérios, complexos industriais entre outros.

O nível semi-micro está no interior dos sítios e os modelos apropriados são o social e da arquitetura (CLARKE, 1977).

No nível macro a interação do elemento econômico prevalece como fator mais importante do que fatores sociais e culturais, a estrutura e o sítio são integrados ao sistema de sítios e a paisagem. A escala que envolve efeito de tempo, distância, energia e melhor retorno e menos esforço são os fatores dominantes nesse nível. A análise no nível macro se interessa pela relação entre sítios, e os modelos geográficos e econômicos são os mais relevantes para este nível. (CLARKE, 1977).

Na perspectiva teórica do autor é possível perceber dentro do modelo criado (Níveis de Resolução da Arqueologia Espacial) um misto teórico com o qual o autor propôs a aplicação das teorias espaciais na Arqueologia, isso pode ser visto em cada nível a partir da presença teórica de autores da etologia, geografia, arqueologia, arquitetura, antropologia entre outros que embasaram os argumentos teóricos.

Ainda nessa linha de pensamento o autor apresenta outras teorias das quais classifica como completas e incompletas, ou seja, as completas são as teorias formais, lógicas e passíveis de testes, já as incompletas, e não formais são teorias relacionadas ao social e ao comportamento humano e que segundo o autor são as mais difíceis de testar devido à variabilidade das ações humanas. Assim apresenta as teorias das quais podemos seguir dentro dos estudos espaciais arqueológicos: Teoria Espacial Antropológica, Teoria Espacial Econômica, Teoria Física

Social e a Teoria Mecânica Estatística, entretanto a teoria espacial antropológica pode ser abordada no nível micro, já a teoria espacial econômica se aplica apropriadamente no nível macro.

Apresenta ainda as subteorias importantes: Von Thünen, Weber, Christaller elaboradas na economia do século XIX, antes da sua apropriação pela geografia e conseqüentemente pela arquitetura, antropologia e arqueologia. Para Clarke sob o ponto de vista arqueológico a aplicação atual de modelos e subteorias é limitada e há certos perigos e desvantagens, especialmente no nível micro, isso ocorre devido à grande valorização do econômico como resposta para as atividades humanas dentro do sítio.

Von Thünen em sua obra *O Estado Isolado* (1826) desenvolveu um modelo de reorganização das relações entre a distribuição espacial das atividades e regiões acerca de um centro, e a partir da diminuição do retorno e da distância. Assim desenvolveu o que ele chamou de “Centro de Sítios Isolados”. Essa teoria foi estendida dentro da teoria normativa de Lösch e Chisholm (1968) e desenvolvida para uso arqueológico por Vita-Finzi e Higgs (1970) abordando áreas de captação para agricultores e caçadores coletores aplicados em uma zona concêntrica padrão dentro do sítio que na arqueologia e na geografia busca perceber as atividades acerca dos artefatos e estruturas.

Weber em seu ensaio sobre economia *Über den Standort der Industrien* (1909) trata a localização da indústria e complementa o modelo de Von Thünen. Weber considera a localização do sítio em termos, ou seja, a movimentação de recursos e conexões para fora do centro gera quantitativo de materiais que tendem a movimentar a competição dependendo da distância. Essa proposta de Weber combina com a linha da Teoria Espacial Econômica podendo ser aplicada na localização de estruturas dentro do sítio e no nível semi-micro.

Christaller, um geógrafo alemão foi o primeiro a aplicar com sucesso o modelo, percebendo a relação entre áreas utilizadas por sítios e a funcionalidade dos sítios seguindo Von Thünen e passando por Weber até chegar à compreensão de que uma rede de sítios não pode se dissociar da paisagem. Assim introduziu a noção de hierarquia de sítios adotando o Território Hexagonal orientando-se a partir do tamanho e das mudanças dentro do hexágono e percebendo a variedade e o número de sítios centrais, surgindo assim o termo de Lugar Central. Esse modelo foi bastante utilizado e desenvolvido na arqueologia e principalmente no contexto urbano e econômico, a exemplo de Hodder (1974).

Enfim, as subteorias e os modelos de localização macro de Von Thünen, Weber e Christaller pode ser aplicados de forma moderada e com sucesso no nível micro, porém com uma maior restrição econômica em sítios urbanos. Modelos da arquitetura podem ser

concentrados nos sítios urbanos a partir do modelo de localização do lugar, modelos antropológicos de sítios e estruturas espaciais contribuem para uma maior percepção do não urbano através dos fatores proxemísticos e sociais.

Contudo o autor reforça a lógica com a qual através desse texto apresentou as possibilidades da Arqueologia utilizar e apropriar-se das teorias espaciais, subteorias e modelos derivados da etologia, sociologia, arquitetura, geografia, economia e antropologia, e assim propiciando a Arqueologia a desenvolver suas próprias teorias espaciais capazes de responder e elucidar quaisquer indagações que surgirem nas mais variadas situações, comprovando assim que a Teoria Espacial Arqueológica está construindo e desenvolvendo seu próprio corpo teórico.

Para Clarke (1977) estruturas espaciais são produtos de decisões humanas não randômicas e são desempenhadas em repetidas regularidades, e são essas regularidades que a arqueologia processual busca compreender através do espaço.

Assim, ratificamos a importância dos fatores ambientais no assentamento desses sítios (Sítio Histórico Retiro e Sítio Histórico Comandaroba) como proposta de compreensão, porém concordamos que as decisões humanas desempenhadas pelo grupo social colonial, na ocupação desses sítios, bem como o uso e transformação desses espaços foram tomadas de forma não randômica, percebendo então, que esses grupos sociais coloniais escolheram o local observando o contexto ambiental e natural do espaço, o qual possibilitou a ocupação deste, e com isso o desenvolvimento das relações culturais, sociais e econômicas.

Entretanto, o nosso foco consiste em analisar a inserção desses grupos na paisagem, valorizando uma interpretação pós-processual que nesse estudo de caso se mostra como modelo teórico plausível. Contudo, nos apropriaremos do modelo de Clarke que dentro dos limites do processualismo contribuiu com a elaboração de informações espaciais que caracterizarão o espaço pesquisado.

1.3 Arqueologia da Paisagem: Uma Interpretação Pós-Processual

O desenvolvimento dos estudos do espaço e da paisagem na arqueologia esteve vinculado as correntes teóricas da arqueologia, e as tradições das escolas da Europa e da América do Norte. Os estudos iniciaram com a tentativa de compreender as relações espaciais e as consequências das atividades humanas em determinados espaços, tais como a sua ocupação, observando a vertente ambiental e ecológica, e, sobretudo relacionando essas consequências aos artefatos, essas abordagens surgiram dentro da corrente processual, que

como mencionamos nomeou-se como arqueologia espacial, na escola britânica e arqueologia da paisagem, na escola francesa e contribuiu para o desenvolvimento dos estudos espaciais na arqueologia.

Para Pauls (2006) no final do século XX o termo análise espacial e arqueologia da paisagem foram apropriados por diversos arqueólogos nos estudos para conhecimento do passado humano, incluindo a utilização de diversas perspectivas teóricas sobre a relação espacial e interação dos indivíduos com o ambiente. Diante disso a arqueologia histórica inseriu em seus estudos uma diversidade teórica para compreender as relações espaciais e humanas.

Nesse contexto percebemos que a temática espacial perpassou toda a sua origem no que diz respeito ao seu desenvolvimento pelos arqueólogos processuais, com o foco nas sociedades pré-históricas passando então, a foca-se na dimensão espacial nos estudos concernentes as sociedades históricas. Assim, Orser Jr (1992) confere que a arqueologia histórica pode em muito contribuir na disposição espacial de elementos arquitetônico e não arquitetônicos, a partir da análise das paisagens.

O estudo da relação entre povos, cultura material e espaço pode ser visto por várias perspectivas observando-se as relações espaciais com a cultura material, por exemplo: aglomerados de artefatos define uma área de trabalho, um ou mais cômodos define uma habitação, um aglomerado de habitações define uma cidade e assim sucessivamente. Entretanto, a arqueologia histórica tem buscado compreender o papel do espaço e da paisagem nas relações de poder (PAULS, 2006).

Segundo Branton (2009) os estudos na arqueologia da paisagem, tem abordado questões que vão desde o ambiente natural ao ambiente humano construído enfatizado os lugares estritamente simbólicos, exploração de recursos, classe e poder. Todavia, a ênfase nesses estudos tem se preocupado em compreender essas manifestações e não necessariamente sob o viés ecológico e econômico.

O conceito de paisagem na arqueologia se desenvolveu na escola francesa, porém a influência do pós-processualismo delimitaria seu campo conceitual assim, a paisagem influenciada por esta corrente se conceitua como Arqueologia da Paisagem, ao “...ser considerada um refino da arqueologia espacial vinculada a “nova arqueologia” ou um produto mais recente das tendências teóricas do pós-processualismo” (COPÉ, 2006, p. 118).

De acordo com tal premissa esse campo conceitual e interpretativo passou a agregar termos como: espaço, lugar e paisagem que além de inferir questões sobre as relações espaciais e a organização dos grupos no espaço propôs a interpretação de outros elementos da ação humana que não eram abordados com mais ênfase durante os estudos anteriores.

Para Castro (2002) a multiplicidade sobre o termo paisagem permitiu a discussão e a incorporação de novos conteúdos como percepção, representação, imaginário e simbolismo, entretanto, a interpretação ao se mencionar paisagem foi associada à questão de que em um determinado lugar ocorrem processos relativos à ação natural e humana. Entendemos que a paisagem por ser um produto das relações humanas nos mais variados âmbitos pode então ser percebida a partir da percepção do observador ao longo do tempo. Segundo Menezes (2002) não haveria a paisagem sem um observador, e a percepção é o fator fundamental para que haja a existência cultural da paisagem. A paisagem é constituída da percepção de um observador que lhe confere a paisagem um caráter cultural através das suas experiências e conceitos formulados ao longo de sua história. Assim, a paisagem cultural enquanto conceito tem se modificado ao longo do tempo e evocando diferentes compreensões, principalmente no âmbito acadêmico podendo ser compreendida muito mais do que descrever uma região ou espaço transformado pela ação humana (HEAD, 2010, p. 427).

Para Castro (2002) a percepção visual considera a paisagem enquanto perspectiva cultural o que lhe dá a passividade de receber interpretações e significados por parte do seu observador, e que variam de acordo com as vivências e conceitos do observador, o que reflete de certa forma a realidade socioeconômica e cultural de um lugar em determinado período. De certo a percepção visual vista sob o viés arqueológico em muito contribuirá na interpretação que buscamos da paisagem concomitante a inferência do grupo social colonial que ocupou e deixou suas marcas nos sítios estudados.

Mesmo com a contribuição da geografia cultural, humana e ecológica aplicadas nas perspectivas de compreensão da paisagem como um todo, é possível perceber que a influência cultural da paisagem se afastou da perspectiva natural, consequência óbvia da influência da geografia humana e cultural que indagou questões relacionadas à cultura, a economia e a política como fatores da ação humana na paisagem e no meio natural. Esta dicotomia de separação entre o natural e o cultural tem sido bastante discutida como categorias problemáticas na opinião de críticos. Para Head (2010) utilizando as premissas de Carl Sauer (1965) corrobora com a ideia de que os seres humanos agem no meio natural e as suas atividades influenciam na paisagem, na qual a paisagem cultural é formada pela paisagem natural e pelos grupos culturais que a ocupam, e que a cultura é o agente que resulta na formação da paisagem cultural.

A paisagem por não ser estática estará sempre em processo de transformação tornando-se uma importante fonte de conhecimento histórico, essas transformações deixarão rastros e vestígios que visualizados podem ser interpretados e que constituem o objeto de estudo da Arqueologia da Paisagem.

A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses “traços fósseis” que conduzem a entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores ao longo do tempo (MENEZES, 2002, p. 30).

Assim, a percepção de espaço é que o mesmo é transformado em lugar a partir da intervenção humana. Como ocorrência dessa transformação, a cultura material passa a existir caracterizando as formas de intervenção humana nesse espaço transformado em lugar, então, o espaço como um todo só passa a ter significado após sofrer a intervenção, a atuação e a vivência humana quando transformado em lugar. Também o espaço é vislumbrando como uma área que possui pouco significado para quem a observa, já o lugar são áreas que possuem mais ou menos significados e memórias (THOMAS, 2001; PAULS, 2006).

O espaço dentro das ciências corresponde ao ambiente natural é um vazio quando não há vestígios das consequências humanas, enquanto o lugar pode ser considerando o reflexo dos processos sociais das atividades humanas que valorizam o espaço (BRANTON, 2009).

Destarte, o espaço e o lugar dentro do contexto apresentado corroboram que a paisagem seria o resultado dos processos sociais das atividades humanas. Para Acuto (1999) ele concebe que o espaço ou a espacialidade estão integrados aos ambientes naturais, mas a cultura material está inserida socialmente no espaço. Entende que lugar e paisagem são dois tipos de espacialidades e que ambas representam materialmente as estruturas sociais e espaciais de uma determinada sociedade, carregada de significados.

Paisaje no sólo denota el significado geográfico usual de ‘alrededores físicos’ (o el trabajo de la cultura sobre el paisaje natural) sino que también se refiere a um ensamble de práctica materiales y sociales y su representación simbólica (ACUTO, 1999, p. 37).⁴

As premissas apresentadas por Acuto (1999) é corroborada em parte por Ingold (2000) ao afirmar que uma região, um espaço vazio ou natural não são paisagens, mas os contextos com quais são construídos através da experiência humana, e que se tornam paisagens após a realização dos projetos humanos nela empreendidos e percebendo a paisagem como um processo.

Portanto as similaridades na Arqueologia Espacial e na Arqueologia da Paisagem estão intrínsecas a sua origem, assim se convergindo e divergindo ambas propõe uma reflexão e uma

⁴ Paisagem não só denota o significado geográfico usual dos ‘arredores físicos’ (o trabalho da cultura sobre a paisagem natural) senão que também se refere a um exame de práticas materiais, sociais e sua representação simbólica (Tradução Livre; grifo nosso).

análise crítica buscando respostas e interpretações na percepção do ambiente como um todo observando o delineamento das correntes teóricas que contribuíram e contribuem nas resoluções inerentes a tal problemática.

Segundo Acuto (1999) a posição dos arqueólogos pós-processuais visa compreender a dialética do tempo e do espaço como eixo do desenvolvimento das sociedades, e isso é possível percebendo o ser social como agente das relações sociais e culturais. Ainda com as discussões teóricas travadas ao longo dos anos nas mais variadas áreas, a dimensão do espaço físico deixou de ser unicamente entendida como tal, mas percebida como *locus* em que a sociedades estabelecem relações, produzem e reproduzem significados dessa vida social e que é refletida na estrutura física, ou seja, na materialidade a qual chamamos cultura material. E que para nós é exclusivamente construída socialmente e reflete o cognitivo e simbólico por trás da ação consciente ou inconsciente dos agentes sociais.

Criado Boado (1991) propôs uma reflexão acerca da compreensão teórica e metodológica da paisagem na arqueologia de modo que ao se falar de paisagem havia uma aproximação com questões funcionalistas, econômicas e reducionistas, isso provavelmente ocorreu a partir da influência das posições teóricas que iniciaram os estudos da paisagem como a ecologia cultural, a paleoeconomia entre outras teorias que se formaram para compreender a temática.

Todavia Criado Boado (1991) apresenta alguns pontos conceituais para uma melhor visão interpretativa da paisagem na arqueologia. O primeiro é a visão empirista da paisagem, na qual percebe a paisagem enquanto uma realidade, como algo físico, visível e já existente; o segundo, o sociológico, o qual a paisagem é vista como produto dos processos sociais e o terceiro, o culturalista, que interpreta a paisagem enquanto objeto resultante das práticas sociais, seja ela, de caráter material ou imaginário.

O espaço e a paisagem são indissociáveis da sociedade, ambos contêm e estão contidos na configuração geográfica, e para Santos (1992) eles estabelecem uma relação dialética que transforma o espaço. A paisagem seria os objetos visíveis, ou seja, o que foi transformado através da ação humana inserindo elementos que expressam suas aspirações ideológicas, simbólicas e cognitivas “No entanto, o que dá vida a esses objetos, sendo seu processo ativo, são todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento” (BARCELOS, 2000, p. 60).

A partir de uma visão de espacialidade podemos compreender como lugar e paisagem os espaços o qual as representações das estruturas sociais são materializadas e agregam significados sociais e culturais que tornam a cultura material vivificada. A ideia de paisagem e

lugar se imbrica em uma inter-relação dentro de uma escala espacial, de modo que a diferença entre estes termos está na dimensão e na abordagem da qual se objetiva apropriar desses termos. (ACUTO, 1999, p. 36).

Espaço, Lugar, Paisagem são termos que convergem em um único sentido, o que os diferem são justamente os conceitos que foram empregados durante o desenvolvimento desse estudo a partir das diversas áreas, assim para o geógrafo Tuan (1983) espaço e lugar são termos que podem indicar experiências comuns e se fundirem frequentemente. O espaço se forma indiferenciado, porém é transformado em lugar quando passamos a conhecê-lo e a dota-los de valor, e a concepção de espaço e lugar não pode ser definida uma sem a outra. De acordo com esta premissa Thomas (2001) enfatiza a ideia de que o espaço é transformado em lugar através da intervenção humana, e isso implica nas experiências comuns vividas pelas sociedades passadas que tinham uma visão e percepção própria do espaço em que viviam e a partir de então, empreendiam transformações que externavam e materializavam suas aspirações, assim:

Os espaços do homem refletem a qualidade dos seus sentidos a sua mentalidade. A mente freqüentemente extrapola além da evidência sensorial. [...] A mente discrimina desenhos geométricos e princípios de organização espacial no meio ambiente. [...] Os homens não apenas discriminam padrões geométricos na natureza e criam espaços abstratos na mente, como também procuram materializar seus sentimentos, imagens e pensamentos. O resultado é o espaço escultural e arquitetural [...] O lugar é um tipo de objeto. Lugares e objetos definem o espaço, dando-lhe uma personalidade geométrica [...] Um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente ativa e reflexiva (TUAN, 1983, p. 18-20).

Todavia, a compreensão do espaço e da paisagem é algo que nos faz refletir e pensar a paisagem enquanto resultado da percepção humana sobre o mundo e seu entorno, a paisagem reflete a imagem mental constituída pelo homem, imagem essa que o faz construir e transformá-la em lugar, lugar este o qual lhe dá ideia de referência o qual suas experiências são vividas e estão incorporadas na paisagem, assim vemos que “A paisagem é muito mais que estruturas visíveis e passíveis da inserção de mensagens e elementos geossimbólicos, ela reflete a crença e a identidade daqueles que a constroem e a compõem gerando não apenas significados, mas buscando significados” (ROSENDAHL, 2003, p. 215).

Segundo Preucel e Meskell (2007) a utilização do termo espaço e lugar são úteis dentro da arqueologia para diferenciar tais assertivas, visto que o termo espaço é utilizado nas ciências naturais para delimitar o ambiente natural, ou seja, o ambiente físico no qual há as ocorrências naturais e humanas que se fundem a partir das relações construídas nesse lócus, o que coincide

com a ideia preconizada por Santos (1992) de que o espaço geográfico é parte do lugar e que ambos contem e estão contidos originando a paisagem. Já o termo lugar é visualizado como o processo social que valoriza o espaço, processo esse que é imaginado, pensado e até mesmo desejado e que são os principais meios pelos quais os homens articulam e transformam o espaço e assim humanizam a paisagem dando-lhes vida, mas para compreender esta transformação é necessário perceber uma distinção óbvia dos termos, que é a percepção de que o lugar necessita da imprescindível ação humana, enquanto o espaço não necessita de tal ação (PREUCEL, MESKELL, 2007, p. 215).

Ainda nessa discussão percebemos que embora cada posição teórica defina e limite o campo conceitual do espaço, do lugar e da paisagem na arqueologia, todos os conceitos acabam se convergindo, assim para Ingold (2000) a definição de paisagem não ocorre apenas através do espaço geográfico, do espaço vazio ou natural, a paisagem é construída e estruturada a partir dos projetos humanos que são empreendidos por meio dela e ainda através da experiência vivida em um contexto de duração entre os homens que a ocupam e a transformam.

Ao tratarmos da paisagem e da sua conceituação percebemos a dialética não apenas do tempo e espaço, mas das relações desenvolvidas em meio a essa dialética, isso porque o homem ocupa, usa e transforma o espaço em que vive e nele insere sua identidade que está visível através da cultura material. Assim, para compreendermos a paisagem jesuítica em Laranjeiras é necessário percebermos que esses espaços foram construídos e transformados em paisagens que representaram o pensamento da sociedade que a ocupou naquele determinado momento na qual as práticas sociais se refletiram na cultura material ao receberem significados e simbolismo evidenciando a identidade desse grupo social colonial.

1.4 Arqueologia Histórica Missioneira e Arqueologia da Arquitetura

Na arqueologia histórica brasileira é impossível tratar sobre espaços, reduções missionárias ou jesuíticas sem falar dos trabalhos de Arno Alvarez Kern (1998) que foi um dos precursores dos estudos das missões jesuíticas no sul do Brasil. A ênfase nesse tema progrediu a partir do ano de 1975 com a realização do Simpósio Nacional de Estudos Missionários que resultou na publicação dos Anais os quais contém a divulgação de todas as pesquisas relacionadas ao espaço missionário estudado e pesquisado na região sul do Brasil.

Os estudos missionários enquanto objeto das pesquisas arqueológicas pesquisou a ocupação dos primitivos habitantes da América Latina, os Guarani que povoaram através de um longo processo migratório a região da bacia da Prata, porém iniciado pela região Amazônica

o que propiciou a miscigenação, tanto cultural como linguística que se refletiu na produção da cerâmica nessa região. Nessa pesquisa o foco esteve também na percepção do ambiente ecológico e cultural delimitado a partir do sul do Brasil até as regiões fronteiriças os quais foram ocupados por povos Guarani e transformado pelos diferentes modos de vida desses povos nessa região.

O espaço missioneiro é o ambiente ecológico e cultural o qual foi empreendido o trabalho de evangelização e foi transformado, o qual se estabeleceu um campo de poder dos jesuítas, esse poder se deu através da relação dos jesuítas com os índios através do controle sobre esse espaço. O controle sobre o espaço se caracterizou na implantação das reduções na paisagem com a organização de um plano urbano que se assemelharia muito ao das abadias beneditinas medievais, constituídas por igreja, claustro, oficinas de artífices, quinta e cemitério. Entretanto pensou-se em criar inúmeras casas isoladas (como a “oca” amazônica), que abrigariam famílias extensas e nucleares, e para isso seria necessário inicialmente reduzir os indígenas ao novo espaço urbano para que o controle se efetivasse enquanto uma prática de relação política e que contribuísse na manutenção da ordem (KERN, 2006).

Outras formas além da arquitetura foram utilizadas de modo que auxiliassem aos jesuítas no controle e na coesão social dos povos indígenas como a inserção da religião fator primordial das missões além da língua, da música e da arte em geral, estes últimos tiveram grande importância no que consiste a expressão através da arquitetura como mecanismo de facilitação no ensino religioso e na imposição do poder (KERN, 1997; SCHALLENBERGER, 1997)

Ainda nas perspectivas dos estudos missioneiros a arqueologia tem demonstrado sua importância nos estudos que tratam ambientes ecológicos e culturais ocupados pelos diferentes povos e culturas, através da cultura material têm sido possível compreender toda dimensão das reduções jesuíticas desde a época da colonização permitindo aos pesquisadores contextualizar a formação desse espaço contribuindo para a história, com a possibilidade de novas interpretações, e segundo La Salvia (1985) a arqueologia missioneira também tem contribuído no processo de preservação do patrimônio histórico.

Anteriormente apresentamos através da discussão teórica referente a temática abordada nesta dissertação a tensão existente nos estudos do espaço e da paisagem na Arqueologia, que foi ocasionada pela polissemia do termo, bem como das várias posições teóricas e metodológicas oriundas de outras áreas da ciência, inclusive do desenvolvimento desses estudos na própria arqueologia que sofreu influência das suas correntes teóricas. Neste capítulo

apresentaremos a proposta metodológica que vemos como perspectivas de estudo e análise arqueológica da paisagem jesuítica em Laranjeiras/SE.

Dissertamos sobre as mais variadas visões do espaço e da paisagem na Arqueologia, e que ambos são resultados dos processos sociais empreendidos pelos grupos sociais, e para interpretarmos a paisagem a partir de questões arqueológicas adentramos em alguns questionamentos que são primordiais na tentativa de responder as reflexões proposta nesta dissertação. A paisagem teoricamente e conceitualmente é o resultado das relações sociais em suas várias esferas, esse resultado é refletido na cultura material, porém a materialização das relações não é algo aleatório, é algo pensado e orquestrado pelas sociedades que como agentes sociais e históricos interagem com o meio.

Pensar a paisagem jesuítica sob o viés arqueológico é pensá-la sob a perspectiva material, no nosso caso os Sítios Históricos do Retiro e da Comandaroba que como exemplares arquitetônicos refletem o resultado das relações desse grupo social com o meio e com isso poderemos hoje estudar e compreender aspectos relacionados à inserção dessa sociedade na paisagem e na construção da mesma.

Para melhor compreendermos a dinâmica entre as relações sociais e a cultura material utilizaremos os pressupostos da arqueologia da arquitetura que “...pode ser definida, de um modo geral, como o estudo das pessoas por meio da cultura material” (ZARANKIN, 2002, p. 44). A compreensão dessa dinâmica tem como finalidade perceber o cerne dessas relações sociais que são inseridas na cultura material e através da arquitetura que é resultado dessas relações entendermos essa sociedade.

A Arqueologia da Arquitetura se desenvolveu como um novo campo de estudo dentro da Arqueologia e assim foi denominada por Steadman (1996), esta perspectiva trazia ao campo de investigação a análise para compreender os aspectos relacionados com a formação do entorno humano, ou seja, a paisagem propriamente dita, nas quais as construções podem ser vistas como elementos ativos e produtos culturais que interagem de forma dinâmica com os homens (ZARANKIN, 1999).

Segundo Zarankin (2002) Amos Rapoport foi o pioneiro nos estudos sobre a construção da paisagem humana, que tinha como objetivo perceber a interação entre o meio ambiente e a construção humana do seu próprio espaço, também concluía que existe uma relação muito estreita entre cultura e meio ambiente e a arquitetura refletia muito bem isso.

Corroborando com a ideia de Amos Rapoport muito bem aplicada por Zarankin (2002) citamos Criado Boado (1991) no qual em seu trabalho “*Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del Paisaje*” apresenta três conceitos para compreensão da

paisagem, que nesse caso se aplica coerentemente a esta premissa, que é o conceito culturalista, que interpreta a paisagem como objeto das práticas sociais, seja ela material ou imaginário. Nesse contexto percebemos que a paisagem é resultado da relação entre a cultura e o meio ambiente e isso reflete as aspirações dessas práticas, em que objeto material e imaginário é inerente à arquitetura dando-lhe assim um significado.

A arquitetura enquanto uma construção material das relações sociais age como ponto de transformação do espaço e da paisagem, criando uma paisagem cultural humana que na arqueologia pode ser visualizada como um artefato, e a paisagem como artefato pode configurar de forma simbólica uma dada realidade (BEZERRA DE MENEZES, 1983).

Para Tuan (1983) o espaço construído pelo homem tem como objetivo aperfeiçoar a sensação e a percepção humana, mesmo sem a visualização de formas arquitetônicas os seres humanos são capazes de perceber a diferença entre fechado e aberto, interior e exterior, privado e público. Entretanto, o espaço arquitetônico contribui para definir essas sensações e transformá-la em realidade, em algo concreto, assim o meio ambiente construído define funções sociais e as relações.

A arquitetura foi para os jesuítas uma importante ferramenta durante o processo de colonização e povoamento não apenas da América Portuguesa, mas nos vários lugares em que estiveram. A arquitetura era utilizada como uma ferramenta de comunicação não verbal, porém visual, e que auxiliou na catequese dos índios, bem como para comprovar perante o restante da sociedade colonial o seu poder temporal, pois “a arquitetura é uma chave para compreender a realidade” (TUAN, 1983, p. 114).

De acordo com a ideia anterior a arquitetura é necessária para se compreender uma dada realidade seja ela, numa temporalidade passada como no caso dos jesuítas durante o processo colonizador, como também no presente, caso esse grupo social colonial estivesse em evidência como outrora. Assim, dentro da arqueologia histórica uma edificação pode fornecer importantes informações, nesse sentido Orser (1992) abordou dois conceitos utilizados nos estudos arquitetônicos que ajudam a pensar e compreender além das próprias estruturas e que são necessários em tais estudos, a arquitetura acadêmica e vernácula.

A primeira, acadêmica, é tida como a “alta arquitetura” e categorizada em diversos estilos (clássico, grego, romanesco, gótico, rococó entre outros), ou seja, segue a um padrão que é transmitido por um arquiteto profissional seguindo certas tradições; a segunda, vernácula, é o reflexo de estilos próprios a qual predomina a tradição cultural e expõe as ações e crenças dos que a constroem diferente da acadêmica, entretanto ambas podem interagir e influenciar uma a outra (ORSER JR, 1992, p. 35).

Para compreender a prática e o uso dessas arquiteturas é necessário visualizar todo um contexto que vai além da tradição acadêmica e vernácula. A exemplo os jesuítas tentaram reproduzir no Brasil a cópia arquitetônica existente em Portugal, seguindo os padrões acadêmicos presente no estilo barroco que predominou nas suas construções, e na vernácula que especificam culturalmente sua identidade, entretanto por diversos fatores isto não pôde ser fielmente reproduzido.

Todavia na obra *In Small Things Forgotten*, James Deetz (1996) apresenta as transformações arquitetônicas ocorridas na Nova Inglaterra, atual Estados Unidos da América durante o início da colonização. As construções nesse período reproduziam o mesmo estilo arquitetônico da Inglaterra, com o decorrer do tempo as construções ganharam um novo estilo, mais regionalizado condizente com a nova realidade, mesmo assim os estilos interagiram ocorrendo apenas mudanças no padrão.

Todavia se percebeu que a mudança arquitetônica esteve associada às modificações nas conjunturas culturais e sociais, no que se referiam a individualização do espaço, assim os espaços começaram a deixar de ser comunitários exibindo as mudanças ocorridas dentro dessa sociedade. Com isso percebemos que as relações culturais e sociais dentro de um determinado contexto se exteriorizam refletindo na arquitetura e destarte construindo e transformando a paisagem.

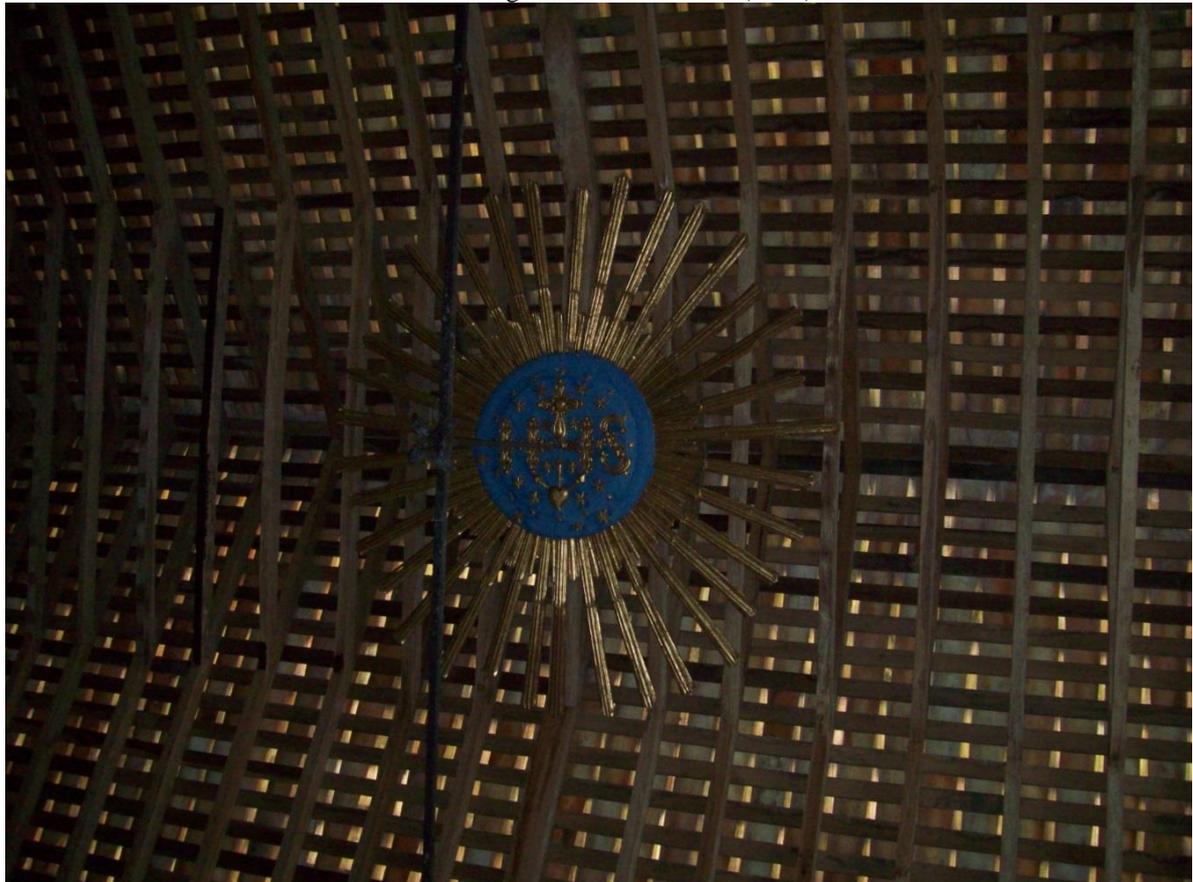
Contudo entendemos que a arquitetura enquanto resultado material das relações sociais, culturais, econômicas entre outras constroem a paisagem, paisagem essa que pode ser visualizada materialmente, porém sabemos que por trás dessas relações existe certa subjetividade daqueles que a constroem e inserem na materialidade sua forma de pensar, a sua ideologia, essa ideologia além das relações cria símbolos que visualizados agem como elementos coercitivos dentro de uma dada sociedade.

CAPÍTULO II

OS JESUÍTAS NA AMÉRICA PORTUGUESA: FÉ, LEI E REI

Figura 2: Resplendor talhado com a insígnia dos Jesuítas (IHS) na Igreja de N^a Sr^a do Perpétuo Socorro, Tomar do Geru, Sergipe.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2013).



2.1 A Companhia de Jesus e sua Fundação: Contexto Histórico.

Fundada no século XVI por Inácio de Loyola (1491-1556) a Companhia de Jesus atuou em uma época em que a efervescência em torno da Reforma religiosa e das transformações socioculturais movimentou toda a Europa. Inácio de Loyola nasceu no provável ano de 1491, em um vilarejo na Espanha chamado Azpeitia. No ano de 1507 após a morte do seu pai foi para a corte da Rainha Isabel trabalhar como assistente do ministro das finanças Don Juan Velásquez, que era amigo da sua família. Com a morte de Don Juan conseguiu uma colocação como escudeiro de Don Antônio Manrique de Lore, então, Vice-rei de Navarra. Nesse período a Espanha e França estavam em guerra pela disputa da região e esse contexto levaria Inácio a se tornar um homem de espada, já que anteriormente desempenhava funções burocráticas na corte (LACOUTURE, 1994).

Desempenhando suas funções militares Inácio foi ferido no ano de 1521 em Pamplona, durante sua recuperação passou a lê e a meditar, dentre as leituras se interessou pela vida dos santos, a qual influenciou e nutriu a ideia de partir para Jerusalém como cruzado e defensor da Igreja e da Terra Santa, o que para Bangert (1985) foi o início de sua conversão religiosa e a sua mudança na forma de ver o mundo, assim partiu em peregrinação, a partir de então passou a ser surpreendido por visões, e foram estas visões que formaram a sua mais importante obra que mais tarde seria o manual de conduta da Companhia de Jesus, *Os Exercícios Espirituais*.

Os Exercícios Espirituais são partes da obra central de Loyola, a qual estão impressas sua vivência e experiência espiritual. Para Lacouture (1994) o momento importante na vida do fundador da Companhia aconteceria em Marena, no ano de 1521 no caminho para Barcelona, quando Inácio recebeu a revelação que foi chamada de “Iluminação do Cadornet” em alusão ao local o qual teria recebido a mensagem, as margens do rio do mesmo nome. A revelação conforme Inácio descreveu em sua autobiografia não tinha apenas o caráter espiritual o qual chamou de “êxtase”, mas também seria o momento em que se revestiu da compreensão intelectual que foi um dos propulsores para o progresso da nova ordem que viria.

A prática dos Exercícios Espirituais conduziria seu praticante não apenas para exaltação e glória de Deus, mas a “uma série de instruções práticas sobre métodos de oração e exercícios de consciência, orientados a conduzir a uma decisão imparcial, e planificadas em uma variedade de meditações e contemplações...” (BANGERT, 1985, p. 18).

Ao retornar da Terra Santa passou a se dedicar aos estudos, assim foi estudar nos dois principais centros culturais da Espanha, Alcalá e Salamanca. Em seguida foi a Paris, ainda como

estudante fez em 1534 o seu voto de pobreza, e a partir de então, se colocou a disposição da Santa Sé e da autoridade Papal para retornar à Jerusalém (BANGERT, 1985, p. 23).

Em 27 de setembro de 1540 a Bula Papal *Regimini militantis Ecclesiae* aprovava e legalizava a nova ordem, a Companhia de Jesus. Dentre os votos: a submissão, a fidelidade ao Papa e a instituição romana fez nascer uma ordem diferenciada das demais. Como mencionamos anteriormente o século XVI foi marcado por inúmeras transformações e movimentos desde o campo religioso ao campo sociocultural que agitaram a Europa e o Reino Português, nesse contexto os jesuítas desempenhariam importante papel para o catolicismo:

A conjuntura social da transição do período feudal para a modernidade transformara Inácio de Loyola e seus primeiros discípulos em guerreiros da fé, que tinham como meta salvar o povo cristão do abandono espiritual em que viviam. Imagem que se amoldava aos interesses da belicosa coroa lusitana preocupada com o domínio das vastas terras coloniais e do controle social na metrópole e nas terras de além-mar. Os seguidores de Inácio de Loyola, com uma ação pragmática junto aos fiéis europeus no que tangia à assistência em hospitais e ao controle dos hereges, conseguiram demonstrar seu comportamento virtuoso por meio da pregação e da prática dos exercícios espirituais. Colaboravam fervorosamente para a construção do edifício cristão, facilitando a união de toda a cristandade (ASSUNÇÃO, 2004, p. 90).

A importância da Companhia de Jesus para a Igreja possibilitou o seu fortalecimento de modo que a Reforma Protestante, preconizada por Martinho Lutero (1483-1546) havia abalado a base da Santa Sé, então a Companhia surgia em um momento propício contribuindo com a Contrarreforma, movimento católico contra a Reforma Protestante que perseguiu todos que fossem contrários aos dogmas da Igreja, assim a Contrarreforma preconizou a renovação em toda sua estrutura institucional em busca do seu fortalecimento.

O fortalecimento da Igreja em parte esteve atrelado a Companhia de Jesus, contudo o movimento da contrarreforma possibilitou o surgimento de outras ordens religiosas que atuaram concomitantemente com os inicianos. O Trabalho desempenhado pelos jesuítas na manutenção da fé católica através da conversão foi à base da Companhia e através dessa prática como missionários alcançaram os confins da Ásia, África e do Novo Mundo.

2.2 Fé, Lei e Rei: Os Princípios da Administração Colonial a partir do Estudo da Presença Jesuítica na América Portuguesa.

A historiadora Maria de Fátima Silva Gouvêa (2001, p.287), ao tratar do poder político e da administração no complexo atlântico português entre 1645 e 1808, realiza uma revisão da historiografia no Brasil colonial trazendo à tona conceitos como “Império ultramarino”, “trajetórias administrativas” e a própria ideia de uma “economia política de privilégios” contrária às simplificações que visualizava a dinâmica da relação Portugal e de seus domínios no ultramar como uma mera relação de sujeição e exploração personificada pelo binômio “Colônia *versus* Metrópole”.

Para a autora, a construção da governabilidade portuguesa durante a expansão ultramarina na conquista de novos territórios pressupunha que “a Coroa passasse a atribuir ofícios e cargos civis, militares e **eclesiásticos** aos indivíduos encarregados do governo nessas novas áreas”, tais medidas propiciavam a articulação de uma “cadeia de poder e de redes de hierarquia” (2001, p.288, grifo nosso). Ainda:

(...) a formação política do Império baseou-se na transferência de uma série de mecanismos jurídicos e administrativos da metrópole para as mais distantes regiões do globo. **Padroado**, poderes concelhios, governadores, ouvidores e capitânicas hereditárias foram alguns dos principais institutos acionados pela Coroa portuguesa no processo de organização de seu governo sobre o complexo ultramarino em expansão (2001, p.289, grifo nosso).

A relação intrínseca entre a Ordem dos Jesuítas e a Administração Colonial na América Portuguesa pode ser evidenciada pela obra *Cultura e Opulência no Brasil* de autoria de André João Antonil, um italiano nascido na Toscana e ingressante na Companhia de Jesus em 1667, que aportou no Brasil junto com o Padre Antônio Vieira na condição de visitador de sua ordem. Em seus escritos, com publicação da primeira edição em 1711 na cidade de Lisboa, aquele que viria a exercer o cargo de Reitor do Colégio dos Jesuítas e o de Provincial no Brasil expôs não apenas a descrição da vida ao sul dos Trópicos, mas, sobretudo, suas próprias ideias sobre como os senhores de Engenho deveriam proceder na condução de suas propriedades, na escolha das terras e no manejo da agricultura canavieira, além de inferir também sobre as plantações de tabaco, as minas de ouro e a obrigação de pagar a El-Rei os impostos da criação do gado e custos do couro no trânsito entre o porto do Brasil e da alfândega de Lisboa (ANTONIL, 1976).

O apogeu da Companhia de Jesus com a expansão marítima a elevou enquanto ordem religiosa e instituição, a parceria com o empreendimento colonial português os levou as terras

de além-mar, o Brasil, assim desenvolveriam sua política religiosa e missionária que contribuiria com a colonização e o povoamento. Desse modo, a Companhia de Jesus no século XVI alcançou diversos continentes e em cada um atuou de forma diferenciada se adaptando às circunstâncias e a realidade de cada lugar:

Nas terras que os descobrimentos marítimos fizeram conhecidas e acessíveis, a implantação de escolas jesuíticas decorreu da política colonizadora das duas grandes potências dos séculos XVI e XVII: Portugal e Espanha. Países católicos, famosos pelo seu zelo religioso, souberam aproveitar os propósitos missionários da Companhia de Jesus em seu próprio benefício. Formando núcleos urbanos em terras distantes, as missões respondiam ao desejo da metrópole de se ver nelas representada através da criação de instituições locais que lhe garantiam o controle e o domínio destes lugares (OLIVEIRA, 1988, p. 24).

A política que celebrou essa união entre o Estado português e a Igreja, nesse caso representada pela Companhia de Jesus foi o *Padroado Régio*⁵ essa cooperação além de permitir uma série de poderes a Companhia mesmo que limitados tinha a finalidade de permitir o trabalho religioso que para Portugal se fazia importante para manutenção da coesão social nas suas colônias, a coesão social era controlada com a presença de colégios que educavam os filhos dos colonos, além do trabalho missionário e de evangelização que foi o principal objetivo dos inicianos, ou seja, ambos permutaram interesses, os jesuítas com esse objetivo fortaleceu o seu poder temporal sobre as colônias que mais tarde eclodiria com a sua expulsão e confisco dos seus bens.

Em 1549 chega ao Brasil o Padre Manuel da Nóbrega seguindo para a Bahia e iniciando o trabalho da Companhia de Jesus no Brasil. Salvador torna-se a sede administrativa em 1549 com a chegada de Tomé de Souza, o primeiro governador geral, com ele chegava também os jesuítas que iriam ocupar a área em torno do Real Colégio das Artes, no terreiro de Jesus edificando suas instalações e contribuindo no desenvolvimento urbano da cidade.

As primeiras missões estabelecidas á roda da baía de Todos os Santos ficavam em pontos cuidadosamente escolhidos, perto do mar para os índios se poderem manter com suas pescarias, e perto das matas para poderem fazer seus mantimentos; reuniam-se em várias aldeias, sujeitas a um só chefe ou meirinho, reconhecido pelos padres como o mais capaz de colaborar nesta

⁵ O *Padroado Régio* foi a união entre o Estado e a Igreja, que ocasionou a descentralização do poder religioso, passando ao Estado o controle sob as ordens religiosas, inclusive com a manutenção financeira das ordens que se instalaram no Brasil durante a colonização.

obra de depuramento, e nela residiam um padre e um irmão, que a tudo superintendiam (ABREU, 1998, p. 61).

Os jesuítas contribuíram de forma diversificada na ocupação do território da Bahia e do restante do Brasil, essa contribuição deixou marcas da atuação desse grupo social colonial⁶ visível na arte, na educação, na religião, na arquitetura dentre outros segmentos. O objetivo missionário foi assegurado com a implantação de igrejas, em sua maioria acompanhada de escolas, assim ofertavam a educação para os índios⁷ através da catequese, e iniciavam a formação dos primeiros núcleos urbanos contribuindo com o objetivo da colonização, em Salvador:

A Sé foi instalada na parte alta da cidade, com a fachada voltada para a baía de Todos os Santos. Isto é, foi estrategicamente posicionada para receber os navegantes que a esta cidade chegavam. Através da monumentalidade arquitetônica e dos fatores topográficos de sua localização, a igreja emergiu, mais elevada que os outros prédios, em um contexto urbano hierarquizado. Dessa forma, o próprio prédio transmitia a força hegemônica da ideologia religiosa, alertando a quem chegava por mar que entrava no domínio de um reino católico (COSTA, 2011, p. 60).

Figura 3: Ilustração de 1695. Vista panorâmica de Salvador, pouco povoada de casas, e a Igreja da Sé com apenas uma torre. Desenho de Froger.

Fonte: Costa, 2011, p.78.



Após a marcante atuação da Companhia de Jesus nos primeiros anos da colonização, esta passou a desempenhar importante papel na sociedade colonial, ao ganhar notoriedade e força participando ativamente dos acontecimentos e da vida cotidiana da Colônia. Dentre essa força podemos destacar o papel da educação através da catequese e consequentemente o poder

⁶ Termo que utilizaremos no decorrer do trabalho para se referir aos padres jesuítas.

⁷ Utilizaremos os termos: índios e gentios para nomear as comunidades e grupos indígenas que foram catequizados e aldeados pelos padres da Companhia de Jesus.

econômico da ordem que com o passar dos anos aumentaria com o acúmulo de bens imóveis como colégios, casas, residências, fazendas, engenhos e sítios por todo Brasil.

2.3 Missões Jesuíticas e Arquitetura no Brasil

Os Jesuítas desempenharam um papel de grande relevância na relação com as comunidades indígenas já estabelecidas no Atlântico sul, bem como na consolidação dos novos territórios. No contexto colonial os Jesuítas foram responsáveis pela construção de inúmeros colégios, igrejas e povoados, por meio de missões e reduções utilizadas na Conquista Espiritual dos povos nativos (CUSTÓDIO, 2013, p.4). No que diz respeito às reduções do sul:

A arquitetura missioneira desenvolveu-se adaptando os padrões culturais europeus e a experiência dos nativos às condições materiais da região. As edificações missioneiras caracterizam-se pela presença de alpendres, para a proteção do calor e das chuvas e pelos grandes pátios internos, também alpendrados, da tradição européia, sempre presentes nas edificações principais. (CUSTÓDIO, 2013, p.13-14).

Em seu relato sobre a arquitetura missioneira jesuítica nas áreas de missões do lado paraguaio, Luiz Antônio Bolcato Custódio, destaca as várias etapas pelas quais passaram as edificações da ordem religiosa. Primeiro, uma fase de construções provisórias e frágeis com paredes de barro ou adobe e coberturas de palha, depois um período de concentração e consolidação em madeira, com vedações de alvenarias e coberturas com telhas cerâmicas e por fim a culminância de seu apogeu com obras mais sofisticadas e sistemas estruturais em pedra, com arcos e abóbadas de tijolos, cobertas por telhados cerâmicos (CUSTÓDIO, 2002, p.91-94). Para Pedro Abelardo de Santana:

Os resultados das escavações na área da Missão Guarani dos Sete Povos, fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, mostraram que o estudo da arquitetura e dos artefatos, aliado ao uso de documentos, literatura histórica e etnográfica, permitiu aos arqueólogos discutir conceitos como aculturação e transculturação relacionando culturas nativas, européias (clássica e medieval) e a ideologia jesuíta (SANTANA, 2004, p.20).

Ao tratar da Igreja de São Miguel Arcanjo, no Brasil, Custódio (2013, p.15) enfatiza que “os edifícios mais requintados das reduções foram às igrejas, que envolveram a habilidade de arquitetos e artífices em sua construção, e sempre estiveram associadas, de um lado à casa dos padres e de outro o cemitério”.

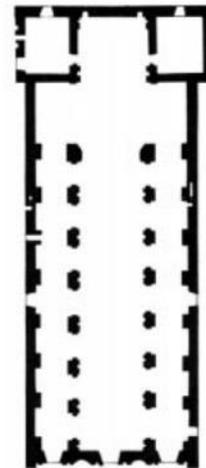
Figura 4: Igreja de São Miguel.
Fonte: CUSTÓDIO, 2002, p.166.



Figura 5: Igreja de São Miguel
Fonte: CUSTÓDIO, 2002, p.177.



Figura 6: Planta Igreja de São Miguel
Fonte: CUSTÓDIO, 2002, p.177



Já o arquiteto Lúcio Costa (2010, p.130-131) observa no programa de construções jesuítas uma relação triangular de simplicidade e funcionalidade:

[...] dividido em três partes, correspondendo cada uma destas a uma determinada utilização: para o culto, a igreja com o coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para residência, os “cubículos”, a enfermaria e mais dependências de serviço, além da “cerca”, com horta e pomar.

Situada na região sudeste, a arqueóloga Rosana Najjar (2011) apresentou estudos do projeto de pesquisas arqueológicas realizadas entre 1994 e 2002 em três igrejas jesuítas: Nossa Senhora da Assunção (Anchieta, Espírito Santo), Reis Magos (Serra, Espírito Santo) e São Lourenço dos Índios (Niterói, Rio de Janeiro). Os dois primeiros sob a responsabilidade do

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o terceiro sob a alçada da Prefeitura de Niterói, estando todos estruturados no bojo de projetos de restauração. Segundo Najjar:

As igrejas datam do século XVI, são testemunhos do primeiro momento de colonização do Brasil e foram implantadas em locais estratégicos para garantir a posse do território aos portugueses e, sobretudo, a presença da Igreja Católica Romana naquele momento conturbado de surgimento do protestantismo. Aos jesuítas ligados à Coroa portuguesa foi passada a responsabilidade da ocupação definitiva do litoral brasileiro (NAJJAR, 2011, p.72).

Para Najjar (2011, p.72), a primeira igreja, datada do século XVI, foi construída pelo Padre Anchieta numa elevação, na foz do rio Benevente. Todavia, a aldeia de Reritiba é o mote que dá sentido à edificação religiosa, uma vez que a povoação requer as atividades de catequese. Retomando a estratégia adotada na escolha do território para as construções jesuíticas, a autora afirma:

Os assentamentos jesuíticos do litoral eram implantados em locais estrategicamente escolhidos, sempre que possível sobre elevações que lhes permitissem uma boa observação defensiva e, paralelamente, lhes atribuísse posição de destaque e poder. Além disso, os assentamentos deveriam estar bastante próximos de grupamentos indígenas a ser catequizados e próximos à foz de rios, o que facilitava os deslocamentos (NAJJAR, 2011, p.72).

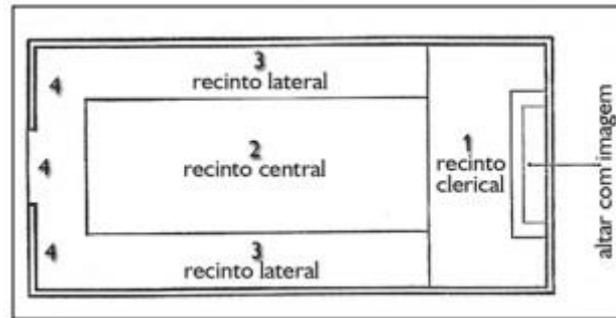
Figura 7: Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Anchieta, Espírito Santo.
Fonte: NAJJAR, 2011, p.73



Najjar (2011, p.76) informa que a presença da igreja e da cerca (parede alta e robusta de pedra e cal que fecha o perímetro do futuro claustro) torna a sacristia a residência do

religioso. A cerca demarca a área de plantio de subsistência e também o ‘mundo’ jesuítico, onde seriam construídas as três alas para o claustro. Ainda: “A espacialidade da igreja dessa época era, provavelmente, simples, mas não deixava de ser hierarquizante, uma vez que nela estava presente o rígido limite entre o sagrado e o profano (capela mor e nave)”.

Figura 8: Distribuição social do espaço na igreja do século XVIII.
Fonte: HOORNAERT, 1977 *apud* NAJJAR, 2011, p.81



Á partir dessa planta da distribuição social na igreja setecentista, Hoornaert (1977, p.293) constata que a “relação entre os homens e o ‘santo’ não é absolutamente pacífica, mas sim conflitual”, desse modo é essencial para uma igreja a imagem do (a) santo(a) padroeiro(a), já que é a partir dela que se materializa a divisão entre espaço sagrado e profano (*apud* NAJJAR, 2011, p.79).

Figura 9: Igreja de São Lourenço dos Índios, Niterói, Rio de Janeiro.
Fonte: NAJJAR, 2011, p.75.



A igreja de São Lourenço dos Índios situada no bairro de São Lourenço, em Niterói, foi construída no morro de mesmo nome onde originalmente existiu a aldeia de São Lourenço dos Índios. A igreja de São Lourenço localiza-se próxima da baía de Guanabara. O padre jesuíta

Gonçalo de Oliveira fundou a igreja em 1553 e foi o primeiro religioso a se estabelecer na aldeia. Os trabalhos arqueológicos revelaram sítios pré-históricos (sambaquis) muito próximos à igreja de São Lourenço dos Índios (NAJJAR, 2011, p.74).

Figura 10: Igreja dos Reis Magos, Serra, Espírito Santo.
Fonte: NAJJAR, 2011, p.76.



A igreja dos Reis Magos localizada no município de Serra, litoral norte do estado do Espírito Santo, na foz do rio Reis Magos, na cidade de Nova Almeida, foi construída entre 1580 e 1615. Pesquisas arqueológicas desenvolvidas na década de 1970 constataram vestígios arqueológicos do período pré-histórico nas adjacências da igreja (NAJJAR, 2011, p.74).

Deslocando-se do sul ao nordeste, e mais especificamente na Capitania da Bahia, a historiadora Maria Helena Flexor (2010, p.15-16) ressalta que com exceção da Capela de Nossa Senhora da Ajuda, improvisada para a rápida instalação dos jesuítas na ocasião de sua chegada naquelas terras, todos os demais edifícios religiosos estabeleceram-se fora da área murada, incluindo o Colégio da Companhia de Jesus. Afirma a autora que:

Praticamente todos os edifícios religiosos erguidos nos séculos XVI e XVII tiveram caráter provisório e foram substituídos à medida que os materiais se deterioravam, a população aumentava ou, ainda, que os próprios religiosos iam se adaptando à nova vida no Continente. Existiram, por exemplo, outras três igrejas do Colégio Jesuíta antes da atual. São Francisco é o segundo conjunto construído. Somente a partir do século XVIII construíram-se as igrejas e conventos definitivos em Salvador e fora da capital (FLEXOR, 2010, p.28).

As igrejas eram importantes reguladoras do ciclo de vida dos habitantes que compunham a sociedade colonial. Os nascimentos, casamentos, batalhas, derrotas, vitórias, aniversários reais, mortes ocorriam entre suas paredes. O badalar dos sinos definia o trabalho e o descanso, as alegrias e as tristezas (FLEXOR, 2010, p.41).

Figura 11: Antigo templo jesuíta (1572).
Fonte: Guia Geográfico da Bahia (Salvador), 2013.



Figura 12: Igreja da Ajuda, BA (1940).
Fonte: Guia Geográfico da Bahia (Salvador), 2013.



O antigo templo erguido pelos Jesuítas em 1572, em Salvador – BA, foi demolido em 1912 e na atualidade, a Igreja da Ajuda possui uma estátua do Padre Manuel da Nóbrega, em seu acesso principal, responsável por sua fundação em 1549.

A arquitetura religiosa foi introduzida em Pernambuco pelo jesuíta Francisco Dias, enviado à Colônia como arquiteto em 1577. A Igreja de Nossa Senhora da Graça teve sua obra iniciada em 1580, juntamente com o colégio, próximos ao pequeno forte situado na parte alta de Olinda (CARBONE *et al.*, 2008).

Figura 13: Igreja de Nossa Senhora da Graça.
Fonte: CARBONE *et al.*, 2008.



Figura 14: Igreja de Nossa Senhora da Graça.
Fonte: CARBONE *et al.*, 2008.



O arquiteto chegou ao Brasil em 1577, após a construção da igreja de São Roque de 1515, em Lisboa. Construiu igrejas e colégios para a Companhia de Jesus no Brasil. Segundo o

Padre Pero Rodrigues que a visitou em 1597 era “a mais bela do Brasil, segundo a traça de São Roque”. À maneira daquela igreja portuguesa, possuía apenas uma nave, tendo à cabeceira, dos dois lados, capelas e nichos rasos (CARBONE *et al.*, 2008).

Figura 15: Igreja de São Roque, Lisboa.
Fonte: CARBONE *et al.*, 2008.



Figura 16: Igreja de São Roque (planta baixa).
Fonte: CARBONE *et al.*, 2008

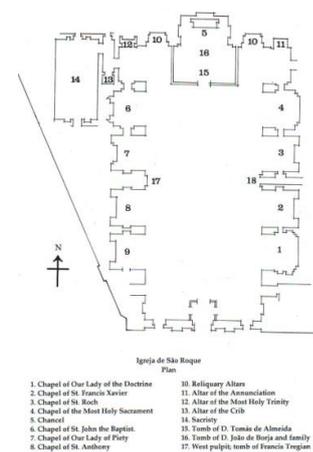


Figura 17: Igreja de São Roque.
Fonte: CARBONE *et al.*, 2008



A torre sineira ergue-se na parte posterior do templo. É uma construção rústica de estilo renascentista com elementos da arquitetura clássica, como o óculo e a marcação das colunas. Os altares tinham detalhes de inspiração coríntia. Foi incendiada pelos holandeses em 1631, conservando as paredes externas e os altares da cantaria das capelas externas. Havendo registro de suas ruínas em pintura de Frans Post (CARBONE *et al.*, 2008).

Em 1975, o IPHAN procedeu a criteriosa Restauração do templo coordenada por prospecções minuciosas. A fachada, que tinha três janelas de feição barroca sobre a portada, conta agora com apenas um grande óculo central sobre a mesma, próxima da cimalha do frontão triangular (CARBONE *et al.*, 2008).

Figura 18: Igreja de Nossa Senhora da Graça.

Fonte: CARBONE *et al.*, 2008



O colégio, seguramente reformado no século XVIII, apresenta feição setecentista, tardia se comparada à igreja. Esta possui nave única ladeada por capelas profundas, lembrando São Roque de Lisboa (CARBONE *et al.*, 2008).

Sobreviveram ao incêndio, além da fachada da igreja, dois altares de cantaria das capelas laterais, com feição renascentista, as colunas e os entablamentos coríntios. No piso da nave foram encontradas mais de cem sepulturas, entre elas a da esposa de Duarte Coelho, Brites de Albuquerque. No fundo da capela-mor, finalmente, encontraram-se restos de um altar em cantaria, importantíssimo resquício quinhentista (CARBONE *et al.*, 2008).

Segundo Senatore e Zarankin (2002, p.6-7) “deve-se estudar a diversidade de dinâmicas implicadas na formação do mundo moderno em diferentes contextos regionais e locais”. Por isso, o olhar sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil à partir do século XVI, em distintas geografias, permite compreender a relação existente entre a materialidade do edifício das igrejas jesuíticas pesquisadas e suas funções simbólicas sob a ótica da Arqueologia Histórica, uma vez que esta destina-se ao “estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo” (ORSER JR, 1992, p.22).

Nessa perspectiva, a arquitetura e a paisagem são lidas como um discurso material e ao ser analisado pela Arqueologia, assim o define,

A cultura material é [...] produzida para desempenhar um papel ativo [nos sistemas socioculturais], é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais,

reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante (LIMA, 2011, p.21)

O relato dos estudos das edificações referenciadas anteriormente, do sul ao nordeste do país, baseados em estudos de historiadores, arqueólogos e arquitetos revelam um necessário diálogo interdisciplinar no que diz respeito à herança material dos Jesuítas no Brasil e particularmente em Sergipe.

Alguns trabalhos desenvolvidos na área da Geografia ou da História de Sergipe mencionaram o uso da Arquitetura ou da Arqueologia como via de interpretação, inspirando, portanto a realização dessa pesquisa que agora busca aliar a Arqueologia da Arquitetura, Espacial e da Paisagem como possibilidades interpretativas na pesquisa em Arqueologia Histórica sobre os Jesuítas em Sergipe.

2.4 A Companhia de Jesus e a Colonização de Sergipe

Em Sergipe a presença dos jesuítas é citada na historiografia bem antes da efetiva colonização de Sergipe em 1590 com a conquista de Cristóvão de Barros sobre os gentios e da fundação da cidade de São Cristóvão de Sergipe Del Rey, a tentativa de colonização se iniciara bem antes, durante o governo de Luís de Brito no ano de 1575:

A colonização sergipana vai ser tentada a partir de uma aliança entre o Estado português através de seus prepostos na colônia e os latifundiários, especialmente o mais importante deles – Garcia D’Avila – o homem de mais posses na Colônia depois do donatário de Pernambuco. Teria sido ele quem mais instigou Luís de Brito à conquista violenta de Sergipe, em detrimento da promissora catequese que os inacianos já desenvolviam (NUNES, 1989, p. 20).

Entretanto a tentativa de colonização de Sergipe esteve atrelada aos interesses dos grandes latifundiários com a expansão do gado e para isso era necessário adentrar ao interior, que compreendia as terras sergipanas, estas terras tiveram inicialmente a presença dos padres da Companhia que ali criaram as primeiras aldeias de catequese. A presença dos inacianos provocou certo descontentamento com os senhores das terras, não apenas pela defesa da não escravidão indígena como também pela ocupação territorial, que de certo modo impedia a entrada dos rebanhos interior a dentro. Também outro motivo que incitou o uso das armas contra os índios foi o contato de algumas tribos em favor dos franceses no escambo de produtos nativos

e a resistência de alguns em relação à imposição da política portuguesa. Afirma a historiadora Ane Luíse Silva Mecenias Santos que:

a estratégia de aglutinar a população indígena em aldeamentos é parte integrante da colonização no intuito de “civilizar” os índios, atendendo assim tanto aos interesses da Igreja na catequização dos infiéis quanto à preparação de mão de obra para os colonos. Essa aglutinação não se referia apenas a colocar todos os indivíduos para viver no mesmo espaço, mas estava diretamente relacionada à alteração de toda dinâmica do local (SANTOS, 2011, p.43).

A primeira tentativa de colonização de Sergipe com a participação da Companhia de Jesus ocorreu no ano de 1575, quando o Padre Gaspar Lourenço e o Irmão João Salônio iniciaram a catequese dos gentios e em seguida fundam as Missões de São Tomé nas proximidades do Rio Real e a Missão de Santo Inácio nas proximidades do Rio Vasa-Barris e uma terceira missão junto ao mar denominada São Pedro e São Paulo (LEITE, 1938, Tomo I).

A segunda tentativa de colonização de Sergipe se efetiva com a conquista de Cristóvão de Barros no ano de 1590, após essa investida o processo colonizador começa a se desenvolver, isto não ocorreu antes devido aos conflitos gerados pelos índios que não se renderam aos colonos na primeira tentativa de colonização, e devido às divergências entre os colonos e jesuítas, que eram contra a política de proteção dada aos índios pela Companhia. Após 1590 a Companhia de Jesus retorna com avidez sua missão catequizadora e solicitam terras ao rei.

Foi na aldeia de São Tomé que o Padre Gaspar Lourenço criou a primeira escola que se chamou Escola São Sebastião, uma escola para crianças na qual o Irmão João Salônio foi nomeado seu primeiro professor, contudo essa iniciativa de catequese com a fundação de um colégio foi derrubada com a violenta investida de Luís de Brito que dizimou e escravizou vários índios e culminou com o fim desta atividade (NUNES, 1984).

Ainda, de acordo com as pesquisas de Ane Luíse Silva Mecenias Santos:

Dentre as diversas áreas de ocupação dos jesuítas, na Capitania de Sergipe Del Rey, está a missão de Geru. A aldeia kiriri nas proximidades do Rio Real passou a ser comandada pelos interesses de catequese da Companhia de Jesus, o que só foi possível após anos de divergências com “a gente da Torre”. Em janeiro de 1683 foi lavrado um recibo de compra e venda de um sítio chamado Ilha. Os carmelitas, antigos proprietários, venderam para os jesuítas as terras na proximidade do Rio Real. O sítio mudou de nome e passou a ser chamado de Geru. Os inacianos permaneceram na localidade até 1758, quando, por determinação do Alvará de 8 de maio daquele ano, ocorreu a elevação dos aldeamentos a condição de vila. Durante o período da ocupação jesuítica na Missão do Geru, os padres desempenharam as atividades de catequese e

estudaram a forma de comunicação com os índios Kiriri (SANTOS, 2012, p.4658-4659).

A atividade econômica desempenhada pelos jesuítas visava de certa forma garantir a manutenção da ordem que era de suma importância, o crescimento dessa atividade ocorreu de forma acentuada no século XVII quando ampliaram um número de reduções e aldeamentos, fazendas de gado e engenhos, sem falar das inúmeras propriedades nas outras capitanias. A colonização da Capitania de Sergipe foi impulsionada através da doação de sesmarias, essas doações se processaram no período de 1596 a 1607 tanto para os colonos interessados em povoar, e aos padres da companhia e principalmente para os companheiros de Cristóvão de Barros que o ajudaram na conquista.

Saiban etc. diz o irmão Amaro Lopes em nome do padre reitor da companhia de Jesus que eles, Vai em quatro anos pouquo mais ou menos que estão ajudando a povoar esta capitania sustentado a passagem do Vasa Baris e vindo todos os anos a esta capitania ajudar o espirituall com muito trabalho outro si aqui he moradores pera terra no que em tudo fasem muito serviso a déus e a sua magestade porque ora elles sopricantes tem metido muito fabriqua asin de gentes como de gado e suas criasois e a terra que lhe he dada não he capaz de sustentar a sua fabriqua o mais que querem meter por quanto não servem mais que de pastos e ora junto a serra de cayaiba que podem ser oito llegoas desta povoação esta huã tapera que se chama pixapoam a quall se se povoar se fara muito serviso a déus e a sua magestade e bem crecemta muito a esta capitania por coanto he frontera e segura esta capitania pera que se posam allargar povoando suas terras que por medo dexao algus de povoar e ora elles a querem povoar e por nela fabriqua de gente e gado e cultivala pera que tenham mantimentos pera poderem se sustentar visto serem moradores ja pedem a Vm. lhe de en nome de sua magestade por devolluta no primeiro vale que esta antes da dita tapera pera elles tres llegoas de tera a quall terra se demarcara pero dito valle direito ao rio Vasabaris e pelo rio asima tornado pellas fraldas da Itanhana e cajaiba para oeste de maneira pue fique as ditas tres llegoas em quadro erm. dou ao sopricante em nome de sua magestade na parte que pede duas llegoas de terra em quadro de sesmaria com todas as auguas e madeiraa que nella se achar em Seregipe a des de marso de seir sentos e hu o capitão M. M. B. em ausencia de Diogo de Qoadros (FREIRE, 1977, p. 357).

Deste modo corroboramos com a ideia de Freire (1977) ao afirmar sobre o duplo caráter dos jesuítas, de sacerdote e agricultor ao assumirem a direção espiritual da capitania e com a solicitação de doações de terras criariam gado e cultivariam a lavoura. A Carta dos Padres da Companhia de Jesus de 10 de março de 1601 solicitando terras comprova a ideia de duplo caráter visto que a maioria dos padres vinha da Bahia onde já possuíam uma estrutura administrativa e física consolidada e em Sergipe dariam continuidade aos objetivos da obra que consistia no trabalho espiritual e administrativo.

Nos documentos do Arquivo Ultramarino da Bahia referentes ao século XVIII é possível encontrar algumas referências significativas à da Companhia de Jesus. Primeiro, no requerimento de 14 de agosto de 1745 o padre Manuel de Siqueira solicita ao rei D. João V que ordene que **em cada uma das capitâneas do Estado do Brasil** se faça uma junta de missões⁸. Já no requerimento de 13 de novembro de 1754, o reitor do colégio da Companhia de Jesus da cidade da Bahia, Tomás Linco pede ao rei D. José que determine ao novo ouvidor da vila de Moura, José Marques da Fonseca Castelo Branco, que desista das medições de terras do Maranhão e “se pratique da mesma forma como se fez das terras de **Sergipe d’El-Rei**”⁹. E ainda em 29 de novembro de 1759, há as ordens régias passadas ao Marquês de Lavradio, D. Antônio de Almeida, ao vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha para **regularizar a situação dos jesuítas no Brasil**¹⁰.

Segue abaixo o mapa de Sergipe com sua distribuição hidrográfica e dos aldeamentos estabelecidos ao norte em Jacaré, São Pedro do Porto da Folha, Pacatuba e Japarutuba; na região central em Aracaju e Água Azeda; no sul em Tomar do Geru (SANTANA, 2004, p.32).

⁸ REQUERIMENTO In: AHU-Bahia, cx. 89, doc. 10; AHU-ACL-CU-005, Cx. 83, D. 6808(grifo nosso).

⁹ REQUERIMENTO In: AHU-Bahia, cx. 130 doc. 56; AHU-ACL-CU-005, Cx. 121, D. 9475(grifo nosso).

¹⁰ ORDENS RÉGIAS In: AHU-Bahia, cx. 142, doc. 60; AHU-ACL-CU-005, Cx. 143, D. 10990(grifo nosso).

CAPÍTULO III

SÍTIOS JESUÍTICOS EM SERGIPE

Figura 20: Portada da Casa do Retiro.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Figura 21: Foto da Portada da Igreja da Comandaroba.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).



3.1 As Fazendas, Missões e o Colégio de Sergipe Del Rey

Segundo Leite (1945, Tomo V) os jesuítas empreenderam no aproveitamento das terras que estavam sob sua posse desde a época da conquista que se situavam às margens do Rio Real, Piauí, Vasa Barris transformando estas terras em grandes núcleos de fazendas produtivas e de diversas culturas. No catálogo de bens da Companhia de Jesus há o registro de duas grandes fazendas jesuíticas em Sergipe, a Fazenda Aracaju é citada no catálogo de 1692 com o título de “*Residência de Sergipe no Tujupeba*”¹¹ e a Fazenda de Jaboaão citada como “*Residência do Jaboaão do Rio São Francisco*” estes foram os principais núcleos de fazendas da Companhia de Jesus que foram catalogadas, entretanto devemos observar que estes núcleos de fazendas consistiam em aglomerados de terras espalhados em grandes áreas territoriais.

A Fazenda Aracaju, que mais tarde passou a ser citada com o nome de Fazenda Tejupeba serviu por tempo como residência fixa dos jesuítas desde o século XVII. Na descrição de Leite (1945) é possível perceber a movimentação em torno dessa residência que contava com três residentes no auge do final do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, o Padre João Nogueira, Procurador da Fazenda; o Irmão José de Torres, Construtor de Barcos e o Irmão Francisco Simões, carpinteiro, esta situação demonstra a intensa atividade dessa residência “o que denota período ativo de edificações” (LEITE, 1945, Tomo V, p. 321). Informações acerca da proximidade de uma aldeia indígena, denominada Tejupeba corrobora com a premissa da prosperidade e dos trabalhos dos inicianos na região, o que tornou essa residência a mais numerosa no número de residentes em relação às outras tantas residências pertencentes ao Colégio da Bahia¹².

A Fazenda Tejupeba, hoje denominada Fazenda Iolanda está situada na região do atual município de Itaporanga D’Ajuda, nos tempos dos jesuítas essa localização era estratégica, devido à proximidade com o centro da Capitania, a cidade de São Cristóvão. A localização segundo a cartografia da época informa que a fazenda estava à frente de São Cristóvão às margens direita do Rio Vasa Barris, e era banhada e margeada pelo Rio Tejupeba do qual recebeu o nome.

¹¹ Esta diversidade *Ptejupeba, Tujupeba e Tejupeba* poderia significar a evolução da palavra: é provável que represente a hesitação de copistas. Nos documentos da Companhia há apenas os nomes Tujupeba e Tejupeba. Cf. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, Tomo V, p. 321.

¹² Em 1757 se registrava a presença de 3 padres e 2 irmãos. Cf. LEITE, 1945. op. cit. p. 321.

Figura 22: Igreja do Colégio, Fazenda Tejupeba (antigo Engenho Colégio), Itaporanga D’Ajuda, Sergipe.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2013).



Figura 23: Residência dos Jesuítas, Fazenda Tejupeba (antigo Engenho Colégio), Itaporanga D’Ajuda, Sergipe.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2013).



A segunda fazenda citada no catálogo denominada de Fazenda Jaboatão foi organizada como residência em 1694, por volta de 1720 era possível encontrá-la em documentos com a citação de “*Residência de Jaboatão do Rio São Francisco e Urubu*” a última expressão possivelmente se referia a Vila de Propriá conhecida pelo nome de Urubu de Baixo. O Padre João Nogueira e o Irmão carpinteiro Francisco Simões residiram na Fazenda Jaboatão dois anos após organizarem a Fazenda Tejupeba. Segundo a descrição de 1757 a Fazenda Jaboatão era tida como modelo devido a sua organização física e direção administrativa, nela havia um hospício, residências dos religiosos, casa de escravos e uma adornada e aprazível igreja devotada a Nossa Senhora do Desterro. A Fazenda Jaboatão se situava na região da atual cidade de Japoatã município sergipano (distante da capital aproximadamente 94 Km) na região do baixo São Francisco com uma localização estratégica próxima a um dos maiores rios navegáveis do Brasil o Rio São Francisco, além de fazer limites com o atual território alagoano antes pertencente a Capitania de Pernambuco.

Dentre as aldeias jesuíticas em Sergipe desde 1575 além das Aldeias de Aracaju e Tejupeba, e Jaboatão, a Aldeia do Geru pertenceu a Companhia de Jesus e nela foi feita missões de grande importância agregando os índios da região chamados *Kiriris*, também localizada estrategicamente contribuiu na mansidão dos ânimos entre os colonizadores e índios permitindo assim a implantação do sistema colonial de uso das terras. A localização primeva da Aldeia do Geru fazia limites com o Rio Itamirim e Rio Real onde começava e terminava no Rio Piauí braço do Rio Real. Foi nessa região que devido a catequese se fundou no século XVI o primeiro colégio de Sergipe, seu nome aparece no catálogo de 1692 com o nome de *Juru* que na toponímia em tupi significa boca, entrada. Da toponímia pressupomos que esta região foi a

porta de entrada da colonização vinda da Bahia e que adentraram em Sergipe por esta localidade.

Segundo Leite (1945, Tomo V) a Aldeia do Geru tornou-se grande centro da região, e também da vida religiosa, a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro edificada pelo Padre Luiz Vincêncio Mamiani (1652-1730) destacou-se como umas das mais belas e ornamentadas igrejas jesuíticas fora da Bahia, e foi na Aldeia do Geru que os Jesuítas deixaram umas das mais importantes contribuições para a gramática da época, a elaboração do Catecismo (1698) e da Arte de Gramática da Língua Basílica da Nação Kiriri pelo Padre Luiz Vincêncio Mamiani.

Figura 24: Igreja de N. Sr.^a do Perpétuo Socorro, Tomar do Geru, Sergipe.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2013).



Aplicar os conhecimentos da Arqueologia da Arquitetura na leitura das edificações materiais legadas pelos Jesuítas, requer muito mais do que uma mera observação das características estéticas, mas através das tipologias e técnicas construtivas identificar os significados e funções dessa cultura material, bem como compreender como o objeto arquitetônico interage com a sociedade. Interessa a evolução cronológica do edifício e os aspectos sociais e econômicos que motivaram as alterações na construção. Isto inclui também “a comunicação oral, a arquitetura, a ornamentação do edifício, o mobiliário são elementos que, em conjunto, vão influenciar cada indivíduo, atingindo dessa forma a coletividade, o comportamento social” (CORREA, 2011, p.45).

O simbolismo presente no conjunto da estrutura também representa significados e funções, que podem ser observadas a partir de sua localização na paisagem.

A imagem desse prédio faz parte da memória visual de muitos dos geruenses. Ele tem uma localização privilegiada de vários pontos da cidade se pode ver

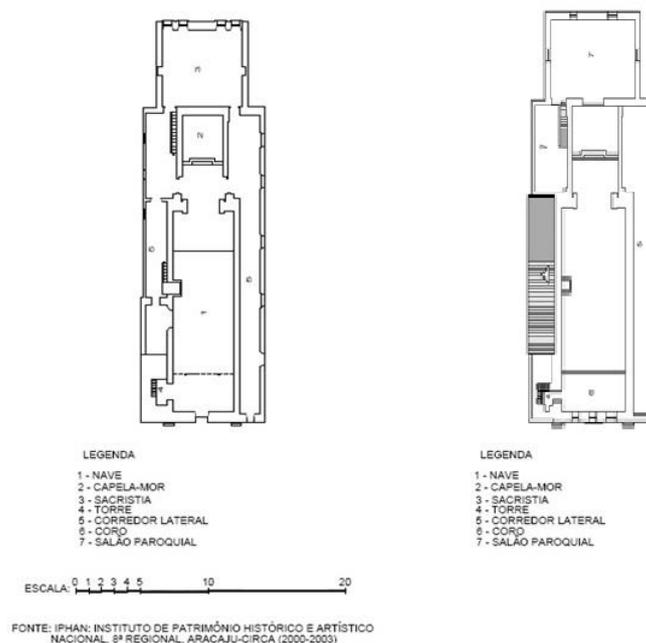
o monumento, seja a fachada principal, a lateral ou a posterior, a torre sineira ou as duas palmeiras fronteiras à igreja, plantadas entre o cruzeiro e o edifício, que completam a paisagem. A Igreja Matriz é uma das edificações de maior destaque na cidade. De não muito distante geograficamente da área urbana de Geru, é possível distinguir a Igreja de Nossa Senhora do Socorro claramente. (SANTOS, 2013, p. 75).

A igreja matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi restaurada na década de 1980, durante o governo estadual de Augusto Franco, pelo Programa de Cidades Históricas via convênio SEPLAN-SPHAN-EMSETUR-DEP, e entregue a comunidade de Tomar do Geru em março de 1982.

Nas plantas baixas do primeiro pavimento e pavimento térreo da Igreja de N. Sr^a do Perpétuo Socorro (Tomar do Geru) encontra-se a típica conformação dos espaços primários sendo demarcados pela nave (1) e a capela mor (2). Os espaços secundários são reservados às dependências e anexos (3,4,5,6 e 7). A nave possui uma extensão muito maior do que a capela-mor, primeiro para abrigar os fiéis nos dias de culto, enquanto o espaço da capela-mor demonstra uma limitação de acesso que pressupõe ter sido um espaço construído para ser ocupado apenas pelos religiosos que dali tem acesso à sacristia. Nesse sentido, a dinâmica de poder e disciplina se estabelecem nos limites dessa conformação arquitetônica, uma vez que “a arquitetura religiosa tem sempre um aspecto prático e outro ideológico” (CORREA, 2011, p.45).

Figura 25: Planta baixa da Igreja de N. Sr^a do Perpétuo Socorro (Tomar do Geru). Pavimento Térreo/Pavimento Superior.

Fonte: SANTOS, 2011, p.88. Modificado por Ronaldo Alves 06/01/2014.



A educação, ou melhor, a vocação docente sempre esteve lado a lado no trabalho missionário dos jesuítas, assim toda implantação dos jesuítas no mundo veio acompanhada pelo colégio. Esses colégios eram implantados decorrentes da política colonizadora, que referenciavam os ideais de Portugal e contribuíam com o crescimento urbano auxiliando no povoamento da colônia. Em Sergipe segundo a historiadora Maria Thétis Nunes (1984) após a primeira tentativa de se estabelecer um colégio para a catequese e que foi mal sucedida decorrente do ataque aos índios, os inacianos não tiveram mais interesse em fundar colégios em Sergipe, e mesmo na capital São Cristóvão nenhum colégio foi implantado pelos jesuítas, de certo:

Culturalmente, dos Jesuítas, nunca se teve nada. Excetuando, nos últimos anos, a Igreja do Jeru, só currais e escravização de índios para suas fazendas ou cercas na própria Capitania ou em Bahia. Sergipe não tinha dinheiro bastante para entrar para os cofres da Companhia e, assim, enterrecê-la a fim de cultivar-lhes os filhos (NUNES, 1984, p. 24).

Segundo Serafim Leite (1945, Tomo V) a Câmara de São Cristóvão em 4 de julho do não de 1684 escrevia ao Rei solicitando recursos para conclusão das obras da igreja matriz e para a construção de um colégio, dentre as justificativas estavam o ensinamento da doutrina religiosa e da educação, para os filhos dos colonos que haviam se estabelecido em Sergipe já que o ensino era monopólio da igreja. Outro motivo que possivelmente interrompeu a fundação de um colégio da Companhia em Sergipe foi à invasão holandesa ocorrida no período de 1637 que culminou com o incêndio que destruiu São Cristóvão e que até a expulsão dos holandeses do Brasil causou grande turbulência na capitania. Não logrando êxito tal solicitação perante o Rei, a Companhia seguiu com objetivo de suas atividades que eram as missões urbanas e rurais.

O desenvolvimento dessas duas atividades foi marcante durante o estabelecimento dos jesuítas em Sergipe Del Rey, a exemplo da Fazenda Tejupeba, a qual os jesuítas desenvolveram atividades agrárias e a criação de gado paralela à catequese, fato interessante é que atualmente a fazenda é denominada Fazenda Colégio Tejupeba em alusão ao provável colégio que os jesuítas ali fundaram, todavia nunca se chegou a fundar no atual estado de Sergipe nenhum colégio da ordem, em consequência da proximidade entre a Bahia e Pernambuco. A manutenção da ordem religiosa se dava através da ajuda financeira cedida pela administração real e doações, cabia aos jesuítas organizar e administrar seus empreendimentos que de forma rentável colaboravam para a manutenção da Companhia nos territórios em que se faziam presente (LEITE, 1938, Tomo I, p. 449-450).

Outra questão que inferimos a respeito da inviabilidade de se fundar um colégio residiu no fato da mudança de local da sede da Capitania até se fixar onde hoje está localizada a atual

cidade de São Cristóvão, isso incluía a baixa demografia da época tornando-se inviável tal projeto, nesse caso a baixa densidade demográfica significava também a falta de recursos financeiros inviabilizando a fundação e administração de um colégio jesuíta dado pelo alto custo de manutenção.

A educação de modo geral iniciada através da catequese foi a principal base da política colonial preconizada pelos jesuítas, entretanto a educação formal nas letras e humanidades como ocorreu na Capitania da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo entre outras ocasionou a fundação de grandes colégios o que foi diferente em Sergipe.

3.2 Caracterização Histórica

Os Sítios Históricos Casa e Capela Engenho Retiro¹³ e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba¹⁴ compõe o espaço e a paisagem jesuítica de Laranjeiras/SE, ambas as estruturas arquitetônicas são patrimônios tombados, e sítios arqueológicos. Como vestígios materiais foram produzidos dentro de um contexto histórico através da interlocução humana com a paisagem, assim faremos uma breve caracterização histórica para nos situarmos no tempo e espaço.

Após as investidas de Cristóvão de Barros contra os franceses e os gentios, tem início a Conquista de Sergipe e a sua colonização que se consolida em 1º de janeiro de 1590, com a edificação do arraial e depois Vila de São Cristóvão de Sergipe Del Rei tornando-se o centro político e administrativo dessa capitania representando-se junto a Capitania da Bahia da qual era subjugada.

Desde então, houve a concessão de sesmarias com a finalidade de colonizar e povoar, e consequentemente ampliar o verdadeiro interesse da colonização, que era o fator econômico. Partindo do Rio Real até o Rio São Francisco o crescimento de Sergipe Del Rei começava a dar resultados de povoações com a distribuição de sesmarias, surgindo então outras vilas. A povoação de Laranjeiras situada na região do Vale do Cotinguiba iniciou no ano de 1594 como atesta a Carta de Tomé Fernandes, primeiro donatário a receber sesmarias na região:

Saibam quantos esta carta de sesmarias deste dia para sempre virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1594, aos 23 julho de

¹³ Patrimônio Histórico Tombado IPHAN/SERGIPE – Processo: 247-T-41, Livro: Belas Artes, vol. I, Nº da Folha: 63, Nº de Inscrição: 298-A, Data: 14/01/1944/ Livro Histórico Vol. I, Nº da Folha: 39, Nº de Inscrição: 231, Data: 14/01/1944. (grifo nosso).

¹⁴ Patrimônio Histórico Tombado IPHAN/SERGIPE – Processo: 299-T-41, Livro: Belas Artes, vol. I, Nº da Folha: 58, Nº de Inscrição: 272-A, Data: 23/03/1943/ Livro Histórico Vol. I, Nº da Folha: 35, Nº de Inscrição: 207, Data: 23/03/1943. (grifo nosso).

1594, da dita era, nesta cidade de São Cristóvão, Capitania de Sergipe, de que é Capitão e Governador o Sr. Tomé da Rocha, governador geral de todo este estado [...] Diz Tomé Fernandes que ele veio ajudar a dar guerra em Sergipe del Rei, em companhia de Cristóvão de Barros... com suas armas e escravos, à sua custa, sem prêmio nenhum, nem cousa alguma Del Rei [...] Pede a Vossa Mercê havendo respeito a ser dos primeiros e por seu ofício permanecer a terra com embarcações, lhe dê sesmarias em Cotenguiba... (MOTT, 2008, p.139).

A partir de então outras cartas de sesmarias foram expedidas permitindo aos donatários fixarem moradia, usufruir da terra colonizando e povoando a Cotinguiba¹⁵ e demais regiões da capitania. Durante esse tempo a região pertenceu a Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, conhecida pelos vales férteis propícios ao cultivo da cana-de-açúcar e a sua proximidade a perenes rios que despertaram o interesse de colonos pela região e assim:

Os portugueses, que eram mais instruídos e ilustrados, dedicaram-se ao Comércio e à Lavoura. Os ricos adquiriram propriedades e declararam-se senhores feudais, governando de braço e cutélo. Os engenhos eram verdadeiros feudos e o bater de possantes cancelas significava a maior ou menor riqueza do seu proprietário. Com a colonização veio a Religião (OLIVEIRA, 1981, p. 32).

Com a povoação e a colonização, a religião esteve presente em toda capitania, os jesuítas registraram sua presença em Sergipe Del Rei desde a conquista no século XVI se instalando na Vila de São Cristóvão e expandido nas demais áreas da capitania contribuindo com a urbanização e foi durante o século XVI que teve início a povoação e colonização da região em que está situada a cidade de Laranjeiras.

A primeira tentativa de colonização da Companhia de Jesus em terras sergipanas se deu em 1575, pelo padre Gaspar Lourenço que atravessou a fronteira do Rio Real e percorreu até as margens do rio São Francisco que dava nos sertões sergipanos. Esta primeira tentativa de catequese e exploração por parte dos padres jesuítas, só foi possível pela presença de uma escolta armada, feita por soldados portugueses locados em Salvador, deste modo chegam às terras do cacique Surubi hoje atual cidade de Itaporanga D'Ajuda que era a povoação mais próxima das terras de Laranjeiras.

O desenvolvimento da região da Cotinguiba esteve atrelado ao processo colonizador, essa região bastante referendada nas cartas de sesmarias esteve sob a cobiça por parte dos colonos, inclusive dos religiosos que em virtude do acordo com os Estado Português aqui

¹⁵ Nome dado à região que compreende o território de Laranjeiras desde a colonização, em virtude de ser banhada pelo Rio Cotinguiba.

vieram contribuir nesse processo conforme atesta as cartas de sesmarias entre os quais religiosos de várias ordens solicitavam terras (FREIRE, 1977; NUNES, 1989).

3.2.1 A Casa do Retiro: Primeira Residência dos Jesuítas em Laranjeiras

A Companhia de Jesus se estabeleceu na região da Cotinguiba em 1701, no curso esquerdo do riacho São Pedro, na Povoação de Laranjeiras construíram a sua primeira residência, chamada de Retiro. Segundo Philadelpho Jonathas de Oliveira (1981) essa residência seria o centro das operações dos jesuítas no Vale do Cotinguiba, o privilégio topográfico e o isolamento permitiam a sua reclusão vivendo em um verdadeiro retiro espiritual. Sobre o Engenho Retiro, Loureiro (s.d) o menciona como a primeira habitação dos jesuítas na Cotinguiba em fins do século XVII “A casa-grande e sua capela têm construção datada de 1701”. A residência e a capela do Retiro foram construídas com formas arquitetônicas utilizadas pelos jesuítas em estilo barroco, e constam algumas alterações e reformas em particular na torre da capela ainda no século XIX (LOUREIRO, s.d, p. 29).

Figura 26: Casa do Retiro, primeira residência dos jesuítas, Laranjeiras, Sergipe.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Sob esse aspecto Renata Pereira (2012) afirma que: “(...) a qualidade arquitetônica da cidade não se restringe à realização de obras isoladas, mas também à capacidade das novas arquiteturas relacionarem-se a fatos urbanos anteriores: a outras arquiteturas, à paisagem, ao lugar e aos sistemas de infra-estrutura” (PEREIRA, 2012). A capela é dedicada a Santo Antônio e a Nossa Senhora das Neves, possui 15 metros de comprimento, cinco de largura, duas torres, sinos, duas sacristias, côro, altar-mor e segundo o imaginário popular existe um túnel que interliga a casa a igreja (OLIVEIRA, P. J., 1981, p. 34).

A Capela de Santo Antônio e Nossa Senhora das Neves foi construída no alto de uma colina sob um alicerce de pedras, com três portas dianteiras, todavia só a porta central possui acesso à nave e ao altar-mor. Possui duas torres sineiras que serviam também como ponto de observação (vigilância e controle). Há cinco janelas retangulares acima da portada com acesso ao Coro. A cúpula é encimada por ornamentações circulares. O frontão possui ondulações e volutas com um óculo circular ao centro.

Figura 27: Capela de Santo Antônio e N^a Sr^a das Neves, (antigo Engenho Retiro), Laranjeiras, Sergipe.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Figura 29: Casa do Retiro e Capela de Santo Antônio e Nossa Senhora das Neves (antigo Engenho Retiro), Laranjeiras, Sergipe.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Figura 28: Altar-mor da Capela de Santo Antônio e N^a Sr^a das Neves, (antigo Engenho Retiro), Laranjeiras, Sergipe.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Figura 30: Frontispício em pedra calcária, datado de 1701, Casa do Retiro, Laranjeiras, Sergipe.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Sobre a portada da casa há moldura em cantaria entalhada em pedra calcária com formas curvilíneas. A porta de madeira cor verde escuro também se apresenta esculpida com frisos retangulares preenchidos por círculos. Em referência ao portal, o arquiteto Lúcio Costa o incluiu

como objeto de seu estudo, afirmando ser uma “decoreação classicista que vamos encontrar em outras portadas jesuíticas, como, por exemplo, na bela cercadura de pedra do chamado Engenho Retiro, em Sergipe” (COSTA, 2010, p.151).

Figura 31: Portal decorado da Casa do Retiro.
Fonte: COSTA, 2010, p.182.



Figura 32: Detalhes do portal decorado da Casa do Retiro.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



E sobre outro exemplo de arquitetura jesuítica, a Casa do “Engenho Colégio”, Lúcio Costa ressalta:

Importa, ainda, chamarmos atenção aqui para a interessante casa de residência dos padres no antigo engenho hoje denominado do Colégio, em Sergipe, que, pelas particularidades do seu estilo, é exemplar talvez único no país e, por esse motivo, está sendo estudada pela Seção Técnica do SPHAN, juntamente com a arquitetura civil (fig. 33). Estudo em que se analisa também a parte que coube, de fato, aos jesuítas, não propriamente na criação de uma nova técnica ou de soluções novas, mas na divulgação pelo interior do país, através dos seus colégios e aldeias, das soluções e das técnicas de uso corrente, apreendidas primeiro por eles do próprio elemento civil e ajustadas, depois, às necessidades particulares do seu programa, também em grande parte residencial. (COSTA, 2010, p.151)

Figura 33: Casa do Engenho Colégio, Itaporanga D’Ajuda, Sergipe.
Fonte: COSTA, 2010, p.183.



Figura 34: Casa do Engenho Colégio, Itaporanga D’Ajuda, Sergipe.
Fonte: Fotografia Janaina Mello (2013).

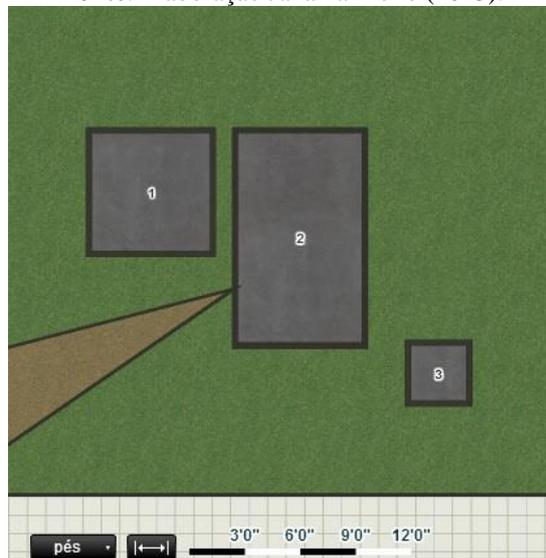


Em meados do século XVI a técnica da cantaria¹⁶ chegou ao Brasil. Tomé de Souza – primeiro governador geral da colônia – trouxe consigo em 1549 o mestre da pedraria Luís Dias. O hábito da importação de cantarias em calcário Lioz, oriundas de Portugal, foi amplamente substituído pela confecção *in loco* e, mesmo influenciada pelos estilos europeus, a arquitetura passou a utilizar-se da matéria-prima local, tendo que se adaptar às diferentes texturas e dificuldades do uso da técnica de entalhar relevos e contornos em pedrarias do território brasílico (VILLELA, 2003).

Figura 35: Disposição da ocupação do Engenho Retiro (planta baixa 2D).

Legenda: (1) Capela; (2) Casa; (3) Residência contemporânea.

Fonte: Elaboração Janaina Mello (2013).



A disposição das construções no Engenho Retiro, a saber, a Capela (imagem 1) e a Casa (imagem 2) revelam a necessidade da proximidade entre ambos para efeito não apenas de rápido acesso ao local de orações, mas também o estabelecimento de limites de controle. Ao lado, já da época contemporânea ergueu-se uma pequena residência (imagem 3) cujos habitantes desempenhavam funções no manejo da terra e de guarda do local, tendo em vista ser esta uma propriedade privada. Como afirma Zarankin (2003, p.29) “(...) tanto la morfología de las estructuras como la organización del espacio son elementos centrales para garantizar el funcionamiento del poder”.

¹⁶ A palavra cantaria, no âmbito da arquitetura, tem sua etimologia originada do latim “canthus” com o significado de “aresta”. Há autores que remetem o significado à época pré-romana quando designava “pedra grande”, ou pedra aparelhada para formar o ângulo de uma construção. Disponível em: <http://www.cecibr.org/ceci/br/pesquisa/estudos/oficios-tradicionais/cantaria.html>, Acesso em: 20/10/2013.

3.2.2 A Igreja da Comandaroba: Segunda Residência dos Jesuítas em Laranjeiras

Ainda decorrente do processo de colonização os jesuítas construíram sua segunda residência na região, por volta de 1734 inaugurarão a sua segunda residência às margens do rio Cotinguiba, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba, que serviu de residência e templo da Companhia de Jesus.

A análise comparativa das imagens 36, 37 e 38, em diferentes temporalidades, permite identificar que em termos estruturais não houve alteração na edificação, contudo, na década de 1980 há um descaso com a manutenção predial, evidenciada pela deterioração da pintura (marcas escuras). No que diz respeito ao entorno, a vegetação do espaço foi mantida em grande parte com suas características naturais, havendo apenas para a devastação para demarcação da estrada lateral direita de acesso à Igreja. O cruzeiro de madeira está presente nas três imagens.

Figura 36: Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba (década de 1970).
Fonte: Acervo Pessoal Amigovane.



Figura 37: Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba (1981).
Fonte: Acervo Pessoal Anderson Nascimento.



Frontispício da Igreja N. Sra. da Conceição da Comandaroba - Acervo Anderson Nascimento (1981)

Figura 38: Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).



O frontão reto (triangular), com curvas e contracurvas acentuadas, possui um óculo circular no tímpano assemelha-se a outras edificações jesuíticas no Brasil, como o antigo Colégio do Rio de Janeiro. Segundo Costa (2010) o frontão reto é um elemento importante para caracterizar as igrejas jesuíticas do século XVIII, justamente por elas não terem alcançado o desenvolvimento do estilo barroco em meados e na segunda metade dos setecentos. A característica entre a forma regular e a forma livre barroca representou a transição do barroco nessas construções apresentando volutas rampantes sobrepostas ao frontão clássico primitivo, mantendo a rigidez da empena retilínea apesar da nova silhueta.

O estilo arquitetônico das edificações jesuíticas segundo as afirmações de Costa (2010), confirmam a origem e o grupo social que as construíram, já que o estilo barroco chegou ao Brasil de forma tardia e mesmo no meados do século XVIII as construções religiosas ainda não haviam inseridos tais elementos, a posição de Bazin (1983) ao se referir ao frontispício da Igreja da Comandaroba datado de 1734, diz que “Talvez o estilo revelasse uma data um pouco anterior” (BAZIN, 1983, p. 177).

Figura 39: Frontão Reto ou Clássico primitivo.
Fonte: COSTA, 2010, p.146.



Figura 40: Frontão Reto ou Clássico primitivo com volutas rampantes sobrepostas.
Fonte: COSTA, 2010, p.146.



A fachada traz ainda na parte térrea três passagens centrais arqueadas e suas janelas (uma à esquerda e outra à direita também arqueada). Essas passagens possibilitam a entrada de luz natural e fluxo de ar, facilitando uma ventilação mais ampla. Observa-se ainda que:

O controle da entrada de luz pode ser realizado através de inúmeros aparatos, incluindo o próprio peitoril da janela, as prateleiras de luz, beirais, brises, etc. O uso destes elementos irá influenciar na quantidade e qualidade da luz natural, na carga térmica e na ventilação do ambiente (AMORIM, 2007, p.67).

As cinco janelas da parte superior são quadradas e também permitem a iluminação e ventilação do Coro. Nas duas sineiras (falsas torres) com pináculos, divididas em três corpos,

as aberturas voltam a ser arqueadas “as torres foram substituídas por campanários-arcadas” (BAZIN, 1983, p.177). A porta em madeira, pintada de verde oliva, possui moldura em cantaria de pedra calcária, com datação de 1734. Além de ser um elemento estrutural a cantaria atua também como uma ornamentação que comunica uma mensagem em barroco-rococó com grande qualidade compositiva que remonta movimento com rostos angelicais soprando ventos que coadunam motivos em folhagens e frutos. Ou seja, pode-se inferir que representavam as “boas novas” religiosas lançadas aos trópicos.

Figura 41: Frontispício da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba.
Fonte: Fotografia Janaina Mello (2012)



A cantaria da igreja da Comandaroba apresenta riquezas de detalhes, mais trabalhada do que a cantaria da Casa do antigo Engenho Retiro, o que pode significar que por ser a primeira residência jesuítica construída, a preocupação embora envolvesse a demarcação de características estéticas da ordem, necessitava de brevidade em sua conclusão para abrigar os clérigos, bem como pôde inferir a ausência de um artesão com técnicas mais elaboradas de entalhe em pedraria.

Os detalhes da cantaria da igreja da Comandaroba corroboram ainda para a sua origem jesuítica como o monograma no pórtico e a citação, por historiadores, da inscrição que exalta a Imaculada Conceição padroeira da Companhia de Jesus:

...a Igreja da Comandaroba [...] Verdadeira obra dos Jesuítas porque tem todos os característicos da Companhia de Jesus. No pórtico, que é de pedra calcarea, se lê o monograma A.M.D.G. Ad Majorem Dei Gloriam. 1734. Encimando o arco da Capela-mór se lê: “Tota pulcha, es Maria”. Do primeiro monograma se deduz que o templo construído em 1734 é obra dos Jesuítas e do segundo se conclui que a Virgem da Conceição é a sua Padroeira (OLIVEIRA, 1981, p. 35-36).

A cronologia de registros sobre o sítio estudado se inicia com o texto escrito em 1808, pelo Vigário Marco Antônio de Souza (2005) abordando as principais capelas de Sergipe, incluindo a de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba, em Laranjeiras.

No Arquivo Público de Sergipe (APES), acondiciona um documento datado de 1827, intitulado *Relação de Capelas e encapelados de Sergipe Del Rey* que informa sobre a Capela de Nossa Senhora de Comandaroba. Há uma fotocópia desse documento no fundo Padre Aurélio Vasconcelos no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Já de 1881 há um *Estudo sobre as ferrovias do norte brasileiro* com a lista de engenhos por onde iriam passar as linhas férreas e tendo entre os engenhos produtores de açúcar o Engenho Comandaroba (BUENO, 1881, p.78).

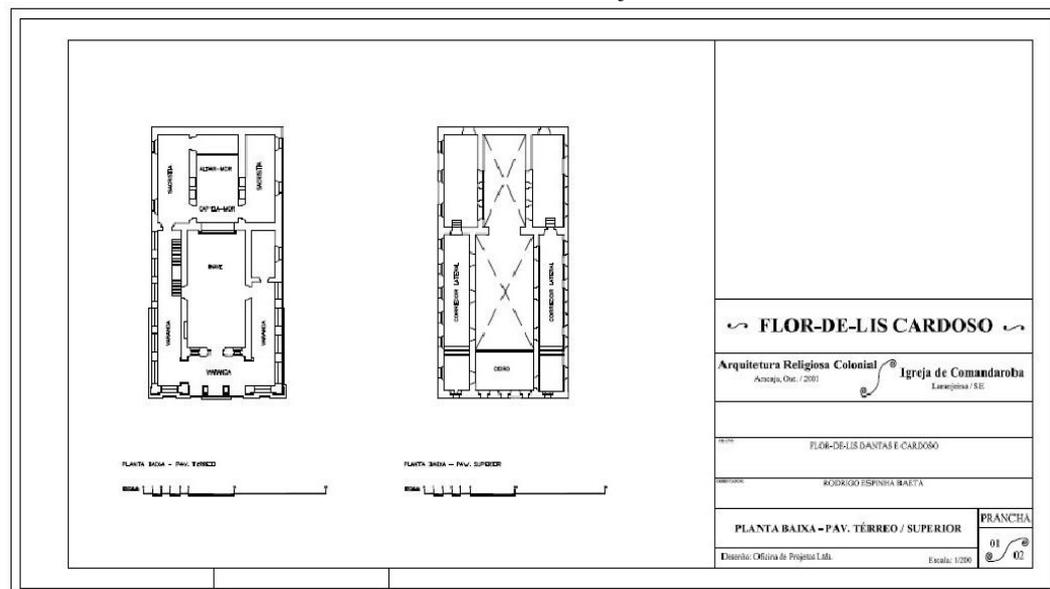
De 1953 referências à Igreja da Comandaroba e ao processo de tombamento do bem são encontrados na obra de Lyra (1972, p.193).

E ainda o *Guia dos Bens Tombados* de Maria Carazonni (1980, p.197) realiza um estudo arquitetônico descritivo da Igreja da Comandaroba.

O interior da igreja no pavimento térreo apresenta-se subdividido entre a nave e a capela-mor composto pelo piso de lajota colonial na cor vermelha. A entrada se dá pela portada dupla dianteira ou pela porta lateral à esquerda. Há duas janelas de madeira com portas duplas em cada lado da porta de entrada.

Figura 42: Planta Baixa da Igreja de Nossa Sr^a da Conceição da Comandaroba.

Fonte: Desenho: Oficina de Projetos Ltda, 2001.



Nas laterais da igreja encontram-se os espaços de preparo para os cultos (sacristias), contém um arcaz em madeira nobre de cor escura composta por gavetas com entalhes decorativos em losangos na parte inferior e oratório com ornamentos curvilíneos com pináculos de cada lado na parte superior compondo, além de um lavabo em pedra calcária com uma figura decorativa antropomórfica compondo os elementos materiais da sacristia. Na lateral da igreja ainda é possível encontrar a pia batismal em pedra calcária em circunferência completa com detalhes ornamentais da cantaria que remetem à moldura do frontispício.

Figura 43: Lavabo em pedra calcária, interior da sacristia.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Figura 44: Arcaz em madeira nobre.

Fonte: Fotografia Janaina Mello (2012).



Figura 45: Batistério e Pia batismal em pedra calcária.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Figura 46: Pia Batismal em pedra calcária.

Fonte: Fotografia Janaína Mello (2012).



3.2.3 Caracterização Geográfica

Localizada no estado de Sergipe, na região nordeste do Brasil a cidade de Laranjeiras fica distante da capital Aracaju aproximadamente 18 km, a cidade foi emancipada em 07 de agosto de 1832 e tombada como Patrimônio Histórico-Cultural pelo decreto nº 2003 de 21 de novembro de 1970. Está situada na mesorregião do leste sergipano e microrregião do baixo Cotinguiba. Sua área territorial tem extensão de 162 Km², sua população é de 26.902 habitantes, sua longitude é de -37.16° e sua latitude -10.8° seu principal bioma é a Mata Atlântica¹⁷.

Figura 47: Mapa de Laranjeiras em Sergipe e no Brasil

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Laranjeiras>, Acesso em: 29/01/2013

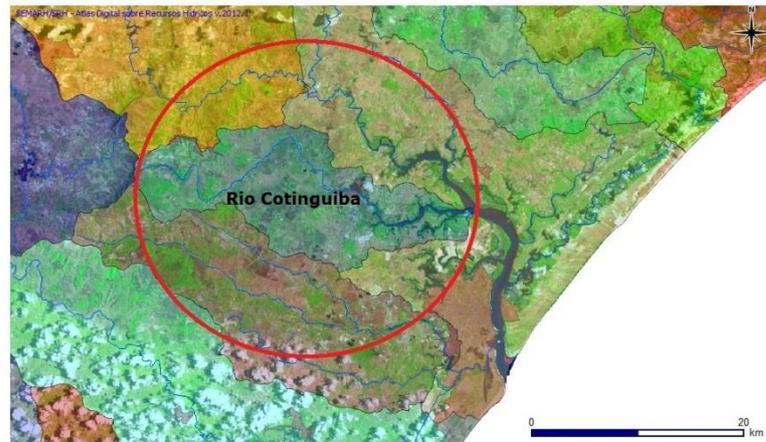


O município de Laranjeiras é banhado pelo Rio Cotinguiba, que passa pela sua sede municipal e possui uma extensão de 55.915 km e pertence a Bacia do Rio Sergipe, no qual deságua. O município dentro da divisão política territorial faz parte da grande Aracaju. Tem como municípios limítrofes: Riachuelo, Areia Branca Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Maruim e Santo Amaro das Brotas. Localizado na Zona Litorânea com influência de frentes oceânicas, seu clima na divisão climática é litoral úmido, sua temperatura média é de 26°C com precipitações anuais de 1400 mm/ano.

¹⁷ Dados Disponíveis em: www.ibge.gov.br, acesso em: 29/01/2013.

Figura 48: Rio Cotinguiba.

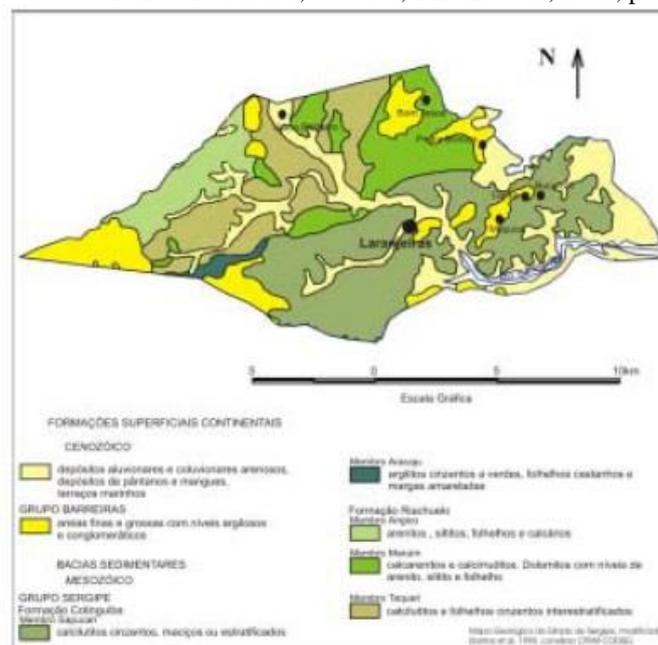
Fonte: Atlas Geográfico Sergipano CD-ROM (2012), modificado por Ronaldo Alves (2013)



A caracterização pedológica dessa região é composta por solos halomórficos (indiscriminado de mangues), solo podzólico vermelho amarelo em sua maior extensão e brunizem avermelhado e hidromórficos arenoquartzosos profundos não hidromórficos. Na sua geologia encontramos aquíferos cársticos e granulares, o calcário, o calcilutito, o calcirrudito, o calcarenito, o folhelho, a areia e a argila compõe a litologia da região. A era de formação da sua geologia oscila entre a cenozóica e o período quaternário e a mesozóica e o período cretáceo. A vegetação está caracterizada por Campos Limpos, Campos Sujos e Matas (SERGIPE.SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000 *apud* BOMFIM; COSTA, BEVENUTI, 2002, p.4).

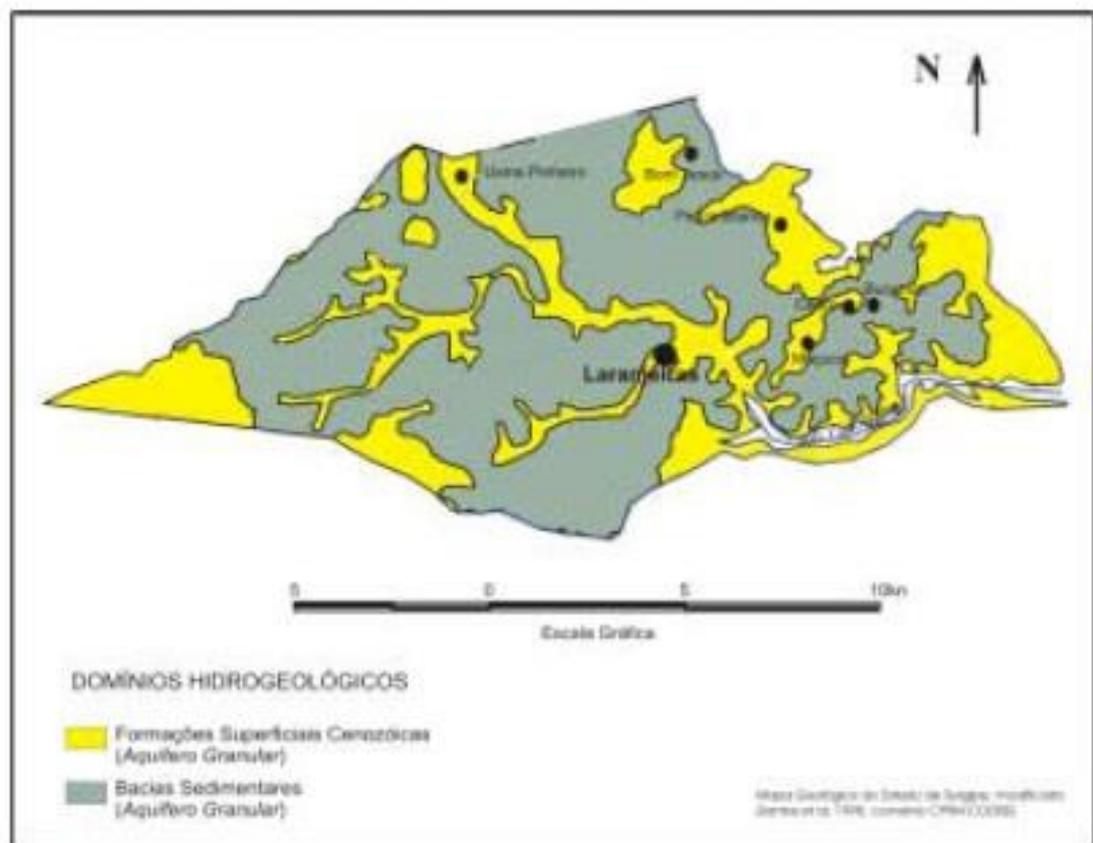
Figura 49: Mapa Geológico simplificado de Laranjeiras.

Fonte: BOMFIM; COSTA, BEVENUTI, 2002, p.5.



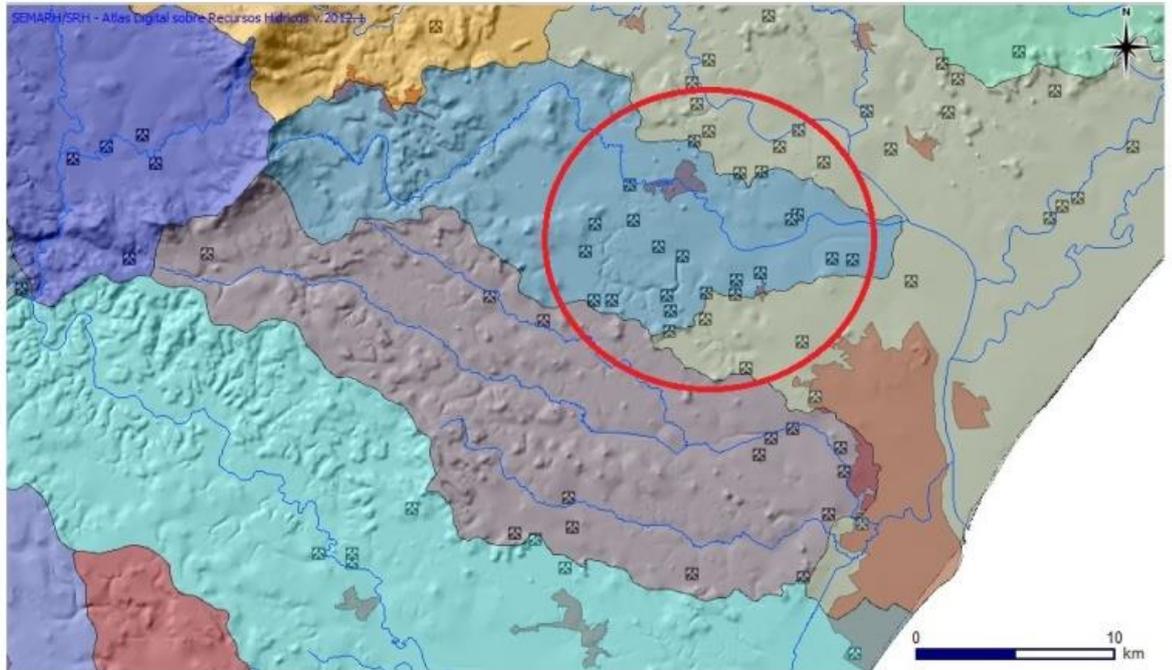
A sua geomorfologia é composta por relevos dissecados em superfícies dos rios, em colinas e em interflúvios tabulares e sua planície é fluviomarinha. Em termos técnicos hidrogeológicos, a área possui um comportamento de “aquífero granular”, caracterizado por uma porosidade primária, e nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, lhe conferindo excelentes condições de armazenamento e fornecimento d’água. No município este domínio é definido pelo Grupo Barreiras e por terraços marinhos, depósitos de pântanos e mangues e depósitos aluvionares e coluvionares que, dependendo da espessura e da razão areia/argila das suas litologias, pode produzir vazões significativas. Em geral parte dos casos, poços tubulares perfurados neste domínio, vão captar água do aquífero subjacente (BOMFIM; COSTA, BEVENUTI, 2002, p.6).

Figura 50: Mapa Hidrogeológico de Laranjeiras.
Fonte: BOMFIM; COSTA, BEVENUTI, 2002, p.6.



A região que forma o município de Laranjeiras por ter uma condição geológica rica em calcário possui fábricas de cimento e empresas de extração de calcário ocorrendo um forte processo de mineração.

Figura 51: Pontos de Concentração e extração de calcário no município de Laranjeiras.
Fonte: Atlas Geográfico Sergipano CD-ROM (2012), modificado por Ronaldo Alves (2013).



As características geológicas e hidrográficas da região já haviam sido mencionadas pela historiografia sergipana, as quais foram objetos de estudos de Charles Frederick Hartt (1840-1878)¹⁸ durante a sua visita científica ao Brasil no século XIX. Nas descrições de Hartt o Rio Cotinguiba nasce na região do Engenho Cafaz perpassando o município de Laranjeiras desembocando no Rio Sergipe, ainda diz que em alguns trechos são navegáveis, e que suas margens são compostas por vegetação de mangues e por bancos de areias. Descreve ainda sobre a formação geológica entre o Rio Cotinguiba e Sergipe denominada Sapucaí composta por calcário (FREIRE, 1977, p. 54-59). Atualmente o nome Sapucaí é utilizado como termo para caracterizar a formação geológica da região de Laranjeiras e adjacências conforme informações contidas no Atlas Geográfico Sergipano.

A predisposição geológica da região rica em calcário permitiu a instalação de indústrias extrativistas de calcário e a implantação de fábricas de cimento, destacando-se a do Grupo Votorantim, inclusive dentro de sua área encontra-se o Sítio Histórico Retiro. A mesma

¹⁸ Foi um geólogo canadense-americano. Acompanhou Louis Agassiz (1807-1873), de quem foi aluno, em sua viagem ao Brasil. Durante esta expedição explorou o litoral brasileiro entre a Bahia e o Rio de Janeiro. Reuniu grande coleção zoológica e tornou-se autoridade em História Natural da América do Sul. A partir de 1876, exerceu o cargo de diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, ao qual doou sua importantíssima coleção geológica.

predisposição geológica modelou a paisagem natural formando inúmeras grutas e cavernas calcárias tornando a região alvo de estudos e do turismo espeleológico¹⁹ dentre elas destacamos a Gruta da Matriana, a Gruta da Janela, a Gruta dos Orixás, a Gruta Raposinha e Gruta da Pedra Furada.

Figura 52: Cavernas de Laranjeiras.
Fonte: Atlas Geográfico Sergipano CD-ROM (2012).



A Gruta da Pedra Furada no imaginário popular local é um lugar mítico, e esteve associado a lendas sobre o tesouro dos jesuítas, populares acreditam que na gruta existe um túnel que faz a ligação com a Igreja da Comandaroba através do fundo do altar-mor e que seria utilizado para fuga dos jesuítas em caso de ataque ou para guardar o lendário tesouro da Companhia de Jesus.

Na descrição de Freire (1977) a Gruta da Pedra Furada apresenta uma abóboda com uma perfuração em forma de sino e as estalactites e estalagmites são de tamanho regular. A Gruta da Pedra Furada fica localizada no povoado Machado é patrimônio histórico, artístico e arqueológico de Sergipe, através do Decreto Estadual nº 11.645 de 09 de julho de 1990.

¹⁹ Espeleologia (do latim *spelaeum*, do grego σπήλαιον, "caverna") é a ciência que estuda as cavidades naturais e outros fenômenos cársticos, nas vertentes da sua formação, constituição, características físicas, formas de vida, e sua evolução ao longo do tempo.

Figura 53: Gruta da Pedra Furada.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).



Figura 54: Túnel de acesso à Igreja da Comandaroba.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011)



3.2.4 Caracterização Arquitetônica

O uso da arquitetura pelos jesuítas foi sem dúvida a melhor forma de expressar a sua ideologia e o seu propósito, nas suas construções seus ideais eram implícitos através da arte. A arquitetura foi uma ferramenta que possibilitou criar mecanismo de transmissão e conservação da política colonial a qual estavam submetidos e então difundiriam nas colônias, esses ideais:

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o “programa”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a “técnica”, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o “partido”, ou seja, de que maneira, com a utilização desta técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente, a “comodulação” e a “modenatura”, entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento. O programa das construções jesuíticas era relativamente simples. Pode ser dividido em três partes, correspondendo cada uma destas a uma determinada utilização: para o culto, a igreja com o coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para residência, os “cubículos”, a enfermaria e mais dependências de serviço, além da “cerca”, com horta e pomar (COSTA, 2010, p. 130-131).

A arquitetura implantada no Brasil pelos padres da Companhia de Jesus de certa forma tentava reproduzir a realidade arquitetônica da metrópole, entretanto essa reprodução tomaria outros rumos no que concerne a pompa e grandiosidade das construções jesuíticas de Portugal. A maioria da produção da colônia era repassada à metrópole o que de fato tornava possível para a Companhia adquirir verbas para suas construções, já na colônia viviam de doações e do que produziam nas suas fazendas e engenhos.

A arquitetura religiosa predominou no Brasil entre os séculos XVII e XVIII, o barroco²⁰ foi o estilo empregado nas edificações religiosas de toda colônia. O estilo barroco foi empregado como reação da contrarreforma, e nas suas características apresentavam a clareza e a ordem, seu aparecimento ocorre logo após o surgimento do maneirismo²¹, todavia sua utilização na Europa concebia grandiosidade e ordem colossal nas suas construções e tinha como objetivo impressionar. Portugal e Espanha implantaram o estilo na América, e no Brasil esse estilo aparece por volta do ano de 1600 desenvolvendo-se principalmente nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. O principal artista da época foi Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1738-1814) que foi escultor, entalhador e arquiteto do Brasil colonial. Deixou importante trabalho do estilo como o conjunto da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto, da Igreja de São Francisco em São João Del Rey em Minas Gerais dentre outras obras (BURY, 2006).

Contudo a expressão artística do barroco implantada na colônia assumiu objetivos óbvios, que apropriados pela Companhia de Jesus contribuiriam na dominação e controle da fé e aliado à arte conseguiria manter a coesão dentro da sociedade colonial, cujo objetivo era obter resultados emocionais, comoventes, hipnóticos e buscava alcançar a ilusão do ilimitado (BURY, 2006, p. 65).

A implantação da arquitetura e da arte nas edificações religiosas na colônia era uma tentativa de reproduzir o modelo arquitetônico da metrópole, isso refletiria na tradição portuguesa que inserida pelos jesuítas na arquitetura religiosa no Brasil corrobora com a nossa ideia de que nesse caso o estilo empregado nas construções pode evidenciar o grupo social que a construiu, isso em virtude do levantamento historiográfico apresentado nessa dissertação que reafirma a presença jesuítica em Sergipe ao utilizar os elementos estilísticos que compõem os sítios.

Em sua análise sobre *Arquitetura e arte no Brasil Colonial – Uma miscigenação de formas e fazeres*, Maria Berthilde Moura Filha (2008) apresenta observações acerca da apropriação de elementos arquitetônicos oriundos de Portugal e inseridos no Brasil colonial através da arquitetura religiosa. Desse modo, Paulo Ormino de Azevedo (1981) associou os tipos edificados de alpendres de capelas de Portugal com os existentes no Brasil com a

²⁰ O estilo Barroco surge na Itália e tem seu auge nos meados do século XVII durante a contrarreforma, movimento iniciando pela Igreja através do Concílio de Trento em 1545 que tinha como objetivo impedir o avanço da Reforma Protestante.

²¹ O termo maneirismo deriva da palavra italiana “*maniera*” (estilo) - artistas faziam questão de imprimir suas marcas individuais em suas obras, seu período é de mais ou menos 1520 ao fim do Século 16 e surge como forma de reação ao Renascimento.

finalidade de se perceber as similaridades entre elas criando classificações desta arquitetura, entretanto para Moura Filha (2008) em sua análise, propôs uma revisão das classificações preconizadas por Azevedo (1981) mantendo a classificação das capelas com copiar e as capelas envolvidas por alpendres de meia-água que na sua concepção pode ser denominada de capela com alpendre corrido. Assim eliminou a classificação de capelas com copiar e alpendres laterais.

Os alpendres²² da arquitetura religiosa no Brasil remetem a derivação e de congêneres portugueses, assim apresenta duas formas desenvolvidas na metrópole: O alpendre de planta quadrática coberto com duas ou três águas sustentado por pilares ou colunas; e galerias cobertas por telhado de meia água ao longo da fachada principal da igreja abrangendo também as laterais da nave. Este último exemplo foi pouco difundido no Brasil, enquanto o primeiro modelo de planta quadrática denominado de copiar²³ foi bastante difundido principalmente na região nordeste. A Casa do Retiro exemplifica muito bem a primeira classificação de alpendre dada por Azevedo (1981) utilizadas nas capelas com copiar no nordeste do Brasil, assim sendo a Casa do Retiro uma residência de uso religioso, o modelo arquitetônico implantado na arquitetura religiosa pôde ter influenciado a arquitetura civil ou vice-versa.

Figura 55: Perspectiva do alpendre em três águas da Casa do Retiro.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Moura Filha (2008) identificou na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba, em Laranjeiras, Sergipe, um exemplar do uso de alpendres corridos ao longo da

²² Alpendre: ou telhado de uma só água (tipo de telhado). Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Glossário de Arquitetura**. Mato Grosso do Sul: UFMS, 2008. Disponível em: <http://www.histeo.dec.ufms.br/aulas/teoria%20geral/09%20Glossario%20de%20Arquitetura.pdf>, Acesso em: 17/04/2013.

²³ Copiar: “Termo de origem Tupi que atualmente significa a parte dianteira provida de alpendre nas pequenas casas rurais do nordeste”.

nave²⁴, o que para a autora foi resultado de uma evolução presente neste tipo de edificação, já que os alpendres laterais não se encontram adossados²⁵ às paredes do corpo da central da igreja, mas constitui um único volume. Contudo os alpendres continuam cumprindo com a função de ligação entres os compartimentos e de proteção das escadas que dão acesso ao púlpito, ao coro, e as tribunas situadas na parte superior coberta pelos alpendres. Como característica esse alpendre envolve toda a frente e lateral da nave ligando-se ao exterior por meio de arcadas²⁶. São três arcadas centrais que compõem a fachada principal a qual se tem acesso ao interior da edificação, e as demais arcadas são parcialmente vedadas em alvenaria formando peitoris.

Figura 56: Arcadas centrais.

Figura 57: Arcadas laterais.

Figura 58: Arcadas peitoris.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).



Um estilo pode caracterizar e identificar os seus autores, nesse caso o estilo barroco que foi trazido e inserido no Brasil Colonial pela Companhia de Jesus e direcionou a forma estilística dos edifícios, desde a arquitetura aos elementos internos e decorativos.

Assim dentro dessa proposta apresentaremos a caracterização do altar-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba, tendo em vista que detalhes dos elementos que formam o conjunto decorativo evidenciam o estilo trazido e propagado pelos jesuítas aqui no Brasil.

A análise artística e histórica elaborada por Orazem (2008) sobre os altares-mores das igrejas de Laranjeiras, em Sergipe evidenciou na Igreja da Comandaroba detalhes decorativos que corroboram com a inserção de tais elementos atestando a presença da Companhia de Jesus não apenas no campo da catequese e missões, mas também das artes. Em sua análise foi evidenciado a hibridização de estilos com a presença do estilo maneirista juntamente com o barroco, e o altar-mor da Comandaroba exemplifica o estilo implantando pelos jesuítas em

²⁴ Nave: espaço central, longitudinal de uma igreja que vai da entrada até a abside, transepto ou santuário das basílicas romanas e cristãs. Espaço da igreja entre a entrada e a capela-mor, ladeada por colunas ou arcadas. As igrejas são de uma ou várias naves (três, cinco ou, eventualmente, sete). Cf. *ibidem*, p. 7.

²⁵ Adossado: diz-se de qualquer elemento arquitetônico (coluna, pilastra, pilar, etc.) encostado a uma parede ou a outro elemento de maior dimensão. Cf. *idem*, p. 1.

²⁶ Arcada: sequência de arcos sobre pilares ou colunas. Cf. *idem*, p. 1.

várias igrejas do Brasil, todavia ressaltamos que alguns aspectos podiam ser adaptados e modificados conforme a região e o uso de determinadas matérias-primas. Assim o altar-mor da Comandaroba apresenta as seguintes características:

Apesar de não possuir o douramento que proporcionaria uma melhor visualização pictórica e contrastante, o altar-mor da Igreja de Nossa Senhora da Comandaroba representa um hibridismo de dois estilos artísticos, o posterior maneirista, com sua tendência clássica, junto ao barroco nacional português, com suas curvas e colunas retorcidas. [...] No altar-mor da Igreja de Comandaroba, a influência maneirista dá-se a partir de elementos horizontais e retilíneos, denotando pouco dinamismo através da quebra sucessiva de planos de nichos e entablamentos. A sutil decoração dá-se através de pequenos arabescos de folhagens em baixo relevo preenchendo a talha. Essa decoração remete a uma influência hispânica, variação estilística muito presente nas igrejas maneiristas da América espanhola, sendo chamado de estilo plateresco. Na decoração ainda se encontra a influência oriental em torno do arco dos nichos principal, laterais e central; e onde encontramos o arco clássico de influência romana. Apesar de ter elementos clássicos no altar-mor da Igreja de Comandaroba, percebem-se alguns de influência barroca, principalmente as decorações do estilo Nacional Português (ou de segundo momento de influência jesuítica). Percebe-se como característica principal a coluna torsa nos dois nichos laterais, nos quais está decorada de forma profusa e dinâmica com folhas de videiras, cachos de uvas e ave fênix. Há ainda a presença de decorações fitomórficas, utilizando folhas de acanto estilizadas no capitel da coluna e no entablamento, e de pequenas volutas situadas embaixo dos nichos centrais. (ORAZEM, 2008, p. 239-243).

Figura 59: Altar-mor da Igreja de N^ª Sr^a da Conceição de Comandaroba.

Fonte: Fotografia Janaína Mello (2011).



Figura 60: Altar-mor da Capela de Santo Antônio e Nossa Senhora das Neves.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Para Orazem (2008) perceber no altar-mor da Comandaroba a característica híbrida de estilos, corrobora com os indícios da influência dos jesuítas na arte decorativa o que pode nos afirmar a presença jesuítica na região durante o período colonial. Se os detalhes decorativos da arte nos altares através da análise dos elementos podem indicar seus construtores, então ao fazermos uma analogia do altar-mor da Capela do Retiro veremos algumas semelhanças, o que nesse caso confirma a perspectiva de que ambas foram obras da Companhia de Jesus durante sua passagem por terras sergipanas, e segundo as fontes o período de construção das duas estruturas entre o final do século XVII e início do XVIII refletem o modelo inserido pelos jesuítas nessa região.

Um exemplo o qual podemos comparar para entender que em algumas regiões o uso de elementos decorativos era diferenciado pode ser visualizado através dos detalhes decorativos do altar-mor da Igreja de N^a Sr^a do Perpétuo Socorro, na cidade de Tomar do Geru, que data do século XVII e contrasta bastante em relação às construções jesuíticas de Laranjeiras no que se referem aos elementos decorativos. Esse contraste variou de região para região e seguiu em toda colônia, obtendo várias particularidades desde variantes regionais a condições locais, influências e disponibilidade dos materiais construtivos (BURY, 2006, p. 127).

Figura 61: Altar-mor da Igreja de N^a Sr^a do Perpétuo Socorro.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2013).

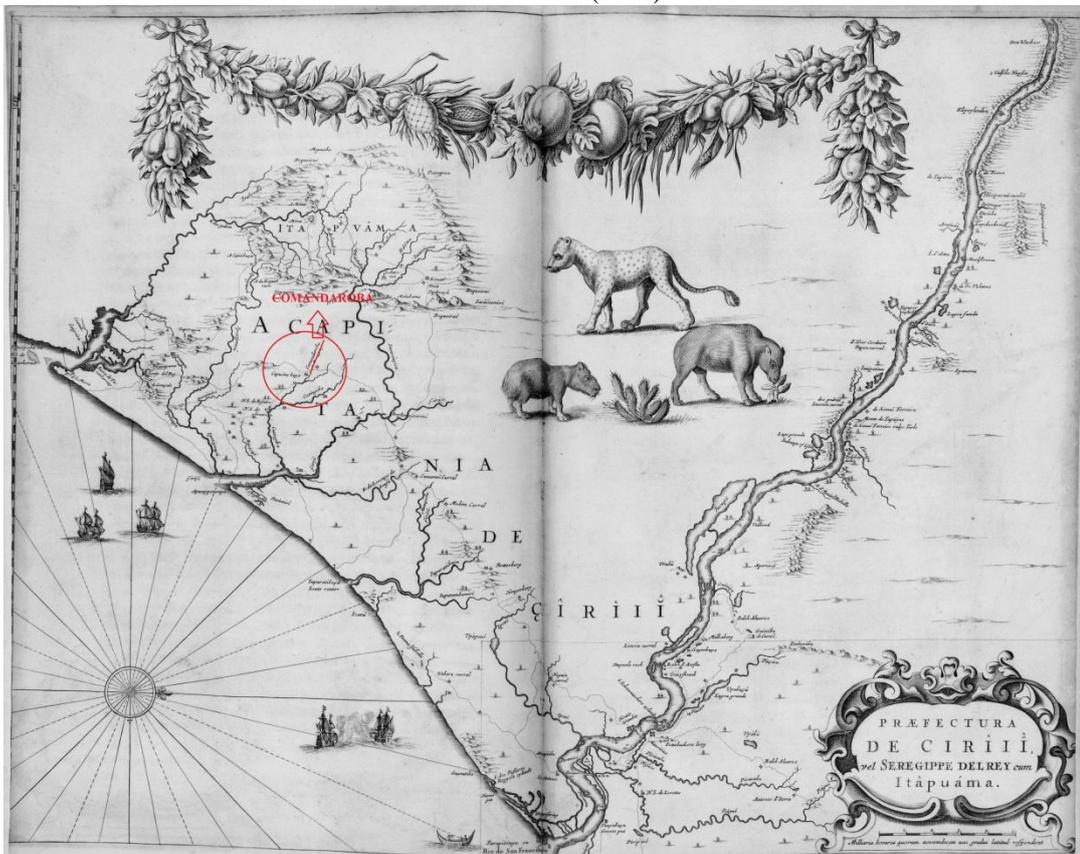


CAPÍTULO IV

ANÁLISE ESPACIAL: INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM JESUÍTICA

Figura 62: Praefectura De Ciriï vel Seregippe Del Rey cum Itapuama. 1610-1644, em destaque a região da Cotinguiba e da Comandaroba.

Fonte: BARLEUS, Gaspar. *Rerum Per Octennium In Brasilia...*, 1647. Brasiliana USP. Modificado por Ronaldo Alves (2012).



4.1 A Interpretação na Arqueologia Espacial e da Paisagem

Os estudos em análise espacial na arqueologia preconizam a recuperação das informações espaciais e tem como objetivo a compreensão da relação das ações humanas no espaço, isso inclui perceber a consequência dessas relações: as atividades humanas articuladas nos sítios e a integração dessas atividades com o ambiente. A proposta deste capítulo é interpretar a paisagem jesuítica em Laranjeiras, sob os fundamentos abordados na Arqueologia Espacial e da Paisagem.

Para Johnson (2000) o trabalho do arqueólogo consiste na investigação do passado humano, essa investigação é possível através dos vestígios materiais produzidos pelas sociedades humanas. Entretanto, os questionamentos inferidos nos vestígios materiais conduzem ao arqueólogo a interpretação do passado e cria assim uma contextualização do que teria acontecido e possivelmente do que se passou com aquela sociedade. Todavia nunca conheceremos e saberemos como os processos históricos do passado humano aconteceram, apenas apresentaremos interpretações a partir da cultura material produzida.

Há um grande abismo entre o presente e o passado isso porque ao nos depararmos com os vestígios arqueológicos inferimos indagações com as quais buscamos obter informações sobre o passado, é este abismo que devemos atravessá-lo de forma segura, ou seja, buscando compreender os processos do passado e observando as dinâmicas culturais que geraram as atividades humanas, desse modo não corremos o risco de cairmos no erro e nos compararmos a meros diletantes de antiquários ao criarmos dados interpretativos fora de contexto (JOHNSON, 2000, p. 30-31).

Assim, como enfatiza Clarke (1977) nos estudos arqueológicos, o interesse dos estudiosos se cruza em parte com a corrente ideológica de interesse do pesquisador, com a qual busca dirimir suas dúvidas ao aplicá-las ao seu objeto de estudo, seguindo estas premissas justificamos a nossa opção teórica e metodológica que foi dividida em dois momentos: no primeiro momento, utilizamos o Modelo de Clarke para compreendermos a relação do espaço concomitante a cultura material da sociedade estudada, o que nos permitiu relacionar aspectos dessa materialidade com o espaço e visualizarmos um conjunto de elementos das atividades humanas nesses sítios, e que contribuíram na construção, na transformação e no uso da paisagem; no segundo momento, inferimos uma abordagem do Pós-Processualismo que dentro da sua visão interpretativa propõe visualizarmos na paisagem elementos resultantes das relações sociais, culturais e econômicas que se estabeleceram nesses espaços, evidenciando as relações de poder como resultado da ação ideológica presente na cultura material e na paisagem. Assim,

corroboramos que as perspectivas apresentadas no primeiro e segundo momento contribuem para compreensão do objeto de estudo desta dissertação, como também as perspectivas apresentadas se convergem e se completam nos fornecendo importantes informações acerca do espaço e da paisagem.

Na Arqueologia Espacial o conjunto de elementos e relações que os grupos humanos mantêm com o espaço, são os norteadores para que possamos compreender as atividades humanas em todas as escalas. Os níveis de resolução da arqueologia espacial de Clarke (1977) nos permite perceber esse conjunto de elementos e de relações a partir dos seus níveis de abordagens: micro, semi-micro e macro, [...] “dentro das estruturas, entre as estruturas e entre os diferentes sítios arqueológicos [...] os dois primeiros níveis referem-se ao espaço intra-sítio, enquanto que o terceiro, refere-se à análise inter-sítio” (WOLF et al., 2013, p 61).

Na Arqueologia da Paisagem o conjunto de elementos e relações que os grupos humanos mantiveram com espaço produziram os vestígios dessa interação, a materialidade, que somada às ações humanas transformaram o espaço em paisagem. É a partir dessa percepção que a arqueologia espacial busca entender essa relação e com isso recuperar as informações disposta no espaço através da cultura material, assim construir uma interpretação das atividades humanas relacionadas ao contexto material dos grupos humanos, que em qualquer período histórico tem no espaço o marco de suas relações sociais englobam no conceito o meio físico e simbólico (ROURA *et al*, 1986).

A cultura material produzida pelos jesuítas no Brasil e em Sergipe refletem as relações desempenhadas por esse grupo social, observada como superartefato buscamos interpretar através das estruturas arquitetônicas dos Sítios Históricos do Retiro e da Comandaroba os mais variados aspectos das ações humanas que se apropriando do espaço construíram relações sociais, culturais e simbólicas materializando essas relações na paisagem.

4.2 Sítio Histórico do Retiro

O Sítio Histórico do Retiro edificado por volta de 1701 como atesta no frontispício da casa, é composto por duas estruturas arquitetônicas (superartefatos) a casa e a capela, que na perspectiva do nível micro revela a finalidade com a qual foram construídas, para servir de residência e local de culto, durante a expansão da presença dos jesuítas na região decorrente da política colonial. A atividade missionária empreendida pela Companhia de Jesus com a catequese dos índios possibilitou a fixação dos padres na região e isso se efetivou com a construção da casa que serviria de residência, com isso seria possível à realização de atividades

religiosas que são características individuais e culturais intrínseca aos padres e que seriam realizadas na capela em anexo.

No nível micro “dentro das estruturas” é possível visualizar características do espaço pessoal e social, nesse caso não há como analisar e relacionar artefatos dentro da estrutura da casa com o espaço pessoal e social devido à ausência de uma escavação sistemática e por se tratar de estruturas arquitetônicas em perfeito estado e ainda edificadas. Nesse caso a planta baixa da casa colabora para uma melhor compreensão do espaço e justifica assim sua funcionalidade, segundo a descrição da legenda dos pavimentos. Observando a planta baixa da capela e relacionando os cômodos com os artefatos existentes é possível ter uma dimensão da funcionalidade desse espaço.

Figura 63: Planta baixa da Casa do Retiro.

Fonte: OLIVEIRA, 2004.

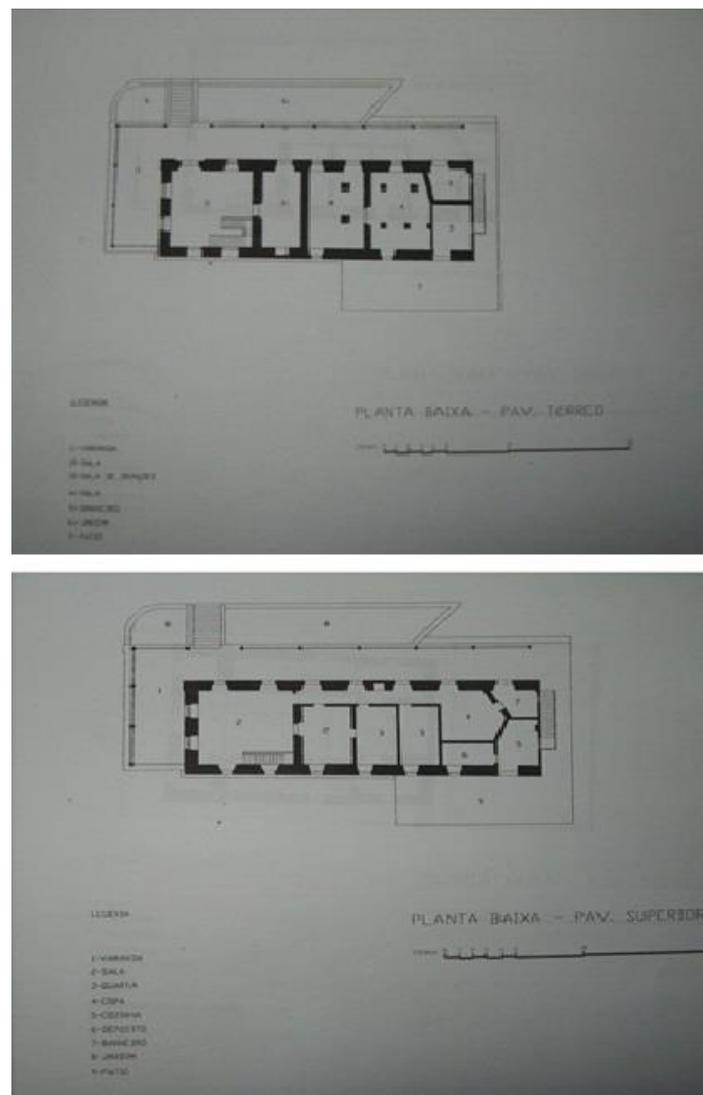


Figura 65: Púlpito.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012)

**Figura 66:** Batistério e Pia Batismal.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012)

**Figura 67:** Lavabo em pedra calcária, interior da Sacristia.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012)



Ainda nesse contexto de compreensão da funcionalidade do espaço e da relação dos artefatos, que pode determinar locais de atividades, Binford (1985) define as áreas de atividade como locais, lugares ou superfícies, em que ocorre algum evento (cozinhar, dormir, fabricar instrumentos entre outros) e ainda pode se referir a atividades tecnológicas, ritualísticas e sociais. Toda atividade humana tem por local algum espaço físico ou simbólico. O ato de produzir e utilizar algum artefato caracteriza as atividades dos grupos sociais coloniais, nesse caso os jesuítas, além de que determinadas ações possuem áreas específicas, dentro do domínio espacial do grupo.

Nas sepulturas encontradas no interior da capela confirmam uma prática da sociedade colonial até meados do século XIX, os enterramentos no interior das igrejas. Dentre as sepulturas localizadas, nenhuma menciona em seu epitáfio qualquer relação com os padres jesuítas, entretanto, após a Lei de 1759, promulgada por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (1699-1782), expulsou os jesuítas de Portugal e suas colônias confiscando seus bens móveis e imóveis, após esse período as propriedades pertencentes aos jesuítas foram leiloadas e adquiridas por prósperos fazendeiros plantadores de cana-de-açúcar residentes na Cotinguiba, dessa forma um novo palimpsesto no espaço configurou novas atividades e funcionalidades no sítio por outros grupos sociais.

Na documentação pesquisada constam os nomes dos últimos proprietários da Casa e Capela do Retiro o Major Antônio Diniz Dantas e Mello²⁷ que notifica e presta contas em juízo da reforma empreendida na dita capela e Manoel dos Santos Silva²⁸ último proprietário após o tombamento pelo SPHAN²⁹, atualmente o sítio encontra-se sob propriedade particular do Grupo Votorantin. Ainda na documentação é possível perceber o uso ritualístico da capela, já que na mesma há sepulturas do primeiro proprietário e seus familiares, além, de explicitar na documentação cuidados com a manutenção do local, que simbolicamente representa local sagrado. Dentre a funcionalidade da capela, a mesma foi utilizada para fins ritualísticos e religiosos até fins do século XIX comprovado pelo desejo do proprietário que cuidou para que após sua morte fosse enterrado na capela e que nela oferecessem missas em favor de sua alma.

Tabela 01: Dados das Sepulturas da Capela do Sítio Histórico do Retiro.

Fonte: Elaboração Ronaldo Alves (2014).

| | | | | |
|----------------------|--------------|--|----------|---------|
| S1 | Localização: | Capela-mor, lado esquerdo. | | |
| Comprimento: | | 1,20 m | Largura: | 0,56 cm |
| Material: | | Mármore | | |
| Inscrições/Detalhes: | | Senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello – Nascido a 13 de julho de 1812 – Fallecido a 4 de julho de 1884 – Lembranças de seu neto Leandro Diniz. – Figura de cruz e elementos florais de parreira contornando o epitáfio – Bordas retas simples com traço geométrico nas extremidades. | | |
| S2 | Localização: | Capela-mor, ao centro superior. | | |
| Comprimento: | | 1,80 m | Largura: | 0,73 cm |
| Material: | | Pedra Calcária. | | |
| Inscrições/Detalhes: | | Jas aqui o Coronel Jose Agostinho Da S Daltro – Retificador desta capella falisido a 6 D janeiro D 1832 – Figura floral – Borda geométrica com curvas nas extremidades – Apresenta rachaduras. | | |
| S3 | Localização: | Capela-mor, lado direito. | | |
| Comprimento: | | 1,80 m | Largura: | 0,73 cm |
| Material: | | Pedra Calcária. | | |
| Inscrições/Detalhes: | | Jas aqui D. Maria Dinis Virª Di Melo – Falicida 29 de maio de 1842 - | | |

²⁷ Cf. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES E SANTO ANTÔNIO, ERETA NO ENGENHO RETIRO. REFORMA. 29/08/1882. Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. Fundo: LAR/C. 1º Of. Cx 01 Nº 304. (grifo nosso).

²⁸ Cf. SEÇÃO DE HISTÓRIA. CASA DE RESIDÊNCIA E CAPELA DE SANTO ANTÔNIO DO ENGENHO RETIRO. LARANJEIRAS – SERGIPE. Ministério da Educação e Cultura. Processo nº 297-T-41 IPHAN/DET. (grifo nosso).

²⁹ Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

| | | | |
|----------------------|--|--|---------|
| | | Figura floral – Borda geométrica com curvas nas extremidades – Apresenta rachaduras. | |
| S4 | Localização: | Capela-mor, ao centro inferior. | |
| Comprimento: | 1,20 m | Largura: | 0,60 cm |
| Material: | Granito. | | |
| Inscrições/Detalhes: | Major Antonio Diniz Dantas e Mello – Nascido a 18 de fevereiro de 1845 – Fallecido a 1º de maio de 1897 – Lembrança de seu filho Gonçalo Diniz – Apresenta rachaduras. | | |
| S5 | Localização: | Nave, lado esquerdo abaixo do púlpito. | |
| Comprimento: | 46 cm (circunferência) | Largura: | |
| Material: | Mármore. | | |
| Inscrições/Detalhes: | S/Identificação – aparentemente tem características de ossuário. | | |
| S6 | Localização: | Nave, lado direito. | |
| Comprimento: | 1,57 m | Largura: | 0,66 cm |
| Material: | Pedra Calcária. | | |
| Inscrições/Detalhes: | Aqui jazem os restos mortaes de D. Maria Leopoldina Valença – Nasceo em 15 de fevereiro de 1834 e falleceo em 16 de março de 1860 – Resquiescat in pace amen – Figura de caveira encruzada c/ ossos – borda geométrica em forma de hexágono – Apresenta desgastes na lápide. | | |

Figura 68: Sepulturas no interior da Capela do Sítio Histórico do Retiro.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).

Sepultura 1 (S1)



Sepultura 2 (S2)



Sepultura 3 (S3)



Sepultura 4 (S4)



Sepultura 5 (S5)



Sepultura 6 (S6)

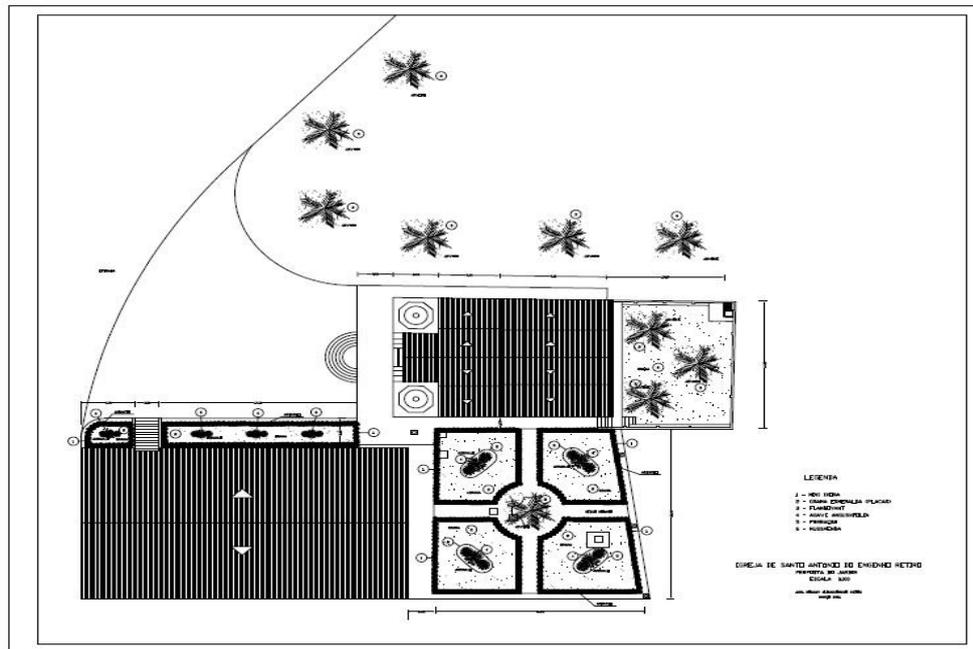


No nível semi-micro a observação “entre as estruturas e dentro do sítio” se relacionam diretamente com a questão social e arquitetural, isso nos fornece a compreensão do espaço social e cultural e da relação das estruturas entre si, nesse nível é importante visualizar o sítio geograficamente de modo a perceber o conjunto de atividades humanas realizadas no sítio associadas ao conjunto de estruturas e aos fatores econômicos que ocorrem de forma gradual.

Os jesuítas desenvolveram atividades que permitiram o estabelecimento de um sistema de produção que lhes garantissem autonomia, esse sistema de produção foi o uso da terra pela Companhia de Jesus, da qual retiravam o sustento econômico para manutenção dos seus projetos, além do monopólio do saber, isso do ponto de vista tático garantiu certa autonomia em relação aos colonos e aos gentios, já que em setores de engenharia hidráulica e civil, farmácia, administração de engenhos, agricultura, tipografia e artes em geral que eram necessários na colônia era monopólio da ordem (OLIVEIRA, 1988, p. 29).

Sob o ponto de vista do nível semi-micro a relação do sítio com a geografia se estabelece também na consequência das atividades que se relacionam diretamente com a estrutura, nesse caso o assentamento jesuítico implantado na paisagem pela ordem religiosa seguia alguns aspectos que privilegiavam a localização e fatores como a geografia, hidrografia e relevo para que assim fossem implantados e desenvolvem-se suas atividades agrárias, inclusive as administrativas e religiosas. A dinâmica entre a casa e a capela pode ser observada a partir da figura 69 que exemplifica o resultado das atividades mencionadas e estão associadas às estruturas, que nesse caso representam um assentamento doméstico (casa) e um centro cerimonial (capela).

Figura 69: Planta Baixa da Casa e Capela do Retiro.
Fonte: Projeto de Jardim, Arquiteta Rosany Albuquerque Matos (2001).



A escolha da localização para edificação dos sítios jesuíticos era cuidadosamente estudada, nesse contexto no nível macro busca-se compreender a relação inter-sítio observando fatores geográficos e econômicos, também fatores sociais e culturais que se integram as estruturas e ao sítio formando a paisagem.

Assim, a análise do significado do local de implantação do conjunto arquitetônico jesuítico nos diversos sítios deve ser pautada por este entendimento do papel que exerciam na vida sócio-política e econômica da colônia, e pelo seu *projeto* no sentido mais amplo do termo, que virá a presidir a própria configuração e localização destes conjuntos (OLIVEIRA, 1988, p.33).

Os jesuítas escolhiam estrategicamente os espaços que ocupariam, a localização dos sítios estava geralmente próxima dos leitos fluviais, e a portos marítimos que facilitariam o deslocamento dos religiosos por essa via marítima, além de favorecer ao comércio dos produtos cultivados. Quanto à localização geográfica para edificação, os lugares escolhidos deveriam ter uma elevada topografia que permitisse a defesa do local, em função dos ataques por tribos indígenas antagônicas e pelos próprios colonos insatisfeitos com a política de proteção aos indígenas dada pelos jesuítas.

Localizado à margem esquerda do riacho São Pedro o Sítio Histórico do Retiro seguiu essa estratégia, e sua implantação na paisagem ocorreu de forma não aleatória confirmando a

escolha por um local que fornecesse a exploração de recursos naturais, como o uso da terra para a agricultura, além de fornecer toda logística hidráulica devido à proximidade ao leito fluvial. No sítio é possível observar in loco e na imagem satélite do sítio (Figura 70) ao fundo das estruturas à esquerda, o riacho São Pedro mais ao fundo a mina de calcário, que forneceu a matéria prima utilizada provavelmente na construção da casa e da capela, que atualmente é explorada pela fábrica de cimento do Grupo Votorantin.

Figura 70: Imagem satélite do Sítio Histórico do Retiro.
Fonte: Google Earth (2013) modificado por Ronaldo Alves (2013).



Figura 71: Riacho São Pedro, Laranjeiras, Sergipe.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Figura 72: Mina de Calcário, antigo Engenho do Retiro, Laranjeiras, Sergipe.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



A implantação do Sítio Histórico do Retiro refletiu o que preconizou o estudo de padrões de assentamentos, que segundo Willey (1974) *apud* Trigger (2004, p. 276) é possível considerar as relações entre grupos humanos e ambientes naturais, desde que se observem outros fatores de natureza cultural e social. A Companhia de Jesus escolhia de forma sistemática os locais em

que edificariam seus assentamentos, essa particularidade cultural e social gerou informações sobre os vários aspectos do comportamento humano nos evidenciando as várias atividades humanas desenvolvidas no sítio.

4.3 Sítio Histórico da Comandaroba

A estrutura arquitetônica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba compõe o Sítio Histórico da Comandaroba edificado em 1734, provável data de conclusão da construção do edifício, entretanto há a possibilidade de que a ocupação do sítio tenha ocorrido concomitante a ocupação do Sítio Histórico do Retiro. O nível micro corrobora na verificação da funcionalidade da estrutura, assim de acordo com as informações históricas segundo Oliveira, P. J., (1981), a construção da igreja teria ocorrido com a função de sediar a segunda residência dos jesuítas na região da Cotinguiba e seria local para realização das práticas religiosas. Desde a sua chegada à Sergipe no século XVI, os jesuítas solicitavam terras ao Rei com o objetivo de contribuir com a colonização, e realizar a catequese dos índios. Observando a planta baixa da Igreja da Comandaroba (Figura 42, p.68), encontramos alguns artefatos que no nível micro corresponde ao interior da estrutura como os cômodos e a partir da localização dos artefatos é possível traçar relações entre o espaço e o artefato.

O batistério enquanto, cômodo e a pia batismal como artefato localizado na nave central á esquerda, próximo da porta de entrada, juntamente com a pia de água benta, disposta ao lado direito da porta de entrada e o púlpito, situado na nave central à esquerda evidencia a perspectiva de funcionalidade da estrutura para prática da atividade religiosa que era praticada no interior do templo.

Figura 73: Pia batismal em pedra calcária.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).



Figura 74: Pia de água benta em pedra calcária.



Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).

Figura 75: Púlpito.



Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).

A disposição interna de alguns artefatos como a pia batismal, a pia de água benta e o púlpito nos possibilitou identificar a dinâmica funcional que pode caracterizar essa ordem religiosa, que correspondia ao ato diário de rezas, orações e clausuras, conforme Leite (1943, Tomo IV) descreve o cotidiano dos religiosos no “Regulamento das Aldeias”.

Igualmente ao Sítio Histórico do Retiro não encontramos no interior da igreja nenhuma sepultura associada aos jesuítas, inclusive ao analisarmos as normas do regulamento, no que se refere aos enterramentos encontramos discrepâncias no modo como distintos indivíduos eram sepultados. O enterramento dos padres acontecia por dentro das grades, ou seja, na área correspondente ao altar-mor; aos fregueses da mesma nação, e aos colonos portugueses e seus descendentes no corpo da igreja; no adro³⁰ os escravos, o que nesse caso abrangia os índios catequizados e que habitavam dentro dos limites territoriais da Companhia de Jesus. O fato de não encontrarmos nenhuma sepultura de padres jesuítas no interior da igreja pode estar relacionado às mesmas questões da lei de 1759 que expulsou a Companhia de Jesus. Sobre a questão da ausência de qualquer vestígio de sepultamento dos padres jesuítas, pode estar associado ao regulamento, que assegurava aos padres que morressem nas missões e aldeias a escolha do local a ser enterrado, seja, na missão ou na aldeia, ou em sua terra natal, não havendo a possibilidade desta última escolha, eles eram sepultados com toda decência na missão e depois teriam seus restos mortais trasladados para sua terra natal (LEITE, 1943, Tomo IV, p.122-123).

As 10 (dez) sepulturas encontradas no interior da igreja são de enterramentos referentes à segunda metade do século XIX e início do XX, pertencentes aos antigos proprietários e seus familiares que adquiriram as terras após 1759, e em virtude do uso da terra continuaram com o plantio da cana-de-açúcar e com a atividade pecuária até dias atuais.

Tabela 02: Dados das Sepulturas da Igreja do Sítio Histórico da Comandaroba.

Fonte: Elaboração Ronaldo Alves (2012).

| | | | | |
|----------------------|---|-----------------------|---------|--|
| S1 | Localização: | Centro da Capela-mor. | | |
| Comprimento: | 1,62 m | Largura: | 0,63 cm | |
| Material: | Pedra Calcária. | | | |
| Inscrições/Detalhes: | Aqui jaz D. Maria Benta de Oliveira Barreto mulher do Major Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro nasceo a 27 de maio de 1829 e faleceo a 18 de novembro de 1855 – Requiescat in pace. – Figura de caveira – Bom estado de conservação. | | | |

³⁰ Adro é o terreno em frente e/ou em volta da igreja, plano ou escalonado, aberto ou murado (UFMS, 2008, p.1)

| | | | | |
|----------------------|---|--|---------|--|
| S2 | Localização: | Capela-mor. | | |
| Comprimento: | 1,55 m | Largura: | 0,63 cm | |
| Material: | Pedra Calcária. | | | |
| Inscrições/Detalhes: | Sem identificação – Possui bom estado de conservação – Apresenta na extremidade inferior direita um corte na lápide. | | | |
| S3 | Localização: | Centro da nave, próximo à Capela-mor. | | |
| Comprimento: | 1,65 m | Largura: | 0,87 cm | |
| Material: | Mármore. | | | |
| Inscrições/Detalhes: | Aqui jazem os restos mortais do Brigadeiro José Antonio Neves Horta nasceu no ano de 1788 e faleceu no 1º de novembro de 1877 – Decoração em formas geométricas e volumetria – Figura de ampulheta com asas. | | | |
| S4 | Localização: | Centro da nave | | |
| Comprimento: | 1,18 m | Largura: | 0,60 cm | |
| Material: | Mármore. | | | |
| Inscrições/Detalhes: | Repouso eterno de Antonio Pinto Monteiro *12.6.1829 +15.5.1912 e Urania Maria Monteiro *23.12.1846 † 1.4.1914 – Saudades de seus filhos – Figura de Cruz e ramos florais. Possui rachaduras e desgastes na lápide. | | | |
| S5 | Localização: | Nave, lado esquerdo. | | |
| Comprimento: | 1,10 m | Largura: | 0,54 cm | |
| Material: | Pedra Calcária. | | | |
| Inscrições/Detalhes: | Aqui jaz Martinho Cesar Silveira Garcez: Nasceu a 24 de maio de 1847, e morreu a 21 de agosto 1849. – Não possui figuras – Possui rachaduras e desgastes na lápide. | | | |
| S6 | Localização: | Nave, lado direito. | | |
| Comprimento: | 1,98 m | Largura: | 0,83 cm | |
| Material: | Mármore. | | | |
| Inscrições/Detalhes: | Aqui jaz o Tenente Coronel Jose Francisco de Menezes Sobral nasceu a 19 de agosto de 1823 e faleceu a 27 de agosto de 1874 – Amor Conjugal – Bom estado de conservação – Possui rachaduras na lápide – Bordas retas simples. | | | |
| S7 | Localização: | Centro da nave, na entrada da porta dianteira. | | |
| Comprimento: | 1,68 m | Largura: | 0,75 cm | |
| Material: | Pedra Calcária. | | | |
| Inscrições/Detalhes: | Aqui jaz Francisco Xavier de Almeida Barros nasceu a 15 de maio de 1855 e faleceu a 5 de novembro d 1855 – Requiescant in pace Amen - Figura em formato de peixe nas extremidades e estrelas de quatro pontas – Bom estado de conservação – Apresenta pequenos desgastes. | | | |

| | | | | |
|----------------------|--|----------------------|---------|--|
| S8 | Localização: | Nave, lado esquerdo. | | |
| Comprimento: | 1,00 m | Largura: | 50,5 cm | |
| Material: | Mármore | | | |
| Inscrições/Detalhes: | Aqui jazem os restos mortaes do Coronel Francisco José de Vasconcellos nascido a 1º de março de 1854 fallecido a 22 de dezembro de 1906 – P.A. – Figura de Flores – Bom estado de conservação – Apresenta rachaduras. | | | |
| S9 | Localização: | Nave, lado direito. | | |
| Comprimento: | 1,20 m | Largura: | 0,60 cm | |
| Material: | Mármore | | | |
| Inscrições/Detalhes: | Aqui jazem os restos mortaes de Clara de Faro Valença falecida em 22 de agosto de 1925 e de seu esposo Francisco Gonçalves Valença falecido em 8 de outubro de 1933 – Saudades Eternas de suas filhas e netos – Figura de cruz com flores, folhas e laço – Bom estado de conservação – Apresenta rachaduras. | | | |
| S10 | Localização: | Nave, lado esquerdo. | | |
| Comprimento: | 1,74 m | Largura: | 0,88 cm | |
| Material: | Mármore | | | |
| Inscrições/Detalhes: | Aqui jazem os restos mortaes do Major José Vicente Ferreira nasceo em 19 de março de 1825 falleceo em 12 de setembro de 1883 – Amor filial – Bordas decorativas encurvadas nas pontas – Figura de anjos e guirlanda floral e nas extremidades flor de lis – Bom estado de conservação. | | | |

Figura 76: Sepulturas no interior da Capela do Sítio Histórico do Retiro.

Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).

Sepultura 1 (S1) Sepultura 2 (S2) Sepultura 3 (S3) Sepultura 4 (S4) Sepultura 5 (S5)



Sepultura 6 (S6) Sepultura 7 (S7) Sepultura 8 (S8) Sepultura 9 (S9) Sepultura 10 (S10)



Contudo, os artefatos apresentados evidenciam claramente a sua funcionalidade e a consequência das atividades humanas, nesse contexto o estudo da Proxêmica de Hall (1982) utiliza o conceito *fixed-feature space*³¹, para caracterizar o espaço como o meio de organização das atividades de indivíduos ou grupos, no qual inserem na produção material elementos que interagem socialmente e culturalmente associados aos artefatos através do comportamento humano.

A integração do sítio com o local em que foi ou está assentando mostra à relação deste com ambiente apresentando diversas características das atividades humanas que associadas ao conjunto de estruturas determinam o sítio e a área de atividade, no nível semi-micro o sítio é o local geográfico e no seu interior ocorre o conjunto de atividades humanas associadas ao conjunto de estruturas, enquanto o Sítio do Retiro contém características de assentamento doméstico e lugar de cerimônia, em estruturas separadas; o Sítio da Comandaroba possui características de assentamento doméstico, lugar de cerimônia e complexo industrial evidenciados em uma única estrutura. Contudo, uma nova estrutura surge dentro da escala semi-micro, o cemitério ao fundo da igreja que na sua funcionalidade passou a sepultar os membros da família do proprietário nas primeiras décadas do século XX integrando-se a paisagem.

³¹ Espaço com característica fixa (Tradução Livre; grifo nosso).

Figura 77: Imagem satélite do Sítio Histórico da Comandaroba.
Fonte: Google Earth (2013) modificado por Ronaldo Alves (2013).



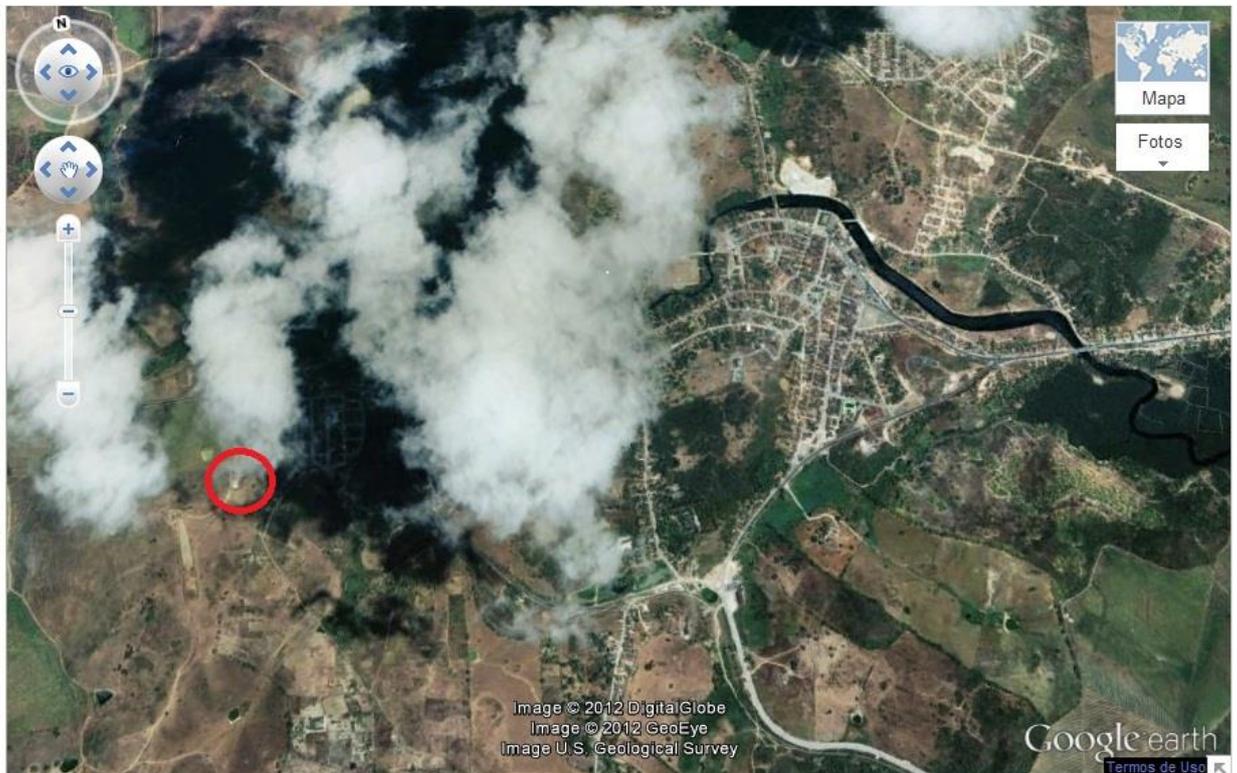
A região da Cotinguiba desde a época da colonização foi bastante referendada nas cartas de sesmarias, não apenas por colonos, mas por diversas ordens religiosas, que solicitavam as terras para também desempenharem atividades econômicas inerentes à colonização, a Cotinguiba por sua condição geográfica e hidrográfica despertou o interesse dos colonos em decorrência da sua localização fluvial, bem como a fertilidade do seu vale, com solo propício ao cultivo da cana-de-açúcar e outros gêneros alimentares.

Atividades agrárias foram articuladas nas terras da Comandaroba com a mão de obra indígena, assim, era possível manter um determinado número de índios, que além de receber a educação cristã, trabalhavam na lavoura para manutenção da ordem e a comercialização do excedente. Sobre a região da Comandaroba que tem origem na língua tupy³² é citada em mapas do século XVI (Figura 62), o que corrobora pensar a ocupação pré-colonial da região por grupos indígenas, e que influenciou a ocupação dos jesuítas tendo em vista o fator da religião e econômico concomitante. O Rio Cotinguiba evidencia a fertilidade de suas terras e a viabilidade do trabalho agrário concomitante ao trabalho espiritual que assim permitiu aos jesuítas se estabelecerem na região:

³² Significado na língua tupy: *Comandá* – feijão / *Roba* – amargoso (WYNNE, 1970, p. 71).

À margem direita do rio Cotinguiba os jesuítas inauguraram em 1734 a sua segunda Residência, em Laranjeiras. Era um pequeno e baixo sobrado, sem arte e solidez muito inferior ao edifício da primeira Residência, no Retiro. Distante um Kilometro, sobre uma suave colina, descortinando um longo e vago horizonte acha se assentada, ás portas da cidade do Coração de Jesus como sentínela avançada da fé de um povo, a Igreja da Comandaroba (OLIVEIRA, P. J.,1981, p. 35).

Figura 78: Imagem satélite do Sítio Histórico da Comandaroba.
Fonte: Google Earth (2013) modificado por Ronaldo Alves (2013).



Na abordagem do nível macro questões que envolvem fatores de tempo, distância e gastos energéticos, e um melhor retorno econômico para mínimo esforço são os fatores a serem observados dentro da perspectiva geográfica e econômica. Anteriormente, na análise espacial dos sítios trabalhamos a exposição dos sítios a partir de uma compreensão intra-sítio no que se refere aos níveis micro e semi-micro, no entanto, no nível macro a possibilidade de compreensão ocorre a partir da análise inter-sítios, que envolve um ou mais sítios.

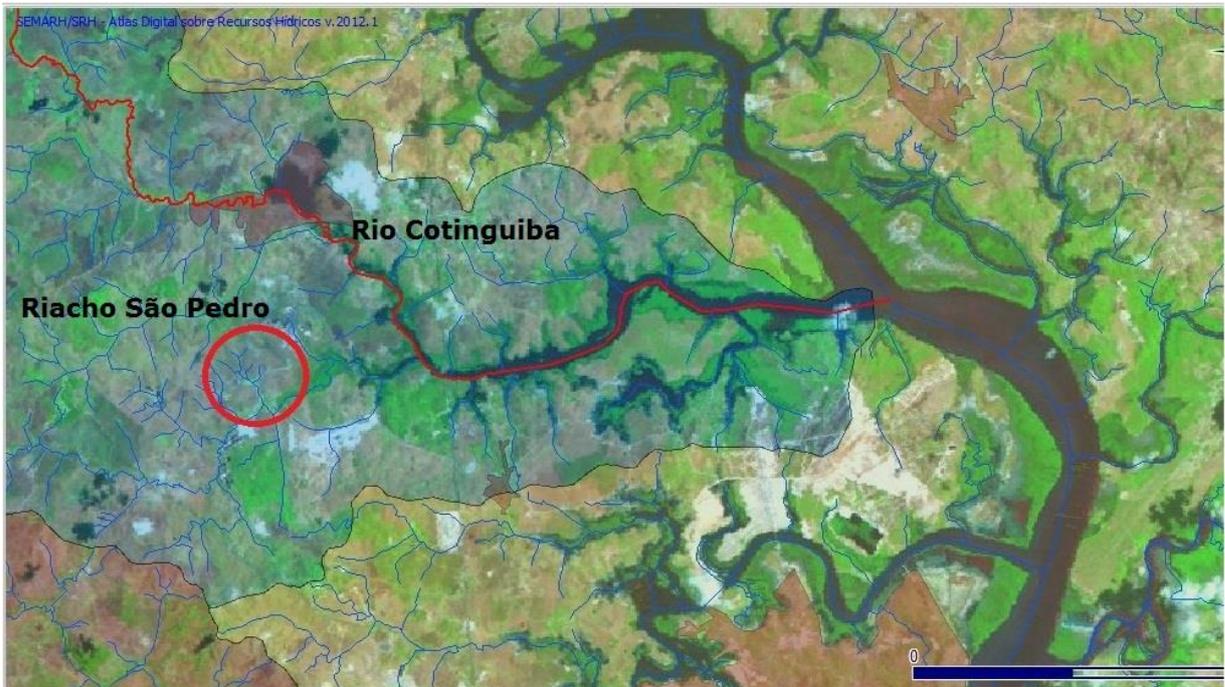
Dentro da proposta de Clarke (1977) a concepção desse nível no Sítio Histórico Comandaroba concerne à ideia geográfica e econômica como fatores que condicionam a fixação

de um determinado grupo social em uma determinada área, todavia a ocupação jesuítica em sua maioria tinha relação imediata com o contexto geográfico.

A Localização desses núcleos religiosos jesuítas era cuidadosamente estudada. Deveriam estar ao lado, senão bastante próximos, de um **leito fluvial ou de um porto marítimo**, pois as viagens dos padres visitantes, dos provinciais e dos outros irmãos eram feitas através do uso quase que exclusivo dessa via. Todo tráfego da Companhia entre as diversas casas e colégios do centro do Brasil, e também o **transporte dos produtos necessários ao funcionamento da instituição...** (OLIVEIRA, 1988, p. 34, grifo nosso).

O contexto apresentado corrobora com as premissas com as quais o nível macro expõe as escalas que envolvem tempo, distância, gastos de energias, melhor retorno e menos esforço como fatores que integram os sítios e que sua implantação na paisagem não ocorreu de forma aleatória, mas pensada, o que podemos chamar de padrão de assentamento sob o ponto de vista cultural que consistia em quase uma regra da Companhia de Jesus.

Figura 79: Mapa hidrográfico do Rio Cotinguiba e do Riacho São Pedro.
Fonte: Atlas Geográfico Sergipano CD-ROM 2012, modificado por Ronaldo Alves (2013).



Como já enunciado a região fértil da Cotinguiba permitiu o cultivo de inúmeros gêneros, e o fato da proximidade fluvial possibilitou melhores condições da escoagem dos produtos e a locomoção dos padres da Companhia. Assim, é possível pensar dentro do que Clarke (1977)

propôs no nível macro que a questão econômica desempenhada nesse espaço como a plantação, cultivo e criação de animais é possível para traçar uma relação com a ideia de captação de recursos e maximização de recursos *versus* minimização de gastos energéticos (VITA-FINZI & HIGGS *apud* COPÉ, 2006, p. 116).

Essa premissa elaborada a partir de estudos em sociedades pré-históricas pode ser incorporada em sociedades históricas ao se referenciar por uma zona concêntrica em relação a um ponto central visando à minimização de transporte e recursos, o que resulta como condicionantes para fixação de determinados grupos em uma região e conseqüentemente a modificação e construção da paisagem, que ocorre a partir da fixação dos indivíduos no ambiente. A região também possui grandes jazidas de pedra calcária (Ver figura 51), material construtivo evidenciado nos pórticos e em outros artefatos presentes na Casa e da Igreja do Retiro e da Igreja da Comandaroba.

Figura 80: Imagem satélite do Sítio Histórico da Comandaroba e do Retiro.

Fonte: Google Earth (2013) modificado por Ronaldo Alves (2013).



As evidências materiais atestam a possibilidade dos sítios do Retiro e da Comandaroba serem contemporâneos, as inscrições datadas nos pórticos nos dão uma dimensão temporal, justamente no período de grande ascensão da Companhia de Jesus, que após tomarem posse da

terra empreenderam inúmeras atividades, principalmente ligadas à agricultura e pecuária, destacando-se as atividades nos engenhos de açúcar que foi a atividade econômica mais próspera desenvolvida pelos padres jesuítas no Brasil. Em uma possível análise observada a partir da figura 78, apoiamos a ideia que ambos os sítios são contemporâneos, e que o assentamento da segunda residência ocorreu por questões vinculadas ao fator econômico, também inferimos que a primeira residência exerceu o papel hierárquico na relação inter-sítio, que pode ser comprovada por toda estrutura edificada no Sítio do Retiro, enquanto no Sítio da Comandaroba a estrutura tinha a função ambígua de templo e residência, tornando o Sítio do Retiro como o lugar central na comparação entre os sítios, justamente pela premissa de que a construção do Retiro teria a finalidade de constituir o centro de operações jesuíticas na região.

Nossa opinião é justificada pelo fato de que os jesuítas não implantavam aldeias ou casas com a possibilidade de fixação já que “inicialmente as aldeias eram ‘de visita’, somente depois era possível à permanência de padres na aldeia, em função da construção da casa provisória, de múltiplos usos, inclusive o de moradia” (NAJJAR, 2011, p, 74). Isso nos mostra que a escolha geográfica era importante para que depois se fizesse a ocupação do espaço consolidando-se através das suas práticas de controle, após se estabelecerem estruturalmente com casa e capela no Retiro, a viabilidade de exploração de recursos não atendeu a demanda esperada, assim se tornou imprescindível à ocupação de outra área da qual pudessem explorar e captar melhor os recursos. Destarte, a ocupação da Comandaroba ocorreu seguindo os critérios proposto no nível macro, e comprovado por sua funcionalidade estrutural de templo e residência seria um assentamento de exploração e de desenvolvimento das atividades econômicas.

A ideia de captação de recursos se associa a escolha geográfica em que ambos os sítios foram implantados nos leitos fluviais, a construção da segunda residência na Comandaroba justifica essa ideia. O Sítio Histórico do Retiro foi implantado nas margens do riacho São Pedro para sediar o centro de operações da Companhia na região da Cotinguiba, entretanto, há um intervalo de aproximadamente trinta anos na data dos pórticos que constam provavelmente o ano de conclusão da construção. Isso nos faz refletir sobre a concomitância dos sítios, principalmente no que concerne a implantação da segunda residência na Comandaroba, que estava próxima ao grande e navegável leito, o rio Cotinguiba, diferente do leito do riacho São Pedro, o que propiciaria melhores condições de uso e aproveitamento desse recurso natural em detrimento às atividades econômicas, nesse sentido o rio Cotinguiba se apresenta como uma área de captação de recurso, que bem aproveitada traria para as atividades dos jesuítas a maximização de recursos *versus* minimização de gastos energéticos.

A região em que ambos os sítios foram construídos, notavelmente passou por vários palimpsestos, desde a sua ocupação pré-colonial, colonial e atual. A conservação das suas estruturas arquitetônicas contribui ainda hoje como fonte de informação dos grupos sociais coloniais, que tempos atrás ocuparam e usaram o espaço formando os sítios e implantando-os na paisagem.

4.4 Cultura Material e Relações de Poder na Paisagem Jesuítica

Os estudos na Arqueologia que ensaiam definições e conceitos sobre as relações de poder definem que estas não se apresentam em completo na vida e na ação humana, mas ocorrem nas relações sociais. Esta discussão no contexto da Arqueologia se limita às elites. Para Woodhouse-Beyer (2003) o poder é uma “habilidade que os homens de forma individual ou grupal exercem em meio à relações sociais com o objetivo de efetuar mudanças dentro de uma relação hegemônica”.

Segundo a historiografia quando ocorreu à colonização e a ocupação do território sergipano, muitas tensões foram travadas entre os portugueses e índios que aqui habitavam. Na tentativa de dominação essas tensões foram sufocadas pela Companhia de Jesus de forma sutil com os aldeamentos e a catequese, mesmo assim podemos perceber que a dominação mudou apenas de um lado para outro (FREIRE, 1977; NUNES, 1989).

A forma sutil com a qual a Companhia de Jesus utilizou refere-se à ação política firmada com Portugal, a habilidade exercida pelos jesuítas no seio da sociedade colonial através dos aldeamentos e da catequese permitiu o controle social não apenas dos índios, mas dos colonos que formavam esta sociedade. O controle social estabelecido através da instituição religiosa forneceu os mecanismos de dominação, que bem explorados pela companhia estabeleceu novos parâmetros e relações de poder.

Segundo Corzo (2005) o processo de dominação colonial na América escravista, ocorrido na Ilha de Cuba foi um fenômeno sócio espacial que ocupou, explorou e distribuiu os espaços geográficos. Com isso a imposição dos escravos à lavoura, configurou todo espaço e a paisagem da região, com a construção de edificações que passavam a limitar os espaços através de seu uso social, refletindo na cultura material a estrutura de poder dos dominantes. No caso da Ilha de Cuba, Corzo (2005) apresenta uma visão macro da construção da paisagem através da arquitetura, na qual o uso social delimitava a estrutura de poder e conformava os espaços de dominação.

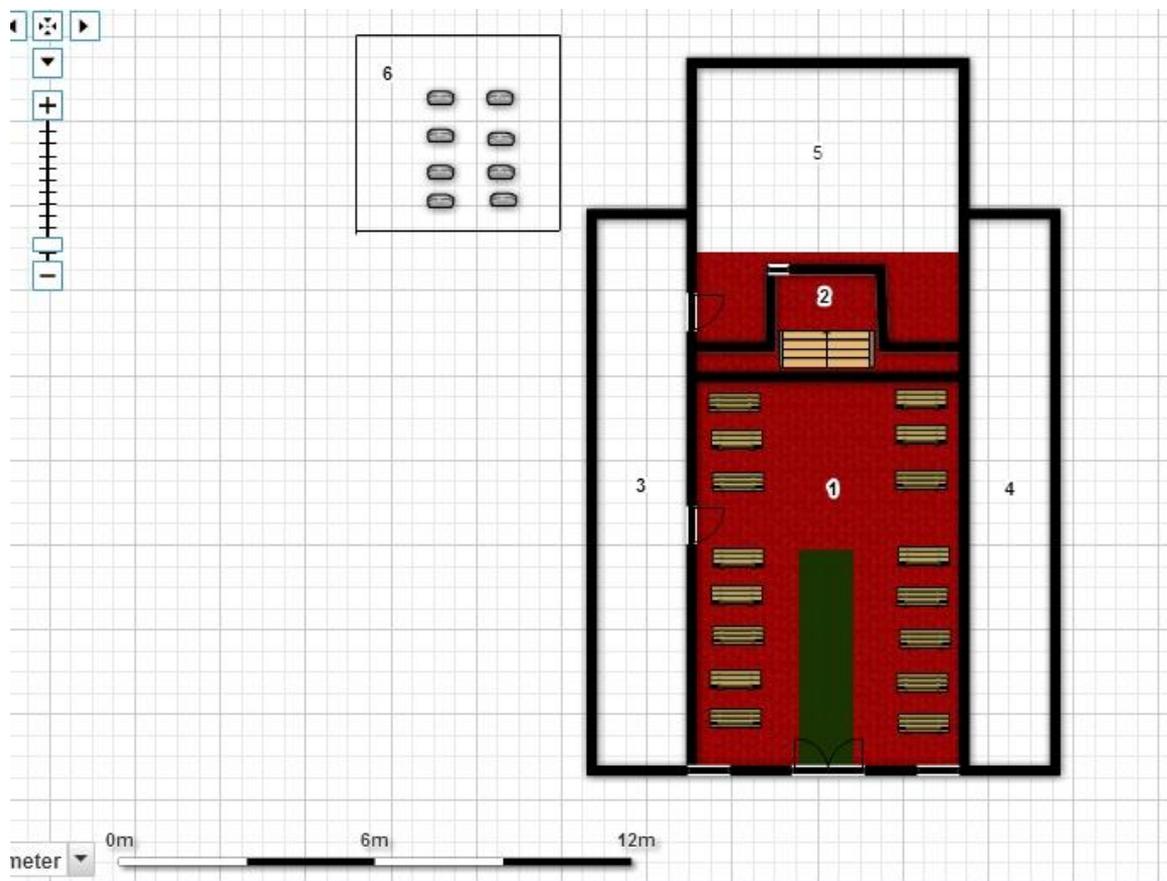
A arquitetura jesuítica a princípio assumia o caráter estrutural (físico) compreendido a partir da sua: forma, função e organização espacial. A forma, é a morfologia da estrutura arquitetônica; a função, é a relação com o tipo de atividade pensada e realizada nas estruturas e a organização espacial, é a relação dos espaços dentro da estrutura (ZARANKIN, 2002, p. 85). Em um segundo aspecto a arquitetura jesuítica assumia a dimensão simbólica que manifestada na arquitetura representava uma concepção hierárquica de mundo e linguagem que expressava a comunicação da dominação.

Nesse contexto Quiroga (1999, p.277-278) ao estudar a paisagem de um assentamento colonial, considerou que o poder é mostrado na sociedade através de cenários criados, assim teatralizar o poder gera estratégias que permitem controlar determinada sociedade por meio do imaginário e a arquitetura é o meio utilizado como estratégia para materializar e comunicar tal ação, assim ocorre o controle simbólico que expresso na cultura material compõe a paisagem.

Figura 81: Igreja da Comandaroba (planta baixa 2D).

Fonte: Elaboração Janaina Mello (2013)

Legenda: (1) Nave; (2) Capela-mor; (3) e (4) Laterais; (5) Residência paroquial; (6) Cemitério.



A hierarquização dos espaços internos está diretamente vinculada à funcionalidade da edificação, tanto em seu valor social e subjetivo (simbólico) – no que diz respeito à nave ser o local ocupado pelos fiéis (leigos) e o altar-mor, com uma pequena escada que o coloca como uma estrutura mais elevada que o piso da nave, indicando a superioridade de quem o ocupa (clérigos), a maior proximidade com o altar e mesmo o fato deste encontrar-se “subindo aos céus” – comunica a ideia de controle, pois a partir da elevação se tem uma visão mais ampla dos fiéis e assim pode-se regular o comportamento social. Pois, como afirma Zarankin (2003, p.31) “el aumento en el control sobre las personas se materializa a través de la introducción de restricciones en el espacio y las actividades”.

A arquitetura de forma geral pode ser vista como um elemento de linguagem passível de leitura, também se caracteriza como produtora das relações sociais que em um contexto cultural são materializadas e inserem dimensões ideológicas e simbólicas que expressam o poder.

Os jesuítas de modo geral mantinham a padronização no que se refere à escolha dos sítios para edificação de suas igrejas e residências, entretanto além do privilégio de escolha geográfica e topográfica eles inseriam na paisagem através da materialidade das construções uma linguagem que de forma visual e simbólica afirmava a sua posição de poder:

Estão no alto, soberanos – uma simbologia de posição, de hierarquia – o poder simbólico da altura concretiza-se na implantação de seus edifícios. A paisagem ao redor faz-no perceber sua imponência e lhe rende homenagem, tributa-lhe respeito. A altura sacraliza o monumento, cofere-lhe poder pela proximidade do céu. É localização estratégica no sentido religioso e também no profano: possui qualidades relativas ao sentido de poder e de conquista e também aquelas que dizem respeito à organização espacial da economia produtiva, transporte e defesa. Foi assim com a maioria das construções. (OLIVEIRA, 1988, p. 36-38).

Perceber na cultura material a inserção das relações de poder imbuídas de simbolismos na paisagem nos faz compreender como esse grupo social colonial transformou a paisagem gerando significados. No Sítio Histórico do Retiro, primeira residência da Companhia de Jesus na região a questão topográfica foi também utilizada o que denota a manipulação do poder através da dinâmica entre o simbólico, que pode ser visualizado na disposição da paisagem.

Figura 82: Topografia da Igreja da Comandaroba.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2012).



Figura 83: Topografia da Casa do Retiro.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).



As datações 1701 e 1734 visualizadas nas portadas (Ver figuras 30 e 41), além de temporalizar a provável conclusão da construção das edificações, pode ser interpretada na dimensão simbólica como demarcador de poder, isto é, representa uma linguagem que expressa à permanência na paisagem, no espaço e no tempo.

Outros elementos simbólicos podem ser visualizados na cultura material jesuítica como o monograma (IHS) *Jesus Hominum Salvator*³³, “Jesus Salvador dos Homens” e (A.M.D.G) *Ad Majorem Dei Gloriam*, “Para maior glória de Deus”, além da inscrição em latim *Tota Pulchra es Maria* que significa “Toda pura é Maria” informando que a virgem Maria é a padroeira. Os símbolos máximos da Companhia de Jesus demarcaram a sua presença no mundo e na América Portuguesa através da arte de modo geral reafirmando o poder deste grupo social colonial, principalmente a ideologia religiosa que propiciou a manutenção desse poder.

Figura 84: Monograma IHS “*Jesus Hominum Salvator*”. Sacrário da Igreja da Comandaroba.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).



Figura 85: Inscrição em latim “*Tota Pulchra es Maria*” que exalta a padroeira. Figura de anjos no frontão da capela-mor da Igreja da Comandaroba.
Fonte: Fotografia Ronaldo Alves (2011).



O poder assume uma dimensão simbólica através da arte, da religião e da língua que agem como meio de comunicação, o que segundo Bourdieu (2007) formam sistemas simbólicos que podem ser vistos como estruturas que na sua forma estruturante torna-se instrumento de conhecimento e construção do mundo de objetos. Assim, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo.” (BOURDIEU, 2007, p. 9).

O poder simbólico imposto pelos jesuítas encontrou na sociedade colonial brasileira uma enorme falácia, e um campo aberto para formalizar suas ações sócio-políticas que se materializaram lhe resguardando através do poder, o que se evidenciou em várias esferas: social, econômica, cultural. Assim, o poder pode ser visto a partir das relações sociais e

³³ IHS – é a abreviação do nome de Jesus em grego ou da escrita latina do nome como se usava na Idade Média: *Jesus*. Inácio de Loyola foi quem mais contribuiu para a difusão do monograma utilizando o símbolo em suas principais cartas e escritas em forma impressa como carimbo das principais publicações da ordem. www.jesuita.org.br

interação dos indivíduos, quando são criados, se insere de significados e são materializados (SWEELY, 2003).

Em um primeiro aspecto, o sistema simbólico inserido pelos jesuítas tinha como objetivo servir como meio de comunicação e linguagem, visto que a comunicação ocorre através de várias formas: visual, sensorial, auditiva e olfativa. Todavia, os jesuítas empreenderam algumas dessas formas de comunicação o que permitiu construir uma realidade social que se configurou na função social, já que o simbolismo interpretado a partir de uma visão estruturalista e funcionalista pode exercer. Assim, através do poder simbólico, os jesuítas determinaram a sua função na sociedade, se tornando desde o princípio um empecilho para os colonos, que buscavam através das suas terras exercerem tal poder. O segundo aspecto que caracteriza a abrangência do poder simbólico, é a sua função política e ideológica que na utilização do sistema simbólico se tornam fortes instrumentos de efetivação da imposição ou legitimação da dominação, impondo o controle de uma classe ou grupo social sobre outro, e através do poder define o mundo social (BOURDIEU, 2007, p.10-11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço e a paisagem jesuítica em Laranjeiras/SE formado pelos Sítios Históricos do Retiro e da Comandaroba é o resultado da atuação da Companhia de Jesus em terras sergipanas, o que permitiu a continuidade e a transmissão da cultura luso-europeia através de seus colégios, igrejas, residências, fazendas, missões e aldeamentos, entretanto, ao transmitir a política e ideologia colonizadora portuguesa, os jesuítas criaram de forma consciente outra política ideológica que baseada na educação e na catequese os fortaleceram. Para manter a obra missionária os jesuítas desempenharam atividades de duplo caráter, ao solicitarem terras ao rei desenvolveram as atividades espirituais e agrárias por toda colônia, das quais retiraram a maior parte do sustento que mantinham a ordem religiosa (FREIRE, 1977).

A Companhia de Jesus foi marcada por uma forte convicção religiosa que baseada nos **Exercícios Espirituais** desenvolveu uma série de ações, entre elas a educação e a catequese que foram os principais instrumentos para impedir o avanço da Reforma Protestante. A política colonizadora exercida por Portugal aproveitou em seu benefício próprio ou **vice-versa** os propósitos missionários da ordem que instalando missões na América Portuguesa contribuíram na manutenção do controle e domínio em suas terras de além-mar, que era o foco da administração colonial. A Companhia de Jesus sem sombra de dúvidas desempenhou um importante papel na administração e formação da sociedade colonial brasileira, contribuiu em diversos aspectos na educação, na religião, nas artes, na arquitetura, na linguística, na medicina, na engenharia, na agricultura entre outros campos.

A arquitetura implantada pelos jesuítas figurou como uma ferramenta que possibilitou criar mecanismo de transmissão e conservação da política colonial e foi a melhor forma de expressar a sua ideologia e o seu propósito, essa ação produziu a cultura material que reforçada pela historiografia destaca sua participação durante o processo de colonização. O aspecto dessa arquitetura no Brasil recebeu o título notório de arte ou estilo jesuítico, destacando-se pela singularidade adquirida nas suas diversas formas e características de estilo que se adaptaram aos recursos locais (COSTA, 2010).

Em Sergipe a Companhia de Jesus implantou missões, residências, igreja, capelas, engenhos e fazendas, o que demonstrou por parte desse grupo social colonial o uso, a ocupação e a transformação do espaço e da paisagem refletindo na materialidade a marca da sua presença. O estudo do espaço e da paisagem jesuítica em Laranjeiras através das estruturas arquitetônicas dos Sítios Históricos do Retiro e da Comandaroba evidencia que a implantação desses sítios esteve atrelada a toda dinâmica social, cultural e econômica que constituía a realidade dos

jesuítas. As perspectivas teóricas e metodológicas da arqueologia espacial, da paisagem e da arquitetura nos possibilitou compreender que o espaço e a paisagem de modo geral nos informam sobre essas relações e que é indissociável perceber a construção do espaço e das relações sem considerar as facetas “natural” e “social” (Tilley, 1994).

Nesse contexto propusemos inserir na pesquisa a análise espacial em arqueologia baseada no modelo de Clarke (1977) que nos revelou através dos níveis de resolução micro, semi-micro e macro a construção do espaço e da paisagem jesuítica considerando as facetas natural e social que compõem os sítios analisados. Na análise do nível micro e semi-micro pudemos constatar que ambos os sítios apresentaram áreas de atividades que demonstraram a sua funcionalidade, nas quais os jesuítas desenvolviam suas atividades missionárias e religiosas, e que se associam diretamente aos artefatos (púlpito, pia batismal, lavabo etc.) e as estruturas existentes (casa, capela, igreja). No nível macro percebemos que a questão natural e ambiental dos sítios permitiu o seu assentamento na paisagem derivando dentre outras relações, a econômica, deste modo concluímos que a construção da paisagem é inerente ao ambiente e nele recebem significados e ganham vida a partir das ações humanas e suas relações.

Os pressupostos de interpretação da arqueologia da paisagem e da arquitetura, empregadas nesta dissertação nos permitiu compreender que os simbolismos inseridos na cultura material recebem significados dentro de um sistema social e cultural, dessa forma buscamos apontar a partir desses pressupostos teóricos e metodológicos, que para manutenção do objetivo da Companhia de Jesus a inserção de elementos simbólicos na cultura material, seja na arquitetura ou na arte estabeleceu a relação de poder, que não se caracteriza apenas na dominação de um grupo ou classe sobre outro, mas na dominação consciente que se constrói na sua forma mental delineando a paisagem.

Nossa proposta em utilizar os pressupostos teóricos e metodológicos citados, surgiu da inquietação presente no âmbito acadêmico e arqueológico, no que se refere aos estigmas gerados durante a construção da teoria e do pensamento arqueológico que formaram as várias escolas e correntes. Esta inquietação existe, porque muitos estudiosos se fecharam para novas propostas teórico-metodológicas ao criarem certas resistências, se mantendo fiel a uma única escola ou corrente, além de criticar aqueles que se permitem aplicar novas vertentes ao seu objeto. Esta dissertação correspondeu a nossa proposta e objetivo, além do nosso objeto nos apresentar as perspectivas de análises arqueológicas para o estudo do espaço de paisagem jesuítica em Laranjeiras.

FONTES

ORDENS RÉGIAS In: AHU-Bahia, cx. 142, doc. 60; AHU-ACL-CU-005, Cx. 143, D. 10990(grifo nosso).

PATRIMÔNIO HISTÓRICO TOMBADO IPHAN/SERGIPE – Processo: 247-T-41, Livro: Belas Artes, vol. I, N° da Folha: 63, N° de Inscrição: 298-A, Data: 14/01/1944/ Livro Histórico Vol. I, N° da Folha: 39, N° de Inscrição: 231, Data: 14/01/1944. (grifo nosso).

PATRIMÔNIO HISTÓRICO TOMBADO IPHAN/SERGIPE – Processo: 299-T-41, Livro: Belas Artes, vol. I, N° da Folha: 58, N° de Inscrição: 272-A, Data: 23/03/1943/ Livro Histórico Vol. I, N° da Folha: 35, N° de Inscrição: 207, Data: 23/03/1943. (grifo nosso).

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES E SANTO ANTÔNIO, ERETA NO ENGENHO RETIRO. REFORMA. 29/08/1882. Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. Fundo: LAR/C. 1º Of. Cx 01 N° 304. (grifo nosso).

RELAÇÃO DE CAPELAS E ENCAPELADOS DE SERGIPE DEL REY (1827) In: Arquivo Público do Estado de Sergipe/ Cópia no Fundo Padre Aurélio Vasconcelos no IHGSE.

REQUERIMENTO In: AHU-Bahia, cx. 130 doc. 56; AHU-ACL-CU-005, Cx. 121, D. 9475(grifo nosso).

REQUERIMENTO In: AHU-Bahia, cx. 89, doc. 10; AHU-ACL-CU-005, Cx. 83, D. 6808 (grifo nosso).

SEÇÃO DE HISTÓRIA. CASA DE RESIDÊNCIA E CAPELA DE SANTO ANTÔNIO DO ENGENHO RETIRO. LARANJEIRAS – SERGIPE. Ministério da Educação e Cultura. Processo nº 297-T-41 IPHAN/DET. (grifo nosso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. – Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. (Biblioteca básica brasileira).
- ACUTO, Félix A. Paisaje y Dominacion: La constitucion Del espacio social em El Imperio Inka. In: ZARANKIN, Andrés; ACUTO, Félix A. (Eds). **Sed non satiata**. Teoría social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, Colección Científica, 1999, p. 33-75.
- AMORIM, Cláudia Naves David. Diagrama morfológico parte I: instrumento de análise e projeto ambiental com uso de luz natural In: **Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Brasília: FAU UnB, v. 6, n. 3, p. 57-76, 2007.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1976.
- ASHMORE, Wendy. Social Archaeologies of Landscape. In: MESKELL, Lynn; PREUCEL, Robert W. **A companion to social archaeology**. New Jersey: Blackwell Publishing, 2007.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: Edusp, 2004.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. **Alpendres na Arquitetura Religiosa: revendo as teorias**. Barroco, Belo Horizonte, n.12, p. 71-85, 1982/83.
- BANGERT, William. **História da Companhia de Jesus**. Porto: Apostolado da Imprensa; São Paulo: Loyola, 1985.
- BARCELOS. Artur H. F. **Espaço & arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2000.
- BARLEUS, Gaspar. **Rerum Per Octennium In Brasilia...** Amstelodami: Typographeio Ioannis Blaev, 1647.
- BAZIN, Germain. **A Arquitetura religiosa barroca no Brasil**. v.2. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- BINFORD, Lewis R. **Em busca do passado**. Lisboa: Publicações Europa/América, 1985.
- BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomes da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe**. Diagnóstico do Município de Laranjeiras. Aracaju: CPRM, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad: Fernando Tomaz. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANTON, Nicole. Landscape approaches in Historical Archaeology. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David. **International Handbook of Historical Archaeology**. USA: Springer, 2009. p. 51-65.

BUENO, Francisco Antônio. **Estudo sobre as ferrovias no norte brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. Organizadora Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. – Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

CARAZONNI, Maria Eliza. (Coord.). **Guia dos Bens Tombados**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.

CARBONE, Erick; CAVALCANTI, Filipe; GONÇALVES, Gabriel; MAKERT, Rodrigo. Arquitetura Religiosa no Brasil. In: **História e Teoria da Arquitetura**. UFMS, 2008.

CASTRO, I. E. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 121-140.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. Ed. Edgard Blucher; UNESP: São Paulo, 1999.

CLARKE, David. Spatial Information in Archaeology. In: CLARKE, David (Ed.) **Spatial Archaeology**. New York: Academic Press, 1977. p. 1-32.

COPÉ, Silvia Moehlecke. Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul - brasileiro. **Revista de Arqueologia, SAB**, n. 19, 2006. p.111-123.

CORREA, Marcus Vinícius de Miranda. **Capsula do Tempo: Arqueologia da Arquitetura da Catedral Metropolitana de Manaus**. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2011.

CORZO, Gabino La Roza. Os espaços da resistência escrava em Cuba. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.) **Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2005. p. 45-57.

COSTA, Carlos Alberto Santos. A Sé Primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, n. 15. Jan-jun, 2011, p. 51-82.

COSTA, Lúcio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. **ARS**, Ano 7, Nº 16, São Paulo, 2010. p. 126-197.

CRIADO BOADO, Felipe. Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del Paisaje. **Boletín de Antropología Americana**, 24, 1991, p. 5-29.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

_____. Missões Jesuíticas: Arquitetura e Urbanismo In: **Caderno de História**, nº 21. Memorial do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.memorial.rs.gov.br_cadernos_missoes.pdf> Acesso em 23 jan. 2013.

DEETZ, James. **In Small Things Forgotten: an archaeology of early American life**. USA: Anchor Books, 1996.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Igrejas e Conventos da Bahia**. Brasília-DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2ª.ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808) In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.) **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 285-315.

GUIA GEOGRÁFICO DA BAHIA (SALVADOR). Disponível em: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/igreja-ajuda.htm>, Acesso em: 10/10/2013.

GUIMARÃES, Márcia Barbosa. **Arqueologia de Assentamentos: Uma análise bibliográfica**. p. 1-40, 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/59054702/Arqueologia-Assentamentos-uma-analise-bibliografica>. (Acesso em: 12 de julho de 2011).

HALL, Edward T. **The Hidden Dimension**. USA: Anchor Books Editions, 1982.

HEAD, Lesley. Cultural Landscapes. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. **The Oxford handbook of Material Culture Studies**. Oxford University Press, 2010, p. 427-439.

INGOLD, Tim. The Temporality of the Landscape. In: THOMAS, Julian. **Interpretive archaeology: a reader**. London: Leicester University Press, 2000, p. 510-530.

JOHNSON, Matthew. **Teoría arqueológica: una introducción**. Tradução: Josep Ballart. Barcelona, Ariel, 2000.

KERN, Arno Alvarez. História e iconografia: documentos sobre a missão de São João Batista. In: **Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários**. 1997, p. 261-272.

_____. (org.) **Arqueologia Histórica Missionária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

_____. Urbanismo Missionário. In: KERN, Arno Alvarez; JACKSON, Robert. **Missões Ibéricas Coloniais: da Califórnia ao Prata**. Porto Alegre: Pailer, 2006.

LA SALVIA, Fernando. A cerâmica como elementos auxiliar na fixação cronológica. In: **Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários**. 1985, p. 217-231.

LACOUTURE, Jean. **Os Jesuítas: Vol. 1: Os conquistadores**. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália. 1938, Tômoo I e II; 1943, Tômoo IV; 1945, Tômoo V.

LIMA, Tânia Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1.pdf>>. Acesso em: 28/09/2013.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura sergipana do açúcar**. Aracaju: Universidade Tiradentes, s.d.

LYRA, Irapoã Cavalcante. **Bens móveis e imóveis descritos nos livros do IPHAN**. Brasília: Fundação Pró-Memória, 1972.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **O estudo da cultura material nas sociedades antigas**. *Revista de História, Nova Série*, São Paulo, n.115, p. 110-113, 1983.

_____. A Paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-31.

MESKELL, Lynn; PREUCCEL, Robert W. **A companion to social archaeology**. New Jersey: Blackwell Publishing, 2007.

MOTT, Luiz. **Sergipe Colonial & Imperial: religião, família, escravidão e sociedade – 1591-1882**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial – uma miscigenação de formas e fazeres. In: Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó, RN. v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

NAJJAR, Rosana. Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 71-91, jan.-abr. 2011.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

_____. **Sergipe Colonial**. Sergipe: EDUFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio; Uberlândia: Prefeitura Municipal, 1988.

OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. **História de Laranjeiras: registros dos fatos históricos de Laranjeiras**. 2ª ed. Aracaju: Subsecretaria de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe; Segrase, 1981.

OLIVEIRA, Maria Helena de. **Arquitetura jesuítica em Sergipe: casas e igrejas dos séculos XVII-XVIII**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2004. 124p.

ORAZEM, Roberta Barcellar. **Os Altares-Mores das Igrejas de Laranjeiras/Sergipe**. Revista Ohun, ano 4, n. 4, p.232-265, dez 2008.

ORSER JR., Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PAULS, Elizabeth P. The place of Space: Architecture, Landscape, and Social Life. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. **Historical Archaeology**. New Jersey: Blackwell Publishing, 2006. p. 65-83.

PEREIRA, Renata Baesso. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana uma abordagem histórica de conceitos e métodos. In: **Vitruvius**, 146.04 ano 13, jul, 2012. Disponível: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>, Acesso em:10/11/2013.

QUIROGA, Laura. La Construcción de un espacio colonial: paisaje y relaciones sociales en el antiguo Valle de Cotahau (Provincia de Catamarca, Argentina). In: ZARANKIN, Andrés; ACUTO, Félix A. (Eds). **Sed non satiata**. Teoría social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, Colección Científica, 1999, p. 273-287.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Archaeology: Theories, Methods and Practice**. London: Thames and Hudson, 2008.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROURA, Eudald Carbonelli; MORENO, Jorge Martinez; TORGAL, Rafael Mora; MORALES, Ignacio Muro. Conceptos básicos em el análisis espacial. Arqueología Espacial: **Colóquio sobre el microespacio**. 15 al 17 de septiembre. Teruel, 1986.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Aldeamentos indígenas em Sergipe Colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2004. 116p.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. **“Conquistas da fé na gentildade brasílica”: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683- 1758)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011.167p.

_____. Palavras para conhecer e converter: os escritos do Padre Mamiani utilizados na catequese dos índios. **Anais Eletrônicos IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. p.4653-4666.

SANTOS, Fabrício Lyrio. A presença jesuíta no Recôncavo da Bahia. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**. Vol. 1 (1), 2007, p. 24-27. Disponível no endereço eletrônico:

<<http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/n01/pdf/fabricio.pdf>> (Acesso em: 21 de outubro de 2010).

SANTOS, Maria Socorro Soares dos. **Igreja Nossa Senhora do Socorro: Reflexões sobre os usos educativos do patrimônio no ensino fundamental me Tomar do Geru/Se**. Dissertação (Mestrado em memória Social e Patrimônio Cultural). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2013. 142p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Roberto Sousa. **A reestruturação sociorreligiosa em Sergipe, no final do século XVIII**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, 2010. 141p.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Missionarização e indignidade. In: **Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros**. 1997, p.197-204.

SEIBERT, Jeffrey. Introduction. In: ROBERTSON, Elizabeth C. **Space and spatial analysis in archaeology**. Canada: University of Calgary Press, 2006.

SENATORE, María Ximena; ZARANKIN, Andrés. Leituras da sociedade moderna: cultura material, discursos e práticas. In: ZARANKIN, Andrés; SENATORE, María Ximena (Orgs.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones Del Trindade, 2002. p. 5-18.

SOUSA, Ana Cristina de. Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Habitus**, Goiânia, v.3, n.2, p. 291-300, jul/dez. 2005.

SOUZA, Marco Antônio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 3ª Ed. Aracaju: Secretaria de Cultura de Sergipe, 2005.

STEADMAN, Sharon. R. Recent Research in the Archaeology of Architecture: Beyond the Foundations. **Journal of Archaeological Research**. Vol.4, n. 1, p. 51-93, 1996.

SWEELY, Tracy L. **Manifesting power: gender and the interpretation of power in archaeology**. London: Routledge; USA/Canada: e-Library, 2003.

THOMAS, Julian. Archaeologies of Place and Landscape. In: HODDER, Ian. **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 165-186.

TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape: places, paths and monuments**. Oxford/Province: Berg Publishers, 1994.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. – São Paulo: DIFEL, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Glossário de Arquitetura**. Mato Grosso do Sul: UFMS, 2008. Disponível em:

<http://www.histeo.dec.ufms.br/aulas/teoria%20geral/09%20Glossario%20de%20Arquitetura.pdf> (Acesso em: 05/06/2012).

VILLELA, Clarisse M. Artes e ofícios. A cantaria mineira. In: **Vitruvius**, 041.03 ano 04, out, 2003. Disponível: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/646>, Acesso em: 10/11/2013.

WOODHOUSE-BEYER, Katharine. Artel and identities: gender, power, and Russian American. In: **Manifesting power: gender and the interpretation of power in archaeology**. London: Routledge; USA/Canada: e-Library, 2003. p. 129-154.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe 1575-1930**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970.

ZARANKIN, Andrés. Arqueología de la arquitectura: Another brick in the wall. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento 3. São Paulo: USP, 1999. p. 119-128.

_____. **Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista; O caso de Buenos Aires**. Campinas: Centro de Historia da Arte e Arqueologia (IFCH-UNICAMP), FAPESP, 2002.

_____. Arqueología de la arquitectura, modelando al individuo disciplinado em la sociedad capitalista. **Revista de Arqueología Americana**. n. 22, 2003. p.25-39.

WOLF, Sidnei; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; LAROQUE, Luis Fernando da Silva; JASPER, André. Arqueologia espacial e o Guarani no Vale Do Taquari, Rio Grande Do Sul. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. v. X, n. 19. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2013. p. 59-88.